



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Gabriela Alvarenga Prestes

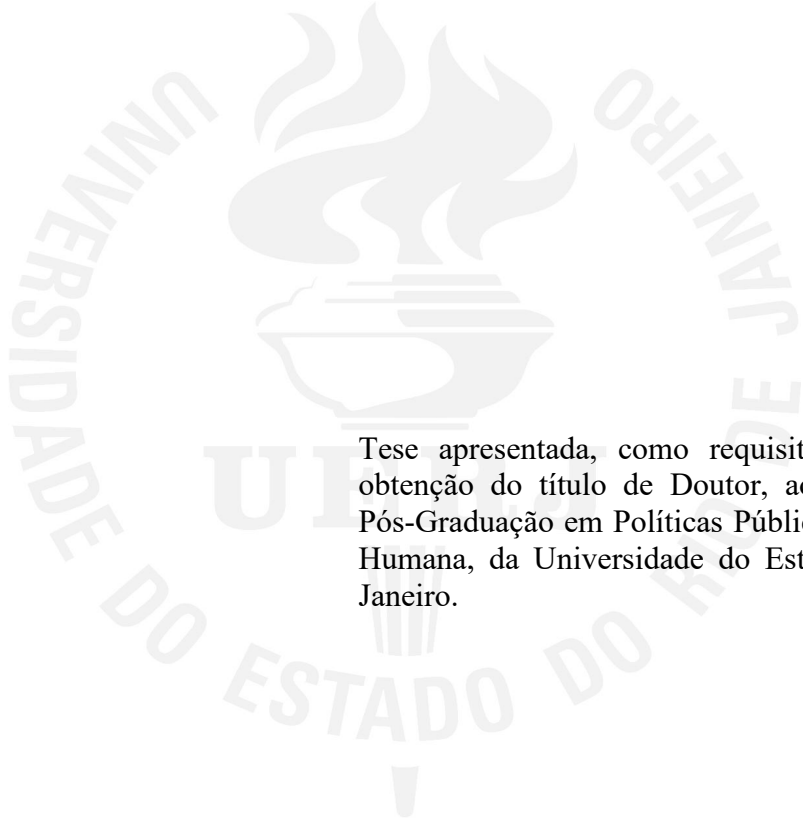
**Questões agrária, agrícola e subdesenvolvimento no Brasil: o
cooperativismo agrícola do MST como paradigma para o desenvolvimento
sustentável – o caso COOPTERRA (ES/BA)**

Rio de Janeiro

2022

Gabriela Alvarenga Prestes

**Questões agrária, agrícola e subdesenvolvimento no Brasil: o cooperativismo agrícola do
MST como paradigma para o desenvolvimento sustentável – o caso COOPTERRA
(ES/BA)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Emir Simão o Sader

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P936 Prestes, Gabriela Alvarenga.
Questões agrária, agrícola e subdesenvolvimento no Brasil: o cooperativismo agrícola do MST como paradigma para o desenvolvimento sustentável – o caso COOPTERRA (ES/BA) / Gabriela Alvarenga Prestes. – 2022.
143 f.

Orientadora: Emir Simão Sader .
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Subdesenvolvimento – Teses. 2. Políticas Públicas – Teses. 3. Paradigmas agrário e agrícola – Teses. I. Sader, Emir Simão. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs CDU 631

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gabriela Alvarenga Prestes

**Questões agrária, agrícola e subdesenvolvimento no Brasil: o cooperativismo agrícola do
MST como paradigma para o desenvolvimento sustentável – o caso COOPTERRA
(ES/BA)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Emir Simão Sader (Orientador)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Gaudênio Frigotto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Cláudio Roberto Marques Gurgel

Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Rodrigo Straelli Pinto Franklin

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof.^a Dr.^a. Jannayna de Moura Ferraz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Para os que sabem o valor da vida, que lutam pela
igualdade e amam aos próximos como a si mesmo. Somos um.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto da minha trajetória pessoal e, claro, coletiva dos integrantes da COOPTERRA – MST. Compartilhamos utopias e diversas formas de luta pela vida. A favor da ascensão de uma sociedade mais justa e participativa. A favor da troca de olhares entre vários para a configuração de relações sustentáveis.

Portanto, agradeço ao Movimento Sem Terra pela sua existência e por cada história de vida que o compõe. Agradeço aos meus pais por terem a preocupação de me sensibilizar para a crítica, a empatia com a diversidade e a desigualdade. Agradeço a todos os professores que compõem a banca e a todos os professores que me deram força, que me trataram com respeito e que também aspiram por uma sociedade mais dinâmica e inclusiva.

Muita gratidão por ter amigos, verdadeiros companheiros de vida, que me ajudaram a conquistar a estabilidade emocional necessária para produção dessa pesquisa; levando em consideração que a pesquisa foi realizada durante a pandemia provocada pelo contágio generalizado do Coronavírus pelo mundo, na qual importantes desafios no âmbito familiar também se apresentaram, inesperadamente.

Agradeço a minha prima Tatiana pela paciência, pelo profissionalismo e acolhimento à minha tese no processo de revisão e adequações necessárias. Muito obrigada mesmo, Tatiana! Suas considerações foram essenciais para o amadurecimento da pesquisa e da pesquisadora.

Quando estive perdida, sem perspectiva, a responsável por me manter ativa sobre a importância do que me proponho a contribuir enquanto pessoa e pesquisadora pensante foi a minha irmã. Por isso, é figura indispensável nesta página: obrigada, Cláudia! Sem sua solidariedade e empatia, talvez nem terminasse o doutorado e me esvaecesse. Um salve à Sônia Vergne, amiga e terapeuta; aos meus professores de yoga Lerrita, Alexandre, Rafael e Flor pela introdução e pelo acesso à sabedoria védica – muito determinante na minha firmeza e na construção da minha fé no caminhar; à Graça Andreatta e Zezinha que “abriram meus caminhos” para o trabalho de campo; ao João, ao Zé e ao Messias pela acolhimento e amizade – sem vocês nada disso seria possível –; à CAPES que sustentou essa pesquisa e deu valor científico ao conteúdo; à Bia e Camila por trazerem leveza e amizade, por me convencerem de que eu sou capaz; à minha mãe por ser meu pilar, sempre disposta, parceira e mais do que amiga; aos meus filhos, que mesmo que tenham, em muitos momentos, representado um desafio ao exigir uma saúde mental descomunal da minha parte no contexto pandêmico, são os verdadeiros motivos e resultados da minha caminhada em perspectiva; e

mesmo tendo rompido um relacionamento amoroso com meu primo Alexei, também dedico a ele esta tese pelo compartilhamento da responsabilidade parental; aos meus tios Élia e Billy, que também me apoiaram e fizeram parte dessa rede de apoio familiar; à minha avó Mara e meu avô Affonso, que me inspiram, gostam de escutar minhas ideias e põem “pilha” a cada passo dado, a cada despertar da minha coragem; à minha Avó Maria (*in memoriam*), apoiadora do MST, exemplo de vida, de autenticidade, de coragem, de força e perseverança, sempre envolvida na luta pela vida. Vó Maria tinha os olhos da lucidez e os pés no chão, cravados na terra do sertão pernambucano: te amo, vó! Te sinto o tempo todo, em cada gesto do meu existir. Dá um beijo e um abraço bem apertado no papai.

E, claro, agradeço a você que se interessou a ler esta pesquisa. Portanto, agradeço a todos que se identificam com a vontade de MUDAR e construir NOVAS PERSPECTIVAS. Espero ter escrito de forma que você tenha acesso a assuntos tão profundos e complexos, sobre a força coletiva, a realidade brasileira e a possibilidade de uma transição política, econômica e social (necessária), e perceba a importância de observarmos a nós mesmos, a nossa construção enquanto nação. Nos perceber, nos reconhecer, nos revirar. Assumirmos os “nós” históricos do nosso subdesenvolvimento e tratá-los com respeito, com prioridade, seja no âmbito das políticas públicas, seja no das atitudes individuais para a construção de possibilidades e um modo de vida sustentável, ético que passa pela recuperação ancestral do nosso povo.

RESUMO

PRESTES, G. A. *Questões agrária, agrícola e subdesenvolvimento no Brasil: o cooperativismo agrícola do MST como paradigma para o desenvolvimento sustentável – o caso COOPTERRA (ES/BA)*. 2022. 143f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta pesquisa tem como ponto de partida teórico os Paradigmas das Questões Agrária e Agrícola configurados a partir da implementação do modo de produção *Plantation* durante a Colonização dos territórios da América do Sul, especificamente. No caso do Brasil, esses paradigmas são mantidos por meio da atuação da classe oligárquica nacional, dona dos meios de produção do setor primário, que corrobora como o modelo capitalista de mercado e Estado, favorecendo o aumento da desigualdade social e a exclusão histórica de milhares de famílias, descendentes de escravos e trabalhadores, não proprietários de terra. A produção nacional, ainda, configurada pela relação de dependência entre países ex-metrópoles e ex-colônias, reforça estruturas históricas de exploração e subdesenvolvimento do país. Caracterizado pela existência de concentração latifundiária, o Brasil teve a oportunidade de, durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995 a 2010), experimentar a implementação de um conjunto de políticas públicas de Reforma Agrária que contemplaram a agricultura familiar e a promoção de cooperativas agrícolas em assentamentos conquistados pelo MST. Esse conjunto de políticas públicas teve como resultado, o resgate do destaque político dos compromissos declarados durante a realização da Rio-92 – evento que fez parte da agenda internacional sobre Desenvolvimento Sustentável para a redução de danos ambientais planetários orientados e defendidos pela ONU-FAO desde 1987 até hoje – ao contribuir para efetivação do Objetivo 2 (Fome Zero e Agricultura Familiar) dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Organização das Nações Unidas). Como estudo de caso sobre a viabilidade de o trabalho cooperativo agrícola familiar ser qualificado como modelo sustentável de produção, antilatifundiário, independente e sustentável, entramos em contato com a cooperativa COOPTERRA, que produz o café “Terra de Sabores” do tipo conilon, cultivado em assentamentos dos estados do Espírito Santo e da Bahia. Apesar dessas políticas públicas terem sofrido desmonte de maneira incipiente no governo Dilma (2011-2016), com cortes mais significativos durante o governo Temer (2016-2018) e, de fato, excluídas da agenda política durante o governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), a cooperativa se mantém em funcionamento e estável economicamente, servindo de instrumento de geração de renda e inclusão social para cerca de 120 famílias assentadas, com impactos negativos de valor irrisório no meio ambiente. A tese evidencia, por fim, os limites da atuação de práticas agrícolas familiares e ecológicas no contexto do capitalismo subdesenvolvido brasileiro e apresenta uma defesa a favor da gestão de políticas públicas que tenham como objetivo final a ruptura com os paradigmas agrário e agrícola, pilares da relação de dependência do país com a economia internacional, que passa por um plano de reforma agrária, capacitação agrícola e administrativa para cooperativas, a favor da conquista da soberania alimentar e do acesso à terra e ao trabalho para todos que se encontram desprovidos desses direitos sociais. Concluímos que a implementação do Desenvolvimento Sustentável, como orientado e incentivado pela ONU, se levado a cabo, sugere a execução de um plano de desenvolvimento democrático, educativo e consistente para a prática da sustentabilidade

sistêmica, que contempla as dimensões social, ecológica e econômica, e que, portanto, não compartilha com práticas de produção capitalista.

Palavras-chave: Paradigmas Agrário e Agrícola. Subdesenvolvimento. Políticas Públicas. Cooperativismo. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Soberania Alimentar.

ABSTRACT

PRESTES, G. A. *Agrarian, Agricultural Question and Underdevelopment in Brazil: the MST Agricultural Cooperativism as a Sustainable Development Paradigm – the COOPTERRA Case (ES/BA) 2022*. 143f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This research has as its theoretical starting point the Agrarian and Agricultural Questions Paradigms configured from the implementation of the Plantation production mode during the Colonization of the territories of South America, specifically. In the case of Brazil, these paradigms are maintained through the action of the national oligarchic class, owner of the means of production in the primary sector, which corroborates the capitalist model of market and State, favoring the increase of social inequality and the historical exclusion of thousands of families, descendants of slaves and workers, not landowners. National production, still shaped by the relationship of dependence between former metropolises and former colonies, reinforces the country's historical structures of exploitation and underdevelopment. Characterized by the existence of landowner concentration, Brazil had the opportunity, during the Fernando Henrique Cardoso and Lula governments (1995 to 2010), to experiment with the implementation of a set of public policies for Agrarian Reform that contemplated family farming and the promotion of cooperatives. agriculture in settlements conquered by the MST. This set of public policies resulted in the recovery of the political prominence of the commitments declared during the Rio-92 – an event that was part of the international agenda on Sustainable Development for the reduction of planetary environmental damage guided and defended by the UN-FAO since 1987 to today – by contributing to the realization of Goal 2 (Zero Hunger and Family Farming) of the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) of the UN (United Nations). As a case study on the feasibility of family farming cooperative work being qualified as a sustainable, anti-landlord, independent and sustainable model of production, we contacted the COOPTERRA cooperative, which produces the “Terra de Sabores” conilon coffee, grown in We settled in the states of Espírito Santo and Bahia. Although these public policies were incipiently dismantled in the Dilma government (2011-2016), with more significant cuts during the Temer government (2016-2018) and, in fact, excluded from the political agenda during the Jair Messias Bolsonaro government (2019- 2022), the cooperative remains in operation and economically stable, serving as an instrument for generating income and social inclusion for about 120 settled families, with negative impacts of negligible value on the environment. Finally, the thesis shows the limits of the performance of family and ecological agricultural practices in the context of underdeveloped Brazilian capitalism and presents a defense in favor of the management of public policies that have as their final objective the rupture with the agrarian and agricultural paradigms, pillars of the country's relationship of dependence on the international economy, which involves an agrarian reform plan, agricultural and administrative training for cooperatives, in favor of achieving food sovereignty and access to land and work for all who are deprived of these social rights . We conclude that the implementation of Sustainable Development, as guided and encouraged by the UN, if carried out, suggests the execution of a democratic, educational and consistent development plan for the practice of systemic sustainability, which contemplates the social, ecological and

economic dimensions, and which, therefore, does not share with capitalist production practices.

Keywords: Agrarian and Agricultural Paradigms. Underdevelopment. Public policy. Cooperativism. Family Farming and Sustainability. Food Sovereignty.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Contextualização do tema e problema da pesquisa: o Paradigma da Questão Agrária e Agrícola.....	16
1.2 Objetivos da pesquisa.....	20
1.2.1 <u>Objetivo geral.....</u>	20
1.2.2 <u>Objetivos específicos.....</u>	20
1.3 Justificativa, relevância e hipótese da pesquisa.....	21
1.4 Metodologia da pesquisa.....	23
1.5 Estrutura da tese.....	26
2. RECORTE EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO: O MATERIALISMO DIALÉTICO E OS PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS DA PESQUISA.....	28
2.1 O desenvolvimento do subdesenvolvimento: características gerais do capitalismo na América Latina e alguns impactos estruturais nos processos de formação do Estado e sociedade civil.....	34
2.1.1 <u>Teoria do Estado e Políticas Públicas no Brasil.....</u>	39
3 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS PARADIGMAS AGRÁRIO E AGRÍCOLA NO BRASIL.....	46
3.1 A agricultura durante o período da América pré-colombiana no território brasileiro... 	48
3.2 As origens do paradigma agrário: o modo de produção <i>Plantation</i>.....	50
3.3. A jornada da evolução do paradigma agrícola: subdesenvolvimento brasileiro e oagronegócio.....	53
3.4 As correntes da Agricultura Alternativa e Soberania Alimentar.....	67
3.4.1 Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade.....	72
4. COOPERAÇÃO, COOPERATIVAS E SEUS DILEMAS NA REALIDADE CONCRETA DA DOUTRINA COOPERATIVISTA NO MUNDO E NO BRASIL.....	76

5 MST, POLÍTICAS AGRÁRIAS E O COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ASSENTADOS: O ESTUDO DE CASO DA COOPTERRA.....	93
5.1 Das Políticas agrárias e do cooperativismo no MST.....	94
5.1.1 <u>O Cooperativismo no MST.....</u>	96
6. O ESTUDO DE CASO DA COOPTERRA (ES/BA).....	99
6.1 Quadro Eixo x Dimensão, análise e interpretação dos dados do estudo de caso.....	101
6.2 Análise e interpretação dos trechos destacados no quadro.....	109
7 REFLEXÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA E CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXOS.....	130
Anexo 1: Fotos retiradas durante trabalho de campo.....	130
Anexo 2: Roteiro da entrevista semiestruturada.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ANAP	Associação Nacional dos Pequenos Agricultores
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIAT	International Center for Tropical Agriculture
CIMMYT	International Maize and Wheat Improvement Center
CIP	International Potato Center
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPTERRA	Cooperativa Terra
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DDT	Dicloro Difenil Tricloroetano
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBRA	Instituto Brasileiro para Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICRISAT	International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics
IFOAM	International Federation of Organic Agriculture Movements
IITA	International Institute of Tropical Agriculture
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IRRI	International Rice Research Institute
LV	Lei do Valor
MPA	Movimento do Pequeno Agricultor
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RAM	Reforma Agrária de Mercado
RPA	Recibo de Pagamento Autônomo
TD	Teoria da Dependência
TMD	Teoria Marxista da Dependência

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema e problema da pesquisa: o Paradigma da Questão Agrária e Agrícola

Os referenciais teóricos desta pesquisa são os Paradigmas das Questões Agrária e Agrícola, compreendidos como condição estrutural desencadeada pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo na agricultura (FERNANDES, 2008; FELICIANO, 2009; OLIVEIRA, 2007).

A história do Brasil tem origem no encontro entre Velho e Novo Mundo e, nesse encontro, a colonização dos povos nativos determinou um capitalismo conveniente aos colonizadores. Segundo Fernandes (2000), das Capitânicas Hereditárias às Sesmarias, e destas até a Lei de Terras de 1850, a terra ficou restrita ao poder da nobreza. A partir de 1850, a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada em sua maior parte, inicialmente, pelos Senhores de Engenho e, atualmente, pelos latifundiários, donos da agroindústria nacional que se mantém, até os dias de hoje, voltada aos interesses do capital estrangeiro.

Os povos indígenas nativos, escravos africanos e, mais tarde, os imigrantes europeus serviram de mão de obra no nosso país. Explorados pelos portugueses, a mistura deu origem ao povo brasileiro e registra a sociologia da imigração e da organização do trabalho no território. A configuração da concentração latifundiária em nosso país é um dos fatores pelos quais se acentua a produção da pobreza, originando-se na história de gerações de vida marginalizadas, excluídas do acesso às condições necessárias para sua subsistência, como a terra e o trabalho.

Historicamente explorados e excluídos do acesso a direitos fundamentais, descendentes de escravos afrocontinentais, de índios e de imigrantes europeus têm como unidade a falta do direito à terra e ao trabalho por lidarem com uma realidade de “ordem capitalista” na qual a concepção de “desenvolvimento” tem como referência “taxas de crescimento econômico” e que, então, não se compromete com práticas vinculadas a valores sociais e éticos de justiça social, igualdade e qualidade de vida, por exemplo (OLIVEIRA; VERARDO, 2008, p. 5). Essas questões sociais, paradigmas estruturais do nosso país, deram origem ao Movimento Sem Terra (MST) no ano de 1984, no estado do Paraná.

O trabalho agrícola familiar, ou o antigo camponês e o trabalho agrícola em si, é marcado pela desvalorização de sua mão de obra, principalmente a partir da mecanização da

produção no campo e desenvolvimento do agronegócio. E, contraditoriamente, devido a sua dimensão familiar, a permanência do campesinato gera relações de produção não capitalistas dentro do capitalismo (OLIVEIRA, 2002). No contexto da agricultura familiar, encontramos famílias de agricultores sem-terra assentados em programas de reforma agrária.

Conforme consta em seus objetivos e compromissos,¹ o MST luta pela terra por considerá-la um bem supremo, universal, necessária a todos os seres. De governo em governo o Movimento defende a reforma agrária popular como forma de lutar pelo direito básico à terra. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram realizadas diversas regularizações sobre a ocupação de territórios rurais para legalização dos assentamentos. Isso teve como consequência uma série de debates entre os integrantes do MST para organização e desenvolvimento produtivo dos assentamentos. A participação social nos debates públicos das agendas políticas no governo Lula (2003-2010) foi essencial para o amadurecimento das políticas de financiamento às iniciativas empreendedoras dentro dos assentamentos do MST.

O campesinato também é (re) criado por meio da ocupação da terra, como no caso dos assentamentos (FERNANDES, 2008). Após o acesso à terra, os camponeses, pequenos agricultores, se reproduzem, subordinando-se ao capital (MARTINS, 1995) ou construindo alternativas aos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008). Esses agricultores – na sua grande maioria descapitalizados – necessitavam (e ainda necessitam) de formas de acesso ao crédito agrícola específico para organização de sua produção para comercialização dos alimentos, qualificação profissional administrativa, cursos de educação rural e cultivo, ou a construção da rede de distribuição dos produtos no mercado, por exemplo.

Durante os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), a implementação das políticas públicas de Reforma Agrária e de inclusão social da produção agrícola dos assentados, contribuiu significativamente para a sustentabilidade de muitas famílias do MST. Anteriormente à implementação desse conjunto de políticas públicas, a sustentabilidade das famílias assentadas ficava exclusivamente comprometida com a individualização de seus atos.

Como forma de possibilitar a distribuição e venda de seus produtos, o MST incentiva os integrantes do movimento, interessados e organizados, a usufruir da política pública para cooperativas agrícolas como um dos principais caminhos encontrados pelos pequenos agricultores para contornar a carência de apoio institucional e a concorrência com o grande produtor. O Movimento, tendo o cooperativismo como modelo organizacional designado, vê a

¹ OBJETIVOS. Disponível em: <<https://mst.org.br/objetivos/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

cooperativa como um instrumento seguro para garantir o retorno financeiro de sua produção, além de favorecer a integração social desses indivíduos (gerando alimentação dessas famílias, trabalho e renda), priorizam práticas de cultivo orgânico. Mas essa construção e compreensão foram conquistadas e passam, necessariamente, pelo conhecimento de formas alternativas de produção que lhes possibilite acesso ao mercado consumidor nos setores não explorados pelos grandes produtores rurais.

Consultando dados do último censo agropecuário (2017), a agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total. Em comparação aos grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de *commodities* agrícolas de exportação, como soja e milho, a agricultura familiar responde por um valor de produção de 23% do total no país (IBGE, 2017).²

Mediante os impactos que a hegemonia neoliberal do modo de produção capitalista vem gerando no planeta, como a Crise Climática – variações de temperaturas, o descongelamento dos polos, tsunamis, furacões e tempestades em geral –, Ambiental – com alto nível de poluição aérea e aumento do número de doenças respiratórias, poluição aquática (rios e mares), extinção de espécies devido à caça de animais silvestres e etc. –, e os ciclos de crises econômicas cada vez mais frequentes - que por sua vez desencadeiam e intensificam os índices relativos aos problemas sociais como desigualdade, fome, miséria, desemprego, etc. - , a qualidade de vida para a maioria dos seres vivos tem diminuído, sendo motivo para a geração de uma agenda internacional de eventos sobre acordos e definição de diretrizes relativas a ações e medidas que contemplassem efeitos de sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com o intuito de garantir o impacto direto na melhoria da qualidade de vida futura das próximas gerações habitantes no planeta, o conceito de sustentabilidade tem caráter sistêmico capaz de gerar impactos mútuos nas dimensões social, econômica e ecológica de acordo com a definição da ONU, registrado no documento “O Nosso Futuro Comum” ou relatório de Brundtland, no ano de 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento³. A partir daí, vários eventos foram realizados para aprofundamento e

² Informações obtidas no site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do link: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

³ Conceito de sustentabilidade segundo a ONU é referente a práticas que suprem “as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.” Informação

atualização conceitual sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Durante o governo Lula, a integração da produção agrícola dos pequenos agricultores, incluindo dos assentados, vinculando-os ao fornecimento de alimentos para alimentação escolar (PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – criado no governo FHC) - ação estratégica do programa Fome Zero -, obteve resultados que ultrapassaram as expectativas dos índices de comparação de subnutrição infantil e fome. Alcançando a efetivação do Objetivo 2 (Fome Zero e Agricultura Familiar) dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o ex-presidente foi homenageado pela ONU através do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) como “Campeão Mundial na Luta Contra a Fome” no ano de 2010⁴.

Observando o contexto e o resultado obtido pela articulação dessas políticas públicas implementadas por governos diferentes e levando em consideração o desmonte de políticas públicas que beneficiavam a produção agrícola familiar a partir dos governos Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) e, efetivamente, durante governo Bolsonaro (2019-2022), elegemos como estudo de caso a cooperativa COOPTERRA (ES-BA) que reúne a produção de famílias assentadas, produtoras de café conilon e pimenta do reino, para realizamos a seguinte investigação: a associação entre as políticas públicas voltadas para a promoção e consumo de alimentos agrícolas de produção familiar, com destaque as do Governo FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) podem ser consideradas suficientes para a promoção da sustentabilidade dos assentados pela reforma agrária vinculados à cooperativa? Ou existem outros fatores determinantes para o alcance da sustentabilidade de determinadas famílias?

A partir dessa análise, procuramos estender o debate sobre Desenvolvimento Sustentável no capitalismo subdesenvolvido brasileiro e fazemos uma reflexão sobre que outras ações e políticas públicas o Estado poderia promover para ampliar a qualidade dessa sustentabilidade e estabelecer o desenvolvimento sustentável como objetivo principal. Seria válido pensar nesse modelo de conjunto de políticas públicas não somente como uma das formas de organização do trabalho rural familiar e redução da pobreza e fome, mas também como diretriz desenvolvimentista generalizada, de organização da sociedade e do mercado, podendo assim contribuir para a redução (ou até mesmo eliminação, a longo prazo) da relação de dependência dos países subdesenvolvidos de forma pacífica e sustentável?

obtida através do documento “O Nosso Futuro Comum”, disponível em <<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/decpol.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2020.

⁴ É possível averiguar essa informação em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/05/lula-leva-titulo-de-campeao-mundial-na-luta-contr-a-fome-pela-onu.html>>. Acesso em: 13 maio 2021.

Essa tese tem como objetivo principal resgatar o debate necessário sobre estratégias para implementação de um plano efetivo para o Desenvolvimento Sustentável partindo do contexto brasileiro de subdesenvolvimento. Observa-se por fim, que não há desenvolvimento sem participação e inclusão social, não há sustentabilidade concreta sem ruptura com o modo de produção capitalista. Caso contrário, as políticas públicas que têm no discurso de sua elaboração e implementação o desenvolvimento sustentável, tem impactos paliativos. Reafirmamos a importância do papel do Estado na gestão das questões sociais estruturais que caracterizam o desenvolvimento do país na qualidade de dependente e subdesenvolvido. Portanto, além de contribuir para o debate sobre desenvolvimento sustentável no contexto subdesenvolvido brasileiro, essa tese reitera uma visão crítica sobre os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade.

1.2 Objetivos da pesquisa

A partir das considerações apresentadas, esta pesquisa se propõe a expor a relevância, a partir das conclusões obtidas por meio do estudo de caso da COOPTERRA, da implementação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e independência da produção agrícola, tendo como pré requisito uma Reforma Agrária – que atinja latifundiários – e Urbana, como estratégias para construção de um modelo desenvolvimentista sustentável; e que, no caso do subdesenvolvimento brasileiro, passa pela necessidade de desvencilhamento da relação de dependência e ruptura com o capitalismo, de reorganização do trabalho e das relações sociais. Para tanto foram estabelecidos os seguintes objetivos, geral e específicos:

1.2.1 Objetivo geral

Contribuir para o debate, na área de gestão e políticas públicas, sobre a construção de diretrizes de políticas públicas de desenvolvimento que tenham como objetivo final o rompimento com os paradigmas agrário e agrícola capitalistas, que favoreçam o processo de desconstrução da relação de dependência do país com o mercado internacional do agronegócio e corroborem com um plano de desenvolvimento sustentável íntegro.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Esclarecer os principais conceitos e aspectos históricos estruturais que formulam a tese: Questões agrária e agrícola, Subdesenvolvimento e Teoria da Dependência, Políticas Públicas de Desenvolvimento e Políticas Agrárias, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Soberania Alimentar e Cooperativismo;

- b) Utilizar como estudo de caso a cooperativa COOPTERRA no intuito de identificar os impactos da implementação do conjunto de políticas públicas especificado, no que diz respeito ao alcance da sustentabilidade relativa às dimensões social, econômica e ambiental dos assentados envolvidos;

1.3 Justificativa, relevância e hipótese da pesquisa

O modo de produção capitalista hegemônico, caracterizado por políticas macroeconômicas e estruturais construídas sobre desigualdades históricas, no contexto subdesenvolvido brasileiro, tem como um de seus resultados a existência de um contingente populacional marginalizado historicamente, de trabalhadores rurais expropriados e descapitalizados, descendentes de famílias escravizadas.

Em oposição à estrutura latifundiária para produção agropecuária em escala internacional, pequenos agricultores apresentam baixa produtividade devido a sua estrutura familiar e territorial. A concentração latifundiária e a marginalização dos agricultores familiares no subdesenvolvimento capitalista brasileiro têm origem histórica. Os impactos da implantação do modo de produção *Plantation* durante a colonização do território nacional pelos portugueses se deu de forma generalizada no processo de formação do Estado e da Sociedade, e se ressignificam de tempos em tempos em sua totalidade, sempre trazendo reflexos dessa relação dialética de dependência entre o Brasil subdesenvolvido, agropecuário, ex-colônia de exploração e os países desenvolvidos.

Fundado no ano de 1984, o Movimento Sem Terra (MST), atuando como reflexo da Questão Agrária apontada acima, elege, na década de 90, o cooperativismo como modelo de produção agrícola e forma de participação no mercado. Se apropriando dos assentamentos regularizados e das políticas de microcrédito para produção familiar agrícola durante os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), o

MST inaugurou diversas cooperativas agrícolas, nas quais a distribuição de sua produção poderia estar associada a um conjunto de medidas e programas nacionais, como o Fome Zero, a favor da promoção da soberania e segurança alimentar para o desenvolvimento sustentável. De acordo com a Declaração de Joanesburgo, o Desenvolvimento Sustentável⁵ tem como propriedade a inter-relação de três fatores principais: o econômico, o social e o ambiental, nos âmbitos local, nacional, regional e global.

A partir das breves observações assinaladas acima, considera-se a pesquisa relevante, uma vez que temos como objetivo conhecer a possibilidade de ser a organização do trabalho cooperativo agrícola em territórios regularizados por reforma agrária a principal estratégia de ação em políticas públicas anti-hegemônicas para redução da relação de dependência e inclusão de populações rurais (e, considerando o êxodo rural, também urbanas, por que não?) historicamente marginalizadas.

Esta pesquisa, impulsionada pela agenda internacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, utiliza como estudo de caso uma cooperativa agrícola vinculada ao Movimento Sem Terra para análise qualitativa dos impactos das políticas públicas, assim como a falta atual da execução das mesmas durante a Pandemia do Covid-19, na reprodução da sustentabilidade das famílias cooperadas. Levando-se em consideração que as políticas de reforma agrária e regularização de assentamentos, de microcréditos para cooperativas agrícolas e a associação da produção agrícola familiar com a merenda escolar sofreram reduções orçamentárias a partir dos Governos Dilma (2011-2016) e desmonte a partir do Governo Temer (2016 – 2018) até sua exclusão efetiva na agenda política no Governo Bolsonaro (2019- até agora) (CATTETLAN, MORAES, ROSSONI, 2020), a partir das informações colhidas no trabalho de campo fizemos uma análise preliminar sobre a importância das atuações governamentais do governo FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) na configuração desse conjunto de políticas públicas agrárias na sustentabilidade da vida dessas famílias vinculadas a COOPTERRA. O sentido é de identificar as dificuldades, os benefícios, as diferenças e estratégias de gestão que essas experiências governamentais trouxeram e dialogam com a viabilidade de construção de uma de política pública desenvolvimentista sustentável, democrática e anticapitalista.

A hipótese inicial é de que o acesso às políticas públicas que facilitaram a organização da cooperativa agrícola no assentamento contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas através do acesso ao direito à terra e ao trabalho; e, além

⁵ Documento que pode ser consultado no seguinte link:

<https://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/POI_PD.htm>. Acesso em: 14 abr. 2020.

disso, por meio do PAE, implementado durante o governo Lula, estabeleceu um vínculo de cumplicidade entre Estado e Sociedade, a partir da exclusividade da fonte dos alimentos orgânicos, além de ter o menor custo, para o Estado, no acesso e transporte dos alimentos no território nacional.

Os resultados obtidos desse conjunto de políticas públicas no grupo de famílias que constituem a COOPTERRA, caracterizam um ciclo de política pública sustentável a partir da observação de que o ciclo é saudável, correspondendo minimamente aos critérios estabelecidos pela ONU, sob a prática de ações positivas nas dimensões econômica, social e ambiental. Portanto, esse conjunto de políticas públicas, tende a se qualificar como possibilidade de modelo para implementação do desenvolvimento sustentável.

A implementação desse modelo como modo de produção para o setor primário pode representar um plano de desenvolvimento ousado no sentido de romper com os paradigmas agrários e agrícolas que marcam a história da dependência econômica e subdesenvolvimento do nosso país. Romperia também, com a ideia de desenvolvimento positivista, regido por uma ordem hierárquica de “níveis” de desenvolvimento, e realizaria a transição para a percepção qualitativa de desenvolvimento. Continuaríamos um país agrário, porém autônomo e gestor protagonista da economia nacional alimentar, sob uma gestão regional da produção agrícola e normas agroecológicas de cultivo, provocando a inclusão e integração social de milhares de famílias sem-terra e agrícolas.

Esta pesquisa defende como estratégia de libertação da dependência econômica e ontológica capitalista a desconfiguração da atividade produtiva do agronegócio, o qual representa um dos principais pilares do vínculo do Brasil com o mercado estrangeiro e, portanto, é uma atividade econômica que contribui significativamente para a manutenção dos sistemas de exclusão e desigualdade social no país.

1.4 Metodologia da pesquisa

Quanto aos fins, esta pesquisa é analítica crítica qualitativa na medida em que visa tornar inteligíveis os impactos da instalação de uma cooperativa dirigida por assentados do Movimento Sem Terra por meio da realização das entrevistas semiestruturadas com integrantes e fundadores da cooperativa, no intuito de apontar possibilidades de gestão de políticas públicas agrárias e agrícolas a favor do Desenvolvimento Sustentável e anti-hegemônicas. Portanto, os procedimentos adotados foram: bibliográfico, para que houvesse a

fundamentação teórica e informativa do problema e do motivo da pesquisa apresentada; o estudo de caso, no caso a COOPTERRA, tendo caráter de profundidade e detalhamento empírico por meio das entrevistas semiestruturadas e visita à sede da cooperativa registrada pelo método da observação simples – a realização das entrevistas semiestruturadas tem a intenção de captar a percepção subjetiva e coletiva dos impactos do conjunto de políticas especificado relativa à sustentabilidade dessas famílias assentadas –; e para classificação dos eixos principais e dimensões respectivas na análise do conteúdo subjetivo manifestado nas entrevistas utilizamos a metodologia da análise de conteúdo.

O primeiro momento da coleta de dados e análise foi a literária. Buscamos informações e dados por meio de registros bibliográficos sobre a questão agrária e agrícola no Brasil, o subdesenvolvimento, a implementação de políticas públicas para cooperativas agrícolas num país subdesenvolvido como o nosso, a Doutrina Cooperativista e algumas pesquisas que investigam o cooperativismo no MST.

Já o segundo momento corresponde à nossa inserção no campo de trabalho e na realidade da COOPTERRA. Em busca de informações que contribuíssem para análise e resposta à hipótese da tese, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com integrantes das cooperativas, como fonte empírica na comparação com os dados bibliográficos para análise final da pesquisa.

O estudo foi restrito ao estudo de caso da COOPTERRA a fim de tornar o trabalho conclusivo. O universo da pesquisa de campo é formado pelos assentados vinculados à cooperativa espalhados nos assentamentos do Vale da Vitória (ES), Pratinha, São Vicente (ES), Georgina (ES), Zumbi dos Palmares (ES), Valdício Barbosa (ES), Nova Conquista (ES), Nova Vitória (ES), Paulo Vinhas (ES), Castro Alves (ES), Piranema (ES), Mário Cristina (ES), Padre Pedro (ES), Vale da Esperança (ES) e Jacir Rocha (BA). Os entrevistados possuem posição de Diretor Executivo e Diretor Administrativo Financeiro da cooperativa e um agricultor cooperado, todos assentados e cofundadores.

Com relação ao tratamento de dados, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa do fenômeno. A coleta de dados empíricos apresentou-se como a grande limitação do método ao estudo, principalmente devido às limitações impostas pela pandemia do Coronavírus durante os anos de realização das entrevistas, mas também pelo receio da pesquisadora com relação à capacidade de captação das informações e da imparcialidade no processo de análise qualitativa dos dados, o que poderia gerar a apresentação de resultados antiéticos e/ou cientificamente insuficientes nas entrevistas. Poderia haver influência da entrevistadora sobre

o pesquisado, fato que tornaria a pesquisa tendenciosa. Outra possibilidade era a de que a pesquisadora não se fizesse entender pelo agente do fenômeno, o que tornaria as respostas imprecisas e inadequadas.

Dessa maneira, neste estudo de caso, elegeu-se a análise de conteúdo como forma de captar o alcance do impacto da cooperativa COOPTERRA na sustentabilidade da vida dos assentados vinculados, partindo do mapeamento histórico de formação humana dos integrantes do MST e do contexto político de elaboração e implementação de políticas públicas para agricultura familiar. Tendo como marco referencial o conceito de sustentabilidade definido pela ONU, depois de uma primeira leitura das entrevistas, pretendeu-se codificar (salientar, classificar, agregar e categorizar) trechos das entrevistas transcritas, que passamos a apresentar em forma de quadro de classificação do conteúdo, dividindo-os em dois eixos principais: políticas públicas e formação humana. Estes, por sua vez, serão divididos entre as dimensões econômica, ecológica e social que integram o conceito de sustentabilidade e revelam possíveis reflexos de mensuração do grau de sustentabilidade obtido por essas famílias nas condições de trabalho e modo de vida já descritos anteriormente, diretamente por eles manifestados.

A conceitualização da análise de conteúdo pode ser concebida de diferentes formas, tendo em vista a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, com o intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva (BAUER; GASKELL, 2002). Esta técnica propõe analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências.

Ressaltamos, contudo, que a metodologia do estudo de caso pode gerar uma compreensão tendenciosa do fenômeno estudado, na medida em que a análise é realizada sob um ambiente específico que pode não ser passível de reprodução em outra organização da mesma categoria. Pode, portanto, haver o bloqueio de novas percepções científicas devido a uma possível avaliação precipitada e altamente específica.

Assim, além de recorrermos a Análise de Conteúdo para captação objetiva dos sentidos manifestados durante as entrevistas com os integrantes da COOPTERRA para compreensão qualitativa da sustentabilidade gerada nesse contexto, colaborando com a intenção de proteger a análise das distorções passíveis já apontadas acima, houve a preferência em deixar o registro integral das quatro entrevistas realizadas (Anexo 3, p. 122), para que o acesso a essas histórias fosse realizado de forma direta pelo leitor. Portanto, nos preocupamos em oferecermos ao

leitor a oportunidade de gerar sua própria compreensão e conclusões sobre os dados e experiências vividas por essas pessoas que representam um retrato histórico do brasileiro.

1.5 Estrutura da tese

Esta pesquisa está organizada em seis capítulos apresentados da seguinte forma:

Capítulo 1 – Apresenta a pesquisa: introdução, os objetivos, justificativa, metodologia e estruturação da tese;

Capítulo 2 – Contém a definição dos principais pressupostos epistemológicos e conceitos que circunscrevem os temas da pesquisa identificados na bibliografia selecionada.

Capítulo 3 – Apresenta um roteiro histórico da trajetória da formação dos paradigmas agrário e agrícola no Brasil – desde o povoamento da América Pré-Colombiana à formação da República Democrática –; o desenvolvimento da agricultura e de técnicas alternativas ao agronegócio, soberania alimentar e sustentabilidade; e a formação da agenda internacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

Capítulo 4 – Neste capítulo, descrevemos o histórico de formação da Doutrina Cooperativista fundamentada a partir das experiências históricas dos socialistas utópicos; realizamos algumas reflexões acerca das Teorias Modernas do Cooperativismo em perspectiva desenvolvimentista e das propostas de Harvey (2016) para incentivo da configuração de atitudes anticapitalista.

Capítulo 5 – Fazemos um breve histórico de formação do Movimento Sem Terra e do conjunto de políticas públicas implementadas durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010) voltadas para regularização de assentamentos e de cooperativas agrícolas nesses territórios.

Capítulo 6 - Apresentação do estudo de caso, os processos de coleta, registro e análise dos dados qualitativos. Neste capítulo apresentamos o cenário da pesquisa empírica e as respectivas formulações da análise.

Capítulo 7 – Neste capítulo são apresentadas algumas considerações e reflexões finais sobre o estudo de caso e a associação entre cooperativismo e desenvolvimento sustentável como possibilidade estratégica de transição para

definição de novos paradigmas das relações de produção e desconfiguração da relação de dependência econômica com a economia internacional.

2. RECORTE EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO: O MATERIALISMO DIALÉTICO E OS PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS DA PESQUISA

Com o objetivo de delinear o percurso humano em nosso planeta a partir do desenvolvimento da agricultura, é necessário esclarecer algumas observações sobre a constituição da nossa espécie. Os seres humanos, ao estabelecerem relações com a natureza e com os demais, desenvolveram, por meio da sociabilidade, atributos e características comportamentais diferenciadas. A capacidade de transformar a natureza em coisas úteis também transforma os humanos, e essa transformação é, muitas vezes, mediada por instrumentos e equipamentos, portanto, tem como pressuposto o planejamento e o ordenamento das suas ações (MARX, 2010; LUKÁCS, 2013; NETTO; BRAZ, 2007).

O alinhamento epistemológico dessa pesquisa parte da compreensão de que os valores morais e éticos que norteiam as ações sociais de qualquer indivíduo em sociedade decorrem do processo dialético entre as condições materiais de sua existência na sociedade (modo de produção e divisão do trabalho) e das possibilidades de interpretação e produção de ideias (ideologia) sobre e para essa realidade, condicionadas, por sua vez, à sua classe social.

Como explicam Engels e Marx em *A ideologia alemã* (1998), é necessário iniciar da percepção empírica da realidade que, por sua vez, decorre da compreensão do processo histórico da condição material, para a identificação dos pressupostos absorvidos ideologicamente pelos indivíduos sobre a realidade vivida e a materialização dessa concepção na práxis.⁶

Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam, nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital.

[...]

Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.

[...]

É onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. É nesse ponto que termina o fraseado vago sobre a consciência e o saber real passa a ocupar o seu lugar. (MARX; ENGELS, 1998, p. 19-21).

⁶ Outro conceito marxista que tem como pressuposto a relação dialética entre o homem e a natureza. Atividade social dirigida para a transformação concreta da realidade, que tem como resultado, além da transformação concreta, a experiência vivida (MARX, 2007).

O filósofo Karel Kosik, em sua obra *Dialética do Concreto* (2002), nos esclarece, contudo, sobre a mensagem principal e fundamentação da Teoria Marxista, com relação ao princípio e ao resultado da práxis humana, da forma de se relacionar no mundo, a economia.

Segundo o autor:

Investigar o modo em que a economia existe em primeiro lugar e o mais das vezes para o homem, significa ao mesmo tempo investigar o modo mais fundamental em que tal realidade se dá. Antes mesmo de que a economia se torne objeto de especulação, explicação e interpretação científica, ela já existe para o homem, sob um aspecto determinado (KOSIK, 2002, p. 68).

A teoria materialista, [...], parte do conceito de *que o complexo social (a formação econômico-social) é formado e constituído pela estrutura econômica. A estrutura econômica forma a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social* (Ibidem, p. 116, grifos do autor).

[...]

O materialismo dialético é uma filosofia radical porquê [...] penetra até as raízes da realidade social, isto é, até o homem como sujeito objetivo, ao homem como ser que cria a realidade social. Somente sobre a base desta determinação *materialista* do homem como sujeito objetivo – ou seja, como ser que, dos materiais da natureza e em harmonia com as leis da natureza como pressuposto imprescindível, cria uma nova realidade, uma realidade social humana – podemos *explicar* a economia como a estrutura fundamental da objetivação humana, como a ossatura das relações humanas, como característica elementar da objetivação humana, como o fundamento econômico que determina a superestrutura. O primado da economia não decorre de um superior grau de realidade de alguns produtos humanos, *mas do significado central da práxis e do trabalho na criação da realidade humana* (Ibidem, p. 122, grifos do autor).

As citações destacadas acima explicam por que nesta pesquisa temos como pressuposto sobre a realidade e a ação humana, a compreensão que o ser humano se relaciona, cria e modifica a realidade por meio de sua práxis. E essa práxis está imbuída de uma forma de *ser*, a qual deu às propriedades humanas como a arte, o conhecimento, o trabalho (divisão do trabalho e modo de produção), por exemplo. E a estrutura da nossa forma de ser (a práxis) e de se relacionar é regida pelo princípio da economia, da ordem dos valores sociais coletivamente pré-determinados. A apropriação do objeto que se cria modifica a realidade dos indivíduos que se apropriam das funções do objeto criado. Portanto, a criação, o fazer, a práxis é uma atividade realizada socialmente, com propriedade de impacto dialético nos âmbitos coletivo e individual.

A sociabilidade do objeto criado ocorre, por sua vez, por meio de atributos específicos dos seres humanos como: a linguagem; a existência da consciência sobre as relações sociais necessárias para realização do seu “fazer”; o impacto universal da sua existência, que

transforma o mundo, do ponto de vista material, e o outro através da aprendizagem; e o senso de liberdade de escolha em vista a alcançar objetivos pretendidos que correspondem a interesses pessoais e, ao mesmo tempo, coletivos (NETTO; BRAZ, 2007). Esse ser racional, criador de instrumentos e objetos para manutenção das condições materiais para a reprodução de sua vida, foi se especializando, determinando uma divisão e organização das atividades desenvolvidas. Essa especialização, inicialmente relacionada à divisão de tarefas socialmente compartilhadas, deu origem ao trabalho (MARX, 2010; LUKÁCS, 2013; NETTO; BRAZ, 2007; LESSA, 2012). Segundo Martins (2004, p. 52):

Nada eliminará a necessária relação entre os seres humanos com a natureza, relação esta desenvolvida sempre socialmente. O que se modificou ao longo do tempo foi a forma histórica da organização do trabalho. Transitando do trabalho comunitário, cooperado, visto nas primeiras comunidades humanas, para um trabalho explorado, seja na condição de trabalho escravo, servil, seja assalariado.

A produção de artefatos para caça e coleta e a descoberta do fogo foram fatores determinantes para o aprimoramento e a especialização de atividades coletivas e individuais na organização de tribos e aldeias. O desenvolvimento humano é caracterizado pela capacidade de associações e produção complexa de sentidos e de significados (abstratos e/ou concretos), em cada tipo de sociedade ou coletivo étnico. O desenvolvimento humano é resultado da combinação entre a forma pela qual os seres humanos se apropriam das condições que o ambiente o oferece e da própria qualidade dessas condições. Portanto, fatores externos como a localização geográfica com vegetação, relevo, solo, hidrografia, fauna etc. diversificadas, associados a fatores internos da produção da inteligência, de recriação da realidade, são os elementos que qualificam o desdobramento das sociedades. A diferença e a diversidade entre os grupos ocorrem através do tipo de relação que os humanos mantêm e praticam com os elementos da realidade concreta local.

O processo de povoamento é marcado pela disputa de recursos em escassez e pelo desenvolvimento de técnicas de manutenção, preservação e acumulação dos alimentos para sobrevivência coletiva dos primitivos. Contudo, a guerra se fez presente entre nós. As técnicas desenvolvidas para confecção de armas e o desenvolvimento dos artefatos para se guardar comida ocorreram simultaneamente (CARDOSO, 1986).

O estabelecimento das *relações de produção* coletiva e a permanência dos grupos em regiões determinadas teve como consequência a especialização das atividades para organização da produção e a divisão do trabalho, inicialmente no quesito primordial de conquista da comida, a curto e longo prazo.

O fundamento econômico do bando é a **divisão do trabalho** segundo o sexo, sendo a caça uma atividade masculina (e cooperativa) e a coleta de uma atividade feminina (e individual). Os direitos de uso sobre os territórios de caça e coleta são coletivos. O produto da caça sofre processo de redistribuição imediata, de circulação instantânea, segundo regras de reciprocidade, de tal forma que todo membro do bando se beneficie (em maior ou menor grau) com cada animal abatido e, no conjunto, cada família. Os caçadores cooperam entre si. Notou-se que um bando gira, numericamente, ao redor de 25 pessoas na maioria dos casos, o que significaria de 6 a 8 homens adultos firmando um grupo de caça (Ibidem, p. 31, grifos nossos).

Com o passar do tempo, a divisão do trabalho foi, cada vez mais, se aprimorando, assim como a tecnologia, e do trabalho servil agrícola surgiu o trabalho manufatureiro e, em seguida, o trabalho assalariado.

O esquema de permuta entre serviços e alimentos (relação laboral servil, como no feudalismo), dessa maneira, foi financiado, originando um sistema de câmbio entre moedas e trabalho/alimentos/utensílios. A partir da monetarização do sistema, a troca de objetos em benefício do acesso às necessidades, desejos e/ou ostentação para manutenção de *status quo* (posição social) se media através da capacidade, do poder aquisitivo e acumulação de moedas por família ou indivíduo.

Assim, com o passar do tempo, o trabalho se torna a única forma de adquirir moedas e passa a se qualificar como a principal “preocupação” entre os homens. Segundo Kosik (2002):

A ‘preocupação’ é o enredamento do indivíduo no conjunto das relações que se lhe apresentam como mundo prático-utilitário. Portanto, as relações objetivas se manifestam ao indivíduo não na intuição, mas na *práxis*, como mundo do trabalho, dos meios, fins, projetos, obstáculos e êxitos. A “preocupação” é a atividade pura do indivíduo social isolado (KOSIK, 2002, p. 70).

O sujeito é determinado pelo sistema de relações objetivas, mas se comporta como indivíduo movido pela “preocupação”, o qual no curso da sua ação cria a rede das relações. A “preocupação” é:

1. inserimento do indivíduo social no sistema das relações sociais sob fundamento do seu *engagement* e da sua *práxis* utilitária;
2. o agir deste mesmo indivíduo, agir que – no seu aspecto elementar – se manifesta como solicitude e preocupação;
3. sujeito de ação (preocupação e solicitude) que se manifesta como indiferenciação a anonimidade (Ibidem, p. 73).

Esse momento de transformação do trabalho em “preocupação” é identificado por Kosik no processo de transferência material/objetiva, cognitiva e epistemológica/científica da compreensão e reprodução da realidade pelos humanos:

A passagem do “trabalho” para a “preocupação” reflete de maneira mistificada o processo de fetichização das relações humanas, cada vez mais profundo, em que o mundo humano se manifesta à consciência diária (fixada na ideologia filosófica) como conjunto já pronto, e provido de aparelhos, equipamentos, relações e contatos, onde o movimento social do indivíduo se desenvolve como empreendimento, ocupação, onipresença, enlevamento – em uma palavra, como “preocupação”.

[...]

O preocupar-se é a *praxis* no seu *aspecto fenomênico alienado*, que já agora não alude à *genese* do mundo humano (o mundo dos homens, da cultura humana e da humanização da natureza) mas exprime a *praxis* das operações diárias, em que o homem é empregado no sistema das “coisas” *já prontas*, isto é, dos aparelhos, sistemas em que o próprio homem se torna objeto de manipulação. A *praxis* da manipulação (faina, labuta) transforma os homens em manipuladores e objetos de manipulação (Ibidem, p. 73-74).

Segundo o autor, isso teria ocorrido no século XX, afirmando também, que essa passagem de transformação do “trabalho” em “preocupação” não provém de uma particularidade de pensamento filosófico ou de uma filosofia em geral. Ela, na verdade, é reflexo das modificações da realidade objetiva, anteriores à intelectualização dos mesmos.

Kosik (2002) esclarece que na economia capitalista existe a pretensão de uma certa autonomia, de um grau de equilíbrio natural entre os sistemas de trocas e distribuição dos bens materiais. Essa autonomia é defendida com base no pressuposto da *reificação das relações sociais como ponto de equilíbrio e fator determinante de desenvolvimento*. Devido a esse efeito, os homens ocupam suas vidas em processos de resolução, resiliência e motivação materialista com relação ao trabalho. *E é sob esse aspecto que ocorre a alienação do trabalhador e o deslocamento do sentido cognitivo que se dá na configuração da práxis e, portanto, da realidade, tornando-a não ideal:*

O capitalismo rompe com esse vínculo direto, separa o trabalho da criação, os produtos dos produtores e transforma o trabalho numa fadiga criativa e extenuante. A criação começa além das fronteiras do trabalho industrial. A criação é arte, enquanto o trabalho industrial é ofício, é algo maquinal, repetitivo e, portanto, algo pouco apreciado e que se auto despreza. O homem – que durante a renascença ainda é criador e sujeito – se rebaixa ao nível dos produtos e dos objetos de uma mesa, de uma ferramenta, de um martelo. Com a perda do domínio sobre o mundo material criado, o homem perde também a realidade. A autêntica realidade é o mundo objetivo das coisas e das relações humanas reificadas, diante das quais o homem é uma fonte de erros, de subjetividade, de inexatidão, de arbítrio e por isso é uma realidade imperfeita (KOSIK, 2002, p. 123).

A predominância da economia no desenvolvimento social seria apenas fatal, não necessária, e desapareceria ao alcançar o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras: tal concepção afirma que a economia desempenha um papel decisivo apenas nas sociedades relativamente pouco desenvolvidas, onde os homens são obrigados, em consequência do medíocre grau de desenvolvimento das forças produtivas, a dedicar a maior parte da própria atividade à resolução dos problemas atinentes à produção e à distribuição dos bens materiais. [...] A libertação dos homens do predomínio quantitativo da atividade econômica significa, portanto, a libertação da sociedade do primado da economia (Ibidem, p. 114-115).

O primado da economia do modo de produção capitalista, como afirma Kosik, provoca uma interferência nas expressões materiais do “Ser social” das sociedades primitivas, feudais, mercantilistas, coloniais e modernas. Infiltrado pelas transformações temporais e sob as condições de reprodução social do modo de produção capitalista, de um estado de acúmulo de “condições históricas” passa a outro, tecendo seu desenvolvimento social através da disponibilidade natural dos objetos, assim como Kosik explicita no trecho a seguir:

O ser social não coincide com a situação dada, nem com as condições, nem com o fator econômico, os quais – considerados isoladamente – são aspectos deformados deste mesmo ser. Em determinadas fases do desenvolvimento social o ser do homem é transtornado, já que o aspecto objetivo de tal ser – sem o qual o homem perde a humanidade e se transforma numa ilusão idealística – é separado da subjetividade, da atividade, das potencialidades e possibilidades humanas. Nessa transformação histórica o aspecto objetivo do homem se transforma em uma objetividade alienada, em uma objetividade morta, desumana (as “condições” ou o fator econômico) e a subjetividade humana se transforma em existência subjetiva, miséria, necessidade, vazio, em uma necessidade meramente abstrata, no desejo (Ibidem, p. 126).

Esse processo de mercantilização do trabalho humano determinou uma nova forma de gerar riqueza social: a mais-valia. Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a principal forma de ampliar a extração da mais-valia será através da extensão da jornada de trabalho, ficando conhecida por *mais-valia absoluta* (MARX, 2011).

Segundo esses autores, no Modo de Produção Capitalista, atualmente hegemônico, a socialização das relações de trabalho foi determinada pelo modelo de produção que tem como base material um conjunto articulado de trabalhadores em unidades fabris e organizada com o intuito único de gerar mais-valia e com ela ampliar o capital. A centralidade da produção torna-se a valorização do valor. A acumulação de capital passa a ser o elemento central das atividades e das relações humanas (MARX, 2011; CARCANHOLO, 2011).

Esse imperativo da esfera econômica capitalista exigiu que a razão humana deixasse de se expressar em uma práxis apropriadora do real movimento da realidade, em sua totalidade, e se tornasse uma práxis manipuladora dos objetos, isolando-os tornando-os um dado sobre o qual operam apenas normas, regras que orientam a composição do objeto fragmentado. Podemos afirmar, portanto, que na ordem capitalista, a visão que prevaleceu foi a epistemológica (como produzir o conhecimento, fragmentação), abandonando a visão ontológica (concepção de mundo, totalidade). O epistemologismo concentrou-se na descrição formal dos processos, na qual dividiu o real em um certo número de dados, ou elementos finitos, posteriormente combinados segundo regras formais. Trata-se de instrumentalizar a

razão humana para ampliar a eficiência produtiva frente ao mundo da concorrência dos mercados capitalistas (COUTINHO, 2010).

Esse processo de alienação, gerado pela reprodução social de um sistema desigual entre proprietários dos meios de produção e proprietário da força de trabalho trouxe consigo uma mentalidade competitiva, baseado no primor em acumular bens materiais específicos, valorizados de acordo com o mercado burguês, portanto, a partir de critérios particulares, classistas. Os efeitos provocados pelos instrumentos de reprodução ontológica capitalista, de fragmentação da realidade, afastam radicalmente as possibilidades de desalienação da classe trabalhadora e garantem a perpetuação desse modo de produção e exploração antiética, desumana e antiecológica.

A longo prazo, historicamente referenciado pela Revolução Industrial do século XVIII, esses três séculos de sistema capitalista registram uma série de questões socioambientais, como a fome, a miséria, a crise climática, a extinção de espécies de vida, a poluição dos recursos naturais essenciais etc. (HARVEY, 2014).

Dessa maneira, o Método Materialista Dialético e sua epistemologia é recorrida aqui como instrumento de garantia da qualidade da análise crítica do estudo de caso e da própria tese, como um todo, no sentido de apresentar um roteiro de pesquisa que tem como objetivo estabelecer o vínculo entre as condições históricas de desenvolvimento dos principais conceitos, das políticas públicas especificadas e da realidade empírica investigada, como forma de criar insumo para a sistematização de estratégias de gestão de políticas públicas que diluam a rigidez da relação de dependência e a maioria questões sociais relativas aos paradigmas agrário e agrícola existentes no Brasil.

2.1 O desenvolvimento do subdesenvolvimento: características gerais do capitalismo na América Latina e alguns impactos estruturais nos processos de formação do Estado e sociedade civil

Outro conceito-base desta tese é a complexa noção de *desenvolvimento*. Existe a noção de desenvolvimento atrelada unicamente à percepção específica da demanda capitalista de crescimento econômico, mas a perspectiva de desenvolvimento se coloca em termos de algumas décadas, pelo menos. É, portanto, um processo a longo prazo. Desenvolvimento também se confunde com o progresso de uma sociedade; mas o que se entende por progresso

depende do julgamento de valores pré-estabelecidos historicamente em determinada sociedade.

Os períodos de expansão econômica nas diferentes épocas da humanidade resultaram, em sua maioria, da conquista de novos territórios e de um povo sobre o outro, como é o caso da colonização dos povos nativos e formação histórica dos países da América Latina.

Como não poderia ser diferente, o processo de formação dos Estados latino-americanos também se caracterizou pela construção de instituições “importadas”, subjugado a paradigmas que constituem uma perspectiva de desenvolvimento político e econômico capitalista. Dessa maneira, os Estados latinos surgiram sob a obrigatoriedade de corresponderem às exigências da produção do capital internacional, centralizado e dirigido por uma ordem econômica hierárquica entre países categorizados como “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”.

No decorrer dos estudos sobre as condições socioeconômicas e políticas da América Latina, podemos observar dois grandes grupos de autores: os da Teoria da Dependência (TD) sendo aqueles que definem, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o desenvolvimento como um processo social em perspectiva estrutural e etapista das economias subdesenvolvidas e, consideram, também, a “situação de dependência” na América Latina como reflexo de sua integração ao mercado internacional; e os da Teoria Marxista da Dependência (TMD), que parte da Teoria do Valor-Trabalho de Marx, compreendendo criticamente que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são processos desvinculados e que a industrialização sem o devido rompimento com as economias dominantes de nada mudaria o aspecto dependente da América Latina, apenas modificaria suas expressões.

A Cepal, ao analisar as condições de inserção dos países latino-americanos ao mercado internacional, tem como ponto de partida analítico as condições de desenvolvimento das colônias, condicionada pela base econômica implantada (colônias de povoamento *x* colônia de exploração). Já os autores da TMD buscam compreender o subdesenvolvimento da América Latina como um processo definido pelo formato da sua integração ao mercado internacional, que parte da compreensão do processo de configuração do setor urbano-industrial para a diferenciação interna causada pela expansão da economia exportadora e as transformações internas no mercado nacional.

Para autores como Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Celso Furtado, Aldo Ferrer, Osvaldo Sunkel e, num primeiro momento, Fernando Henrique Cardoso, associados à perspectiva

“cepalina”, a superação do subdesenvolvimento da América Latina é uma questão de aprimoramento das políticas econômicas, de aproximação ao capital estrangeiro para investimentos internos no processo de industrialização, construção civil, urbanização e “modernidade” dos países periféricos. Mais tarde, Fernando Henrique Cardoso publica outros textos, se distanciando da defesa desse argumento, afirmando que na formação da sociedade brasileira existem grupos e estruturas nacionais resistentes às tentativas de mudanças concretas na conduta política e administrativa para o desenvolvimento autônomo do país, porém não chega a considerar a ruptura com a perspectiva capitalista de desenvolvimento, uma necessidade (BIELSCHOWSKY, 1998; ESCOBAR, 2007).

Já para os autores da TMD, como por exemplo Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, as relações entre o centro do capitalismo e a periferia são relações que estão inseridas na dinâmica da produção de capital e que, portanto, emergem contradições a partir de elementos inerentes ao seu metabolismo. Como assinalou Bambirra:

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais (BAMBIRRA, 1974, p. 41).

A TMD defende que a condição de dependência e subdesenvolvimento não é superável meramente através de políticas econômicas de desenvolvimento elaboradas a partir de pressupostos liberais; que a industrialização em si, sem a ruptura com a estrutura socioeconômica dominante, não permitiria superar a dependência, mas sim aprofundar formas renovadas dessa relação; que o subdesenvolvimento não tinha apenas causas internas, mas também externas; que a situação de dependência de América Latina não se deve à falta de capitalismo, sendo na verdade uma forma particular do desenvolvimento capitalista; que a burguesia nacional desenvolvimentista e com vocação anti-imperialista era uma ilusão, o que se tinha era uma burguesia interna que apostava por um desenvolvimento associado e integrado ao capitalismo; etc. (BAMBIRRA, 1974; MARINI 1986; MARINI, 2012; DOS SANTOS, 2012; LUCE, 2018). Desta forma, se exemplifica a grande heterogeneidade teórica e política existente dentro da TD, sendo a TMD a postura mais crítica e radical.

Dada a complexidade da relação de dependência e da sua estrutura nos respectivos processos históricos de cada país latino-americano, as análises que partem do método materialista dialético e da Lei do Valor (LV), desenvolvidos por Marx e Engels, têm algumas

diferenças conceituais no que diz respeito à “troca desigual” e “transferência de valor como intercâmbio desigual” – elementos constituintes da produção do capital, nesse caso, sob a relação de dependência.

Sobre a atuação da Lei do Valor de Marx, afirma-se que esta implica a simultânea assunção e violação do intercâmbio de equivalentes; engendrando relações nas quais se verifica a não identidade entre a magnitude do valor produzido e a do valor apropriado. Esta, por sua vez, quando associada à percepção da relação de dependência dialética entre países, provoca a existência de distintos níveis de intensidade nacional do trabalho e diferentes formações econômico-sociais, tendo como desdobramento a existência de níveis desiguais de produtividade – porém, na totalidade maior, que é a dialética, entre produção e apropriação de valor/riqueza nas economias.

Para os fundadores da TMD, portanto, a diferença entre *produção e apropriação de valor* constitui a causa das desigualdades estruturais que marcam as relações de exploração nas economias dependentes. Porém, além da questão da defasagem entre o preço dos produtos manufaturados e dos produtos primários (questão destacada pela Cepal e, no Brasil, representada pela atuação de Celso Furtado, Ministro do Planejamento nos anos 50), a deterioração das formas de intercâmbio é uma das manifestações da relação de dependência, mas não a própria essência dos processos de transferência de valor. É possível apreciar as diferenças entre o enfoque da TMD em relação à interpretação da CEPAL inicialmente comentada por Luce (2018):

Onde a Cepal e seus exponentes destacavam a forma aparente ou superficial do fenômeno (preços), Marini, por sua vez captava também sua essência (valor). Desta feita, a deterioração dos termos de intercâmbio, atribuída pela Cepal e seus economistas como Furtado à heterogeneidade estrutural oriunda da difusão desigual do progresso técnico, não se resumia a um fenômeno pertencente à esfera da circulação e ao comportamento dos preços. Era preciso buscar, dialeticamente, nos elementos da produção do valor e da *transferência de valor* no mercado mundial as raízes para a queda dos preços relativos do comércio internacional em desfavor dos países dependentes (LUCE, 2018, p. 53).

Esta análise permite aos autores da TMD, diferentemente do enfoque cepalino, entender que inclusive quando as formas de intercâmbio são favoráveis ou desfavoráveis, a dependência se reforça. De uma maneira ou de outra a relação de dependência se reproduz de forma ampliada através da esfera comercial (e dos outros mecanismos). Portanto, a saída apontada pelos autores da TMD para os países latinos dependentes só se faz possível *fora dos*

marcos das relações capitalistas de produção, compartilhando o almejado imaginário de sociedade e economia com a proposta socialista.

A questão, no entanto, que esta tese se propõe a enfatizar é que apesar de suas diferenças analíticas e pressupostos epistemológicos, há um ponto de convergência entre essas duas correntes: a importação de tecnologias estrangeiras e subordinação da produção agropecuária dos países latino-americanos aos interesses políticos e econômicos hegemônicos são consequências da constituição da relação de dependência existente na concretude do nosso subdesenvolvimento capitalista, marcado historicamente pela ‘interferência’ Colonialista.

E sobre essa situação de dependência, a perspectiva marxista aponta para um fator mais importante do que ela mesma: um dos efeitos da relação de dependência tal como foi constituída, segundo Florestan Fernandes (2015), é o de as classes dominantes desses países dependentes se subordinarem e se aliarem ao capital estrangeiro. Assim como veremos no breve histórico e análise presente no Capítulo 3, no Brasil produz-se um totalitarismo de classe, nos marcos de um Estado autocrático burguês (totalitarismo, despotismo como elementos estruturantes da natureza das relações de classes e do Estado nas economias dependentes). Portanto, uma das consequências da relação dialética de dependência entre subdesenvolvimento-desenvolvimento é a não formação de uma classe burguesa autônoma nos países latino-americanos, esta, na verdade, ocupa um lugar de sócio menor na divisão do capital internacional; e com relação a formação de um Estado, compõe-se enquanto explorador de sua população, subserviente aos interesses estrangeiros, que legitima, através de instituições ditas democráticas, relações fascistas para com a sociedade (FERNANDES, 2015, p. 49).

Essa burguesia/elite local mantém um comportamento de estado contrarrevolucionário permanente, de resistência a mudanças como estratégia de manutenção de seu poder político e econômico. Daí a dificuldade no avanço de pautas sobre a democracia e direitos sociais no capitalismo dependente. As próprias elites desses países visualizam movimentos nesse sentido como um possível processo de radicalização, como uma pauta que pode levar a um aprofundamento das contradições de classes e, portanto, a um estalido revolucionário.

Afirma-se, assim, que a experiência de ter sido colônia portuguesa, no caso do Brasil, é historicamente determinante para o surgimento de fatores e características sociais e econômicas que instituem a posição geopolítica do país na divisão internacional da produção e consumo de bens no mundo capitalista globalizado. Sendo um problema estrutural, as

questões agrária e agrícola só podem ser resolvidas mediante a construção de outra sociedade, mais equânime.

O capitalismo, enquanto sistema econômico, social e político, se estrutura à base de relações de desigualdade. O metabolismo social do capital como totalidade complexa conduz à reprodução constante de antagonismos e contradições econômicas, políticas, sociais ambientais etc.

Analisar a dialética desenvolvimento-subdesenvolvimento implica entender esta relação nos dois sentidos. Em outras palavras, entender o desenvolvimento do subdesenvolvimento, e ao mesmo tempo, pensar o subdesenvolvimento do desenvolvimento capitalista. O subdesenvolvimento deve ser analisado como uma forma de desenvolvimento capitalista; e não como atraso, deformação, incapacidade, problemas de gestão, de financiamento etc. de determinados países. O subdesenvolvimento não é a ausência ou escassez de desenvolvimento capitalista, é um resultado e condição do processo desenvolvimento capitalista. A condição de desenvolvimento de alguns países requer a precarização, hierarquização, subordinação, dominação de outros países.

Ressaltamos que há a necessidade de desmistificar o próprio “desenvolvimento” capitalista, de entender que ele não é um desenvolvimento verdadeiro da sociedade, do sujeito social. O desenvolvimento capitalista implica sempre, inclusive nos países mais desenvolvidos, pobreza, desemprego, violência, danos ambientais etc. Desta forma, ambos os aspectos, desenvolvimento-subdesenvolvimento, se condicionam mutuamente, e ao mesmo tempo são excludentes, antagônicos.

Os países latinos, com histórico de formação “civil” caracterizado essencialmente pelo Colonialismo, se desenvolvem e suprem o desenvolvimento dos países que ocuparam posição de metrópole. A relação de exploração entre Metrópole-Colônia saqueou/expropriou os bens naturais desses territórios, estabelecendo uma forma de inserção subordinada destes países na divisão internacional do trabalho (países primários, exportadores).

A partir daí configura-se, também, uma condição de dependência que tem se aprofundado sistematicamente. Dessa maneira, a situação de dependência ou subdesenvolvimento implica um processo de dominação interna e externa articulada. O subdesenvolvimento dos países latino-americanos, portanto, nada mais é do que produto do modo de funcionamento do sistema.

2.1.1 Teoria do Estado e Políticas Públicas no Brasil

Observamos, assim como Gurgel e Justen (2011) no artigo *Marxismo e Políticas Públicas*, a formação de ações estatais direcionadas à sociedade – concepção introdutória de ‘políticas públicas’ – nos remete ao processo histórico de surgimento e formação do Estado. Para tanto, aqui nesta subseção procuraremos construir uma revisão histórica das teorias da origem do Estado, assim como da disciplina de políticas públicas que se desenvolve no meio acadêmico apenas a partir do final do século XX.

A origem do Estado provém de um processo histórico a partir da intensificação das relações de troca no sistema feudal e monárquico que, ampliada pelas expedições comerciais à África, Índia e China e, ainda pela descoberta das Américas, associada ao movimento de apropriação acumulativa dos meios de produção por parte dos primeiros comerciantes, deu condições materiais para a transição da burguesia manufatureira à industrial. Anteriormente organizada em nobreza, clero e servos, o surgimento da burguesia na sociedade se deu via evolução das relações mercantis à medida que produzia uma série de revoluções que teve como consequência a derrubada do sistema absolutista. O Estado é, dessa maneira, fruto da relação da luta de classes entre os burgueses (donos dos meios de produção, acumuladores de capital) e os proletários (donos da força do trabalho). É resultado do desenvolvimento sociológico da economia (relações de troca) das sociedades, as quais, diante da situação de apropriação dos meios de produção por alguns (em especial os burgueses), gerou grau relevante de desigualdade entre os indivíduos (MARX; ENGELS, 1998; 1999).

A nova ordem dos Estados-Nação, a divisão entre os três poderes e a construção de uma política de proteção ao mercado e produção de lucro pelos donos dos meios de produção foi estabelecida e garantida pela força. Sendo possível afirmar, portanto, que o mercado deu origem ao Estado Moderno e este evolui conforme as possibilidades de expansão do comércio. A transformação histórica do sistema feudal e monárquico e a configuração do Estado Moderno, baseado na teoria contratualista hobbesiana, a Revolução Gloriosa (1688) e a Revolução Industrial (1750), marcam o processo de legitimação da burguesia na esfera política.

Antonio Gramsci (1981) observa, sobretudo, que no processo de surgimento e evolução do Estado há a configuração de uma força dominante na luta de classes, de uma classe dirigente da ordem denominada pelo autor de *hegemonia*. Sua defesa introduz no debate teórico sobre Estado uma concepção ampliada com o intuito de detalhar o modo como se dá a correlação de forças que compõem a “ordem mundial”, que domina e dirige as

relações de produção para produção do capital. Segundo o autor, grupos da sociedade e do mercado se encontram no Estado e, mesmo que historicamente o Estado tenha uma abordagem agressiva e repressora para a manutenção da ordem de proteção à propriedade privada e produção do capital, Gramsci coloca como ponto de atenção a possibilidade de uma “revolução passiva” dentre as posturas e condutas atuadas por servidores públicos executivos das ações estatais. Segundo Althusser (1987) essas ações eram executadas para a formação de consenso (Aparelhos Ideológicos) mas, segundo Gramsci, eram com o intuito de atribuir senso de justiça social e viabilizar ações com potencial de germinar uma “transição socialista” no regime político.

Partindo do mesmo ponto de análise da correlação de forças que compõem o Estado, Poulantzas (1985), também observa que a evolução do Estado e as ações daí decorrentes (hoje em formato de políticas públicas) são fruto de uma *condensação material* de uma relação contraditória, ou da correlação de forças que configuram a luta de classes e, também, intraclasse. Para o autor, a luta de classes não se resume a uma dicotomia entre classes, mas a uma gama de interesses e percepções morais entre grupos da mesma classe e de classes opostas. A condensação dos interesses entre e intraclasses no Estado assume caráter centralizador e repressor ou democrático e descentralizado conforme condições materiais históricas e circunstanciais.

No caso do Brasil a ausência do histórico de constituição do sistema feudal e relações servis, fez com que a sociedade brasileira se formasse concomitantemente ao processo de extermínio dos povos indígenas e exportação de portugueses (donos das capitanias hereditárias e senhores de engenho) e africanos (mão de obra escrava) para estabilização da relação de exploração colonial com Portugal. Portanto, sem substrato histórico para formação de uma burguesia revolucionária local, o Estado brasileiro é objeto de condução obrigatório para manutenção das relações de exploração dos donos de propriedade, impulsionado pela situação de o país ter ficado “órfão” de sua metrópole, após o retorno da família Real a Portugal.

Nesse processo de transferência da sociedade escravocrata para liberal-competitiva, de ‘remanejamento’ dos senhores donos do engenho para o status político e/ou burocrático na constituição do Estado moderno, a tentativa de corresponder aos princípios da ordem racional-legal, gerou, segundo Luiz Werneck Vianna (1999), uma combinação, uma “fórmula bifronte”:

[...] combinando ambigualmente a dominação racional-legal com a tradicional, e àquela um morfismo que lhe teria impedido de conhecer, quando da passagem para o

trabalho livre, uma estrutura de classes do tipo capitalista, o poder pessoal interditando ao seu objeto – o “homem pobre” – a percepção de si como detentor de direitos e interesses próprios e ao seu sujeito – os grupos dominantes – a identificação dos seus objetivos econômicos comuns a fim de agir em unidade (VIANNA, 1999, p. 42).

[...] o atraso e o moderno não se achavam, em virtude da forma de desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, em contraposição agonística, mas combinados, levando à acomodação princípios antiéticos que se fundiram de modo heteróclito no Estado [...] (Ibidem, p. 43).

Dessa maneira, ao contrário do que os republicanos propuseram, a Revolução de 1930 nada mais foi do que ato político de o Estado se associar à classe burguesa cafeeira paulista que emergiu após a Independência, e não o contrário, como no caso europeu. Portanto, mais do que local de resistência da relação patrimonial, o Estado foi objeto para manutenção do *status quo* das elites agrárias.

Na Era Vargas, contexto do capitalismo industrial brasileiro, a concepção desenvolvimentista do Estado se materializou na organização da estrutura sindical e do sistema previdenciário, na “incorporação dos trabalhadores do mercado formal urbano às instituições e à ideologia de Estado” num perfil de relação impositiva para sua legitimidade, não representando conquistas oriundas da luta de classes. E sim, mais uma estratégia de se apresentar como “*Estado Tutelar*, [que] não passaria de uma simples aparência a dissimular a sua natureza efetiva de *Estado Instrumento*” (VIANNA, 1999, p. 41).

Evidentemente que cabe entender a ausência de luta de classes afirmada pelo autor como uma ênfase, dado que não podemos ignorar o acúmulo histórico da Velha República, onde anarquistas, comunistas e rebeldes de variados matizes foram protagonistas de greves, conflitos armados e movimentos revolucionários.

O Estado, aqui no Brasil, é projeção objetiva para manutenção dos interesses da esfera privada, sendo essa associação o princípio que rege a administração das ações do Estado. Não houve, no país, uma fase de defesa ampla à autonomia do mercado. O mercado está submisso ao desenvolvimento do Estado, que se mantém como estrutura que garante a preservação da classe agrário-burguesa, dos latifundiários no âmbito político-administrativo. Contudo, devemos sempre entender a separação Estado e Mercado como diferentes, mas coexistentes em uma unidade de propósito.

Durante o século XX, sobre a evolução do Estado e seu desenvolvimento, a trajetória histórica e notável de crises econômicas, políticas e, claro, as Guerras Mundiais, foram um dos fatos que provocaram a necessidade de uma revisão geral de suas responsabilidades,

assim como as do Mercado e da Sociedade – e a relação entre ambos –, atores principais do capitalismo. A reconfiguração geopolítica da economia internacional após as Guerras, incluindo a Guerra Fria, associada à intensidade “da interação entre indivíduos, empresas e outras organizações nacionais e internacionais, bem como entre Estados [...] como consequência da globalização das finanças e do comércio, facilitada pela evolução das comunicações e da informática” (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 24), a partir dos anos de 1970 e 1980, as compreensões teóricas sobre Estado e os modelos concretos de organização da administração pública vêm apresentando novos formatos e abordagens.

As reformas administrativas estatais do século XX ocorreram com base nas experiências de atuação do modelo de Estado Keynesiano-fordista e de Bem-Estar Social. Uma vez que esse modelo foi interpretado genericamente como insuficiente e falido pela incapacidade de o Estado ter *flexibilidade* suficiente para garantir o acesso do cidadão-consumidor ao produto devido a sua rigidez organizacional burocrática, as concepções mercadológicas de planejamento estratégico, estabelecimento de parcerias público-privadas, a terceirização de serviços públicos e contratos temporários para realização dos processos de elaboração, operacionalização, monitoramento e avaliação de ações governamentais se deu de forma ampliada na gestão estatal.

Caracterizado por uma fusão explícita entre setor público e setor privado, as políticas neoliberais orientadas para segmentos populares da sociedade são elaboradas e avaliadas sob a ótica de valores de mercado, já que a classe burguesa é também burocrata, política e, claro, empresarial. É a partir dessas considerações históricas e materiais sobre o Estado e as especificidades sociológicas brasileiras que procuraremos aprofundar e complexar a percepção crítica sobre a política pública.

O grau de flexibilidade e adaptação das políticas públicas depende do caráter de atuação do Estado (centralizado/descentralizado) e da sua origem legalista (lei, decreto, ementa etc.), que também determina a velocidade de seus fluxos de execução mediante o grau de burocratização e a qualidade dos recursos administrativos vigentes em cada contexto. Toda política pública tem desafios inerentes à relação dialética e determinantes históricos entre Estado-Sociedade, mas estes são discriminados e qualificados a partir dos fatores estruturais e históricos que constituem cada sociedade e cada Estado. Portanto, políticas públicas são ações em resposta às questões sociais priorizadas circunstancialmente, sob uma ótica mercadológica; e no caso dos Estados da América Latina, exclusivamente submissas à relação de dependência estrutural econômica ao capital central.

Fonseca (2013, p. 404) afirma que, historicamente e do ponto de vista concreto de realização, “‘políticas públicas’ expressa uma infundável teia de interesses, que congrega desde a capacidade técnica de elaborar e implementar um dado programa, as contendas orçamentárias, e as combinações e recombinações de interesses em cada etapa do ciclo”. Sobre os fatores políticos da gestão de uma iniciativa de governo, cientistas como Rua (2014) fazem questão de destacar uma etapa original da ação política a ser planejada e/ou formulada: o estabelecimento da *agenda política*, momento esse no qual se define que “problema social” será interpretado como questão social a ser tratada e atendida por uma política pública. Segundo Rua, questão social, ou problema social, é uma definição de propriedade circunstancial devido ao seu apelo político e, acrescenta-se, econômico.

Carlos Brandão (2007), ao analisar a “natureza e dinâmica do processo de desenvolvimento e suas escalas espaciais (local, plurirregional, nacional, global, etc.)”, rompe com as perspectivas idealistas de avaliação de políticas públicas sob a ótica localista das ações estatais, obcecadas pelo controle e identificação dos fatores determinantes para o “sucesso” de resultados da ação implementada, que, nos casos em que não deu certo, acabam por culpabilizar a incapacidade dos atores locais de arregimentar a economia e provocar o desenvolvimento de sua cidade.

De acordo com a perspectiva teórica desse conjunto de autores, política pública não é uma receita ou apenas uma questão de cumprir fases de execução por determinados procedimentos do ponto de vista gerencial e administrativo, mas em sua análise também é necessário levar-se em consideração aspectos da conjuntura política, econômica e social e do caráter do sistema político, econômico e ideológico em vigência como forma de visualizar possibilidades e estratégias de implementação efetivas.

Em sua obra, *17 contradições e o fim do Capitalismo* (2016) David Harvey chama a atenção para o teor político da administração, quando nos atentamos ao papel do Estado e gestão do direcionamento ideológico de seus pressupostos a partir dos quais se justificam as escolhas e decisões no âmbito organizacional da “montagem” e elaboração das políticas públicas. Como forma de resgatar a esperança dada por Poulantzas, visto que o autor defende que políticas públicas são resultados da luta de classes e intraclasses dentro do Aparelho do Estado e que, portanto, dependem da atuação de cada parcela envolvida, Harvey reconhece que existem variadas formas de luta anticapitalista, mas aponta para o risco da distorção dos valores e práticas na medida em que essas ações, muitas vezes, ainda se reproduzem baseadas

nos paradigmas estruturais da relação de dependência na manutenção do capital e do capitalismo.

Nesta pesquisa, portanto, queremos deixar claro que a partir da concepção de que política pública é um fenômeno dialético entre a conjunção de fatores e interesses externos e internos a ela, o processo histórico (também dialético) de formação das estruturas do Estado e classes pré-determina o alcance da apropriação e efetividade da política pública e, portanto, o fluxo das ações coletivas que a compõem. Dessa maneira, as qualidades de formação da sociedade interferem diretamente nas tendências dialéticas da correlação de forças presente na luta de classes. Consciência de classe, educação popular e a qualidade epistemológica dos valores praticados em sociedade – e ontologicamente projetados na práxis – são fatores determinantes no processo de implementação e apropriação de uma política pública.

3 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS PARADIGMAS AGRÁRIO E AGRÍCOLA NO BRASIL

No capítulo anterior foi esclarecido como um dos princípios existenciais da espécie humana está na relação entre homem-natureza e na configuração do trabalho. Essa interação e suas especificidades criadas a partir de uma combinação de fatores que se forma por meio da sociabilidade de informações, objetos e conhecimento, do ponto de vista ontológico, nos determinam enquanto espécie, podendo definir esse grupo de características gerais e ‘denominadores comuns’ entre os indivíduos, como critérios de classificação do Gênero Humano, e a práxis humana, a forma de sermos na realidade. O objetivo principal desta sessão, portanto, é demonstrar as diferenças da forma como o trabalho agrícola se reproduzia e como se reproduz atualmente, do ponto de vista concreto, destacando o processo de desenvolvimento das contradições existenciais insustentáveis na relação entre homem-natureza a partir do estabelecimento da hegemonia do modo de produção capitalista.

Destaco a agricultura como alvo principal da ruptura ontológica sobre as relações de cooperação e divisão do trabalho das tribos indígenas que povoavam o território nacional antes do processo de colonização e imposição da reprodução da ontologia capitalista. Essa ruptura e a manutenção das estruturas de exploração dos recursos naturais do país, determinam os paradigmas agrário e agrícolas identificados, nesta pesquisa, como a origem da constituição da relação de dependência econômica que funda a concretude do subdesenvolvimento capitalista e realidade hegemônica do país.

Quando as relações capitalistas de produção se tornam dominantes na sociedade, o que significa dizer que a centralidade da ação econômica é a reprodução ampliada do capital, a agricultura passa a fazer parte dos diversos ramos de aplicação do capital. Desse ponto de vista capitalista (aplicação dos capitais em vista de uma taxa média de lucro) a agricultura e a indústria deixam de ter diferenças entre si. São atividades produtivas nas quais, ao se aplicar capital, organizando o trabalho assalariado, busca-se uma determinada taxa de lucro.

Ocorre que isto apresenta limites na agricultura. E o primeiro fator limitante é justamente o fator biológico presente na atividade agrícola. Diferentemente de uma fábrica, na agricultura o tempo de trabalho é diferente do tempo de produção, pois a produção não depende somente da participação humana e de máquinas como se configura no tempo de trabalho, mas da qualidade do solo, de fatores climáticos, da qualidade da semente, dos riscos

de ocorrência de pragas, seca e demais variáveis não controladas pelo homem. No sistema capitalista, o objetivo principal de qualquer produção e trabalho é a obtenção do lucro, portanto, o fator biológico de produção na agricultura determinou o desenvolvimento de tecnologias, estudos e experiências que contribuíssem para a redução desses riscos que comprometem a obtenção da mais-valia.

Dessa maneira essa diferença afeta profundamente a acumulação do capital, pois afeta diretamente o tempo de rotação do capital na atividade. Com o tempo de rotação do capital maior, menor será o seu giro e com ele, menor obtenção de lucro (GRAZIANO DA SILVA, 1981; MARX, 2011). Essa questão gerou um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo no meio rural, e para superá-la houve o uso intensivo de tecnologias e de industrialização da agricultura para sua configuração como mercado para geração de lucro. A intensidade da industrialização da agricultura obedece a ordens específicas das necessidades contextuais e locais do processo de expansão do capitalismo em cada parte do mundo e desconstruiu o paradigma na práxis da relação homem-natureza, descolando a espécie humana de sua ontologia existencial enquanto parte da Natureza.

Para acompanharmos esse processo de socialização e hegemonização capitalista da agricultura no processo de formação do país, nas próximas subseções discorreremos sobre o processo de povoamento do território latino-americano durante a América pré-colombiana; em seguida, destacaremos os processos de colonização e a instalação do modo de produção *Plantation* no território brasileiro; o aprofundamento dos paradigmas agrário e agrícola do período imperial e das fazendas de café à República Democrática e agronegócio; o desenvolvimento de correntes alternativas ao modo de produção agrícola hegemônico; e a elaboração da agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável pela ONU como tentativa de incentivar e institucionalizar medidas de redução e prevenção aos efeitos antiambientalista e anti-humanista admitidos no modo de produção capitalista, intensificados no modelo neoliberal do capitalismo.

A intenção é criar um roteiro histórico-sociológico da agricultura – identificada como elo primordial da relação entre o homem e a natureza e fator determinante na qualidade da práxis humana – para identificação dos fatores e estruturas que sustentam a relação de dependência e qualificam o subdesenvolvimento no Brasil. Portanto, nessa breve pesquisa e análise da formação dos paradigmas agrário e agrícola no território brasileiro, identificamos suas fundações respectivas na ontologia capitalista, mas organizados e institucionalizados sob as especificidades históricas do processo de formação da sociedade e do Estado no país.

3.1 A agricultura durante o período da América pré-colombiana no território brasileiro

Durante a pesquisa teórica e sociológica da definição dos principais conceitos da pesquisa, observamos que o desenvolvimento da agricultura e a sistematização de técnicas de cultivo foi determinante para permanência e desenvolvimento da humanidade no planeta. Ao compararmos a agricultura com a atividade competitiva da caça, a técnica predatória mostra-se desvantajosa devido ao risco de vida que os primatas corriam para alimentar o grupo, e por isso era comum a formação de pequenos coletivos. A atividade de plantio e colheita, além de evitar o conflito físico para se ter acesso ao alimento, quando socializada teve efeito de inclusão de indivíduos para ampliação e manutenção dos cultivos e, conseqüentemente, poder de dominação territorial e proteção do bando. A atividade agrícola é uma das primeiras ciências desenvolvidas pela espécie humana, visto que trata da produção de alimentos.

A ocupação das terras e do território que é hoje compreendido em escala mundial como continente latino-americano é caracterizada pelo desenvolvimento e povoamento da organização coletiva de etnias indígenas. De acordo com Ciro Flamarion Cardoso (1986), durante a América pré-colombiana, portanto, no período em que foram desenvolvidas nossas habilidades e estratégias de sobrevivência, a organização e os direitos de uso dos bens conquistados e criados tinham natureza e finalidade coletiva específica.

Em sua pesquisa minuciosa, por meio da consulta a registros arqueológicos, antropológicos, textos de conquistadores cronistas, missionários e funcionários reais, escritores, documentos legais da época da colonização e textos indígenas, Cardoso (1986) afirma que os povos que habitam a região que hoje é o Brasil eram grupos indígenas que vivenciaram modelos complexos de organização caracterizados pela descentralização de aldeias com graus relativos de autonomia política e econômica umas das outras.

Estima-se que há 5.000 anos (A.P.), organizou-se a sociedade Tupi-Guarani, entre o Rio Ji-Paraná e Aripuanã, tributários da margem direita do Rio Madeira, no atual estado de Rondônia. Nesta época, nem o cultivo e nem a cerâmica pertenciam ao seu patrimônio cultural. Ao longo dos 2 mil anos seguintes, a população cresceu e se expandiu e, neste tempo, devem ter chegado aos primeiros cultivos e provavelmente ao conhecimento da fabricação de cerâmicas (SCHMITZ, 1991). Ao redor do Tempo de Cristo começariam as migrações maiores, impulsionadas por secas prolongadas durante décadas.

Em torno do ano 700-800 (D.C.) teremos a separação dos grupos Tupi-Guarani, quando parte deles migrou para a costa litorânea e para o nordeste brasileiro, afirmando a

língua tupi parte migrou para o Alto Uruguai e Médio Jacuí, na região Sul, diferenciando a língua para o Guarani. Aqui veremos surgir a tradição corrugada e, com ela, a cultura guarani. Aproximadamente nos séculos IX e X, decorrente do aumento demográfico, veremos uma expansão no Rio Grande do Sul dos Núcleos Guarani, por todos os vales cobertos e ao longo das lagoas no litoral (SCHMITZ, 1991).

Desde sua origem, os guaranis foram horticultores de florestas. Com o método da coivara (derrubada e queimada, plantio no toco, por até três anos, associada ao pousio), esses núcleos montavam sua estratégia alimentar com duas bases: a obtenção de carboidratos a partir de cultivos e a obtenção de proteína a partir da caça e da pesca. No Rio Grande do Sul, entre os séculos XVI e XVII, ao tempo da colonização europeia, todas as áreas de mata subtropical ao longo da costa, na borda do planalto, na serra do sudoeste e ao longo dos rios estavam ocupadas pelos guaranis. Estima-se que cerca de 200 mil guaranis viviam no Rio Grande do Sul, quando da colonização europeia (SCHMITZ, 1991). A crise desse Sistema Agrário Guarani virá pelo esgotamento das terras e pela impossibilidade de expansão para outras áreas, bem como pelo extermínio verificado no convívio com os europeus.

Diferente do formato de ocupação de outros povos indígenas na América pré-colombiana, como o Império Inca, por exemplo, a estrutura distributiva das aldeias e tribos no território que hoje é o Brasil demonstra uma articulação e interação entre as etnias de forma pacífica, descentralizada, porém organizada, com um sistema hierárquico interno entre pajés, xamãs, guerreiros caçadores e coletoras. Porém, em todos os casos, o desenvolvimento dos grupos étnicos teve como base fundamental a socialização e, com isso, a cooperação entre seus integrantes. Mesmo com a presença de um sistema hierárquico interno, este tinha sido criado sob valores ontológicos específicos para apropriação subjetiva de cada indivíduo incluso.

Sobre o processo de povoamento do território nacional, o importante a destacar é que independente das hierarquias internas presentes na organização dos grupos étnicos respectivos, a apropriação do fazer, do atuar na realidade concreta, partia da necessidade de sobrevivência individual, passava pelo familiar e pelo coletivo como um todo. Segundo Cardoso (1979, p. 32)

A base social é o parentesco simples, sem o desenvolvimento de linhagens, genealogias longas e culto de antepassados. Não há especialistas de tempo completo (já que todos os adultos se devem dedicar à obtenção de alimentos), mas pode haver algum comércio entre bandos devido a uma distribuição desigual dos recursos naturais disponíveis para cada bando| Idade e sexo são os únicos elementos de diferenciação social, pois o poder, baseado na influência e no prestígio pessoais, não traz privilégios, sendo horizontal, ocasional e temporário nas suas formas de existência (assim pode haver o chefe de uma caçada, um ancião que dirige o culto por conhecer melhor o ritual etc.).

Os pressupostos nos quais se baseavam a escolha individual sobre a participação no grupo remetia às questões da sobrevivência e do acolhimento emocional para o sentido de pertencimento e função social fundada no trabalho. A socialização dos conhecimentos baseada na divisão do trabalho já organizada perante os critérios de gênero e faixa etária (e classe, no caso do Império Inca) tinha como base lógica a criação de uma rede de cooperação entre seus integrantes, que juntos formavam um coletivo, uma identidade.

A colonização, baseada no sistema trabalho escravista, dos povos nativos, ao se configurar como ação externa e imposta para implantação do modo de produção capitalista europeu determinou o extermínio da vida e da ontologia indígena nativa e, posteriormente, da africana traficada. Segundo Missiato (2020, p. 27) “a prática colonial se dava, desse modo, pela incisiva ação de desumanização do sujeito colonizado, produzindo, com isso, dois lados em uma mesma sociedade: o de sujeitos humanos, os colonos, e dos desumanizados, os colonizados.”

Como vemos, o processo de “coisificação” e de “cultura da exploração humana” são impactos ontológicos da admissão hegemônica do modo de produção capitalista. E a colonização nada mais é do que reflexo da filosofia imperialista de povos que se desenvolveram epistemologicamente baseadas em teorias de inferiorização do Outro. Nesse sentido, houve uma ruptura extremamente agressiva à ontologia dos povos indígenas e africanos por meio da imposição da escravidão. Dessa maneira, esses indivíduos sofrem com a desconstrução histórica do vínculo existencial e do sentimento de pertencimento entre seus familiares, ancestrais e descendentes, até mesmo com a natureza e sua cultura, ao serem violentamente discriminados até os dias de hoje (MISSIATO, 2020).

3.2 As origens do paradigma agrário: o modo de produção *Plantation*

Com a chegada dos portugueses no litoral leste da América do Sul a agricultura indígena entrará em crise desarticulando sua complementariedade devido à imposição da produção de cana de açúcar nos Engenhos distribuídos nas Capitânicas Hereditárias administradas pelos colonizadores. Na América Latina, de forma geral, a colonização dos povos indígenas determinou um capitalismo conveniente aos colonos. No Brasil, povos indígenas e africanos, estes últimos aprisionados e trazidos pelos Navios Negreiros,

compuseram a mão de obra sob sistema de escravidão para implantação do *Plantation*. Esse modo de produção estruturava a relação entre a Metrópole Portuguesa e a Colônia Brasileira.

Questões comportamentais, tanto subjetivas quanto coletivas como no surgimento das tradições e costumes, são, também, reflexos dos valores ideológico, político e social que nortearam a organização da sociedade, do trabalho, os modelos de criação e apropriação de espaços públicos, a sociabilidade e todas as atividades sociais. Ou seja, a dimensão do impacto psicológico dessa interferência histórica, que assume e molda o lugar da “preocupação” (em torno de que giram os pensamentos, a intenção das ações e os pressupostos de escolhas pessoais a níveis comportamentais – de valor social; KOSIK, 2002), também determinou a presença de características gerais na formação da nação brasileira latino-americanas.

O processo de colonização dessas terras e a estabilização do modo de produção *Plantation* no Brasil ocorreu paralelamente ao período de transferência do fim do Sistema Feudal à introdução do trabalho assalariado na Europa Ocidental. De acordo com Jacob Gorender (2011), a exclusividade da presença de forças produtivas de *plantagem escravistas*⁷ nos países latino-americanos se diferencia das relações servis de produção do feudalismo principalmente porque os servos eram donos dos seus meios de produção. Além disso, no contexto colonial, toda a estrutura desse modo de produção se materializou sob aspectos alienados do modo de produção pré-colombiano. As relações de cooperação de caráter voluntário e motivacional do período pré-colombiano foram inviabilizadas e eliminadas através da imposição do modelo escravista para produção agropecuária direcionadas ao mercado metropolitano.

Sobre as diferenças da realidade da *Plantation* e da agricultura medieval, destacamos o seguinte trecho escrito por Jacob Gorender em sua obra *Escravidismo colonial*:

Ao invés do camponês ativamente interessado, o escravo mau trabalhador. O emprego regular de adubos orgânicos não se adaptava ao cultivo extensivo de grandes traços de terra, dissociado, ademais, da criação pecuária, uma vez que o gado bovino e cavalari servia apenas de força de tração. O sistema dos três afofamentos anuais era incompatível com a especialização, sobretudo quando se tratava de plantas perenes, capazes de safras sucessivas. Por último, a destinação comercial predominante com tendência à monocultura, e as características do trabalho escravo impunham limites estreitos à economia natural coexistente e dificultavam seu florescimento no sentido da policultura do camponês medieval (GORENDER, 2011, p. 88).

⁷ Conceito definido pelo autor como categoria fundamental do modo de produção escravista em toda a América colonial.

As diferenças entre os dois sistemas se deram, portanto, na natureza das relações de produção agrícola. A agricultura na Europa seguiu seu curso com base nas relações de socialização voluntária, enquanto na *Plantation* do sistema escravista, baseada em relações de produção involuntárias, discriminatórias e autoritárias trouxe consequências incomensuráveis, sobre todas as dimensões da formação humana da sociedade brasileira. Não menos importantes do que as características estruturais são os impactos psicológicos e culturais na formação humana brasileira. Levando-se em consideração a instalação da *Plantation*, esses impactos são observáveis até os dias de hoje, quando os relacionamos a certos problemas sociais, como a associação feita nos estudos sobre luta de classes e racismo, por exemplo.

O processo de acumulação de terras através das *Plantations* escravistas era variável segundo a densidade da população de colonos europeus, mantendo uma relação de proporcionalidade inversa, e obedecia a limites governados por diversos fatores: exigências ecológicas da vegetação tropical cultivada; necessidade de transportar produtos agrícolas dos campos ao local do seu beneficiamento e embalagem; dificuldades crescentes de administração nos casos de extensão do território e do número de escravos (GORENDER, 2011).

Ciro Cardoso e Héctor Brignoli (1984) pontuam algumas características gerais do modo de produção *Plantation*, e afirmam que, inevitavelmente, mesmo que existisse a produção dominante de mercadorias destinadas aos mercados europeus, existiria também um sistema camponês produtor de alimentos, subordinado ao primeiro, exercido pelos próprios escravos. Isso ocorria em terrenos dados ao usufruto; além disso, seus principais mecanismos de reprodução das relações involuntárias de produção dependiam exclusivamente do tráfico negreiro e de um sistema de vigilância e repressão dos escravos para preservação e manutenção da ordem escravista (sistema de “tratamento dos escravos”); e no nível macroeconômico, a lógica do sistema escravista era indissociável do capital mercantil no seu conjunto, no qual “o caráter colonial da economia transparecia no tipo de divisão do trabalho entre a Europa e suas colônias das Américas, e na falta de controle destas sobre o mercado dos seus próprios produtos de exportação” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1984, p. 197-198). Desse modo, é possível afirmar que a execução da *Plantation* no Brasil, é fator determinante na formação dos paradigmas agrário e agrícola que estruturam a relação de dependência e determinam o subdesenvolvimento capitalista do país.

Levando-se em consideração a formação da colônia e a distribuição de terras no período colonial da *Plantation*, processos históricos que remetem à concepção da propriedade

privada e do acesso ao solo, em toda América Colonial observa-se a existência de uma semelhança: a apropriação concreta das terras pelos colonos se produz como *fato consumado* (CARDOSO, 1979; GORENDER, 2011; ABREU, 2014). Estudando essa questão unicamente para o século XVIII e para as regiões nas quais a economia se fundavam na escravidão, concluímos que nas colônias ibéricas e francesas a propriedade da terra mantinha forte caráter patrimonial, enquanto nas colônias inglesas e holandesas a terra já se configurava como mercadoria ao ser cobrada de volta nos casos de confisco de bens imóveis e de dívidas não pagas – coisa que no Brasil, por exemplo, viria a acontecer na metade do século XIX, após a introdução do trabalho agrícola assalariado e a promulgação da Lei de Terras no ano de 1850, durante o Império (CARDOSO, 1979; GORENDER, 2011; ABREU, 2014).

O sistema *Plantation* de produção durou de quase metade do século XVI (1534-1536) até pouco antes do final do século XIX (1888) quando se deu a abolição da escravatura. Durante esse período os Senhores de Engenhos que se encontravam geograficamente próximos se identificavam entre si enquanto indivíduos gerentes da grande lavoura que enfrentavam problemas semelhantes com relação às dificuldades de acesso ao suporte da Metrópole na administração dos engenhos. A falta de comunicação com a Coroa e, muitas vezes, da falta de interesse da Coroa em auxiliar na solução dos desafios enfrentados pelos Senhores (resistência indígena e africana à escravidão – fugas e formação de quilombos –, períodos de seca e problemas de improdutividade do solo devido às técnicas de cultivo em monoculturas, por exemplo), foi criando um distanciamento entre a nobreza portuguesa e os donatários. Essa situação deu condições ao início da formação da classe oligárquica no país, futuramente a quem se atribuiu poder político e econômico pós-Independência.

É sob esse contexto colonial e sob o formato *Plantation* de produção agrícola que em 1822, após a vinda da Família Real ao Brasil no ano de 1808, é proclamada a Independência política da nação. Apesar das resistências manifestadas pelos movimentos separatistas da Bahia, Pará, Maranhão, a Independência foi consumada no decorrer das medidas políticas e econômicas nos anos seguintes (ABREU et al., 2014).

3.3 A jornada da evolução do paradigma agrícola: subdesenvolvimento brasileiro e o agronegócio

Na Europa, em plena Revolução Industrial desde 1750 e estabilização do trabalho assalariado, o desenvolvimento das inovações tecnológicas, além de reduzir o custo de

produção da força de trabalho, permitiu ao longo do tempo a redução dos salários e, também permitiu, por certo tempo, um lucro extra advindo dessas inovações. Por isso, durante o século XIX veremos o amplo desenvolvimento técnico-produtivo no capitalismo.

No início desse século há uma mudança no Sistema Agrário Europeu, expresso na adoção do sistema de cultivo sem alqueive e tração de animal pesada. Em sua primeira fase, esse sistema agrário destinará a parcela do alqueive para introdução de Pastagens Temporárias (adubos verdes como o nabo forrageiro, ervilhacas, trevo, azevém, aveia, entre outras) ou o alqueive será substituído por cultivos passíveis de serem colhidos, como a batata. Agora a rotação deixa de ser trienal e passa a ser quadrienal e até quinquenal, sendo as terras cultivadas o ano todo (MAZOYER; ROUDART, 2010). Esse sistema gerará um modo eficaz de renovação da fertilidade, combinando a rotação de cultivos de adubos verdes e leguminosas.

No apogeu desta primeira fase da Revolução Agrícola dos tempos modernos ocorrem profundas mudanças nos transportes e na mecanização do sistema europeu. Surgiram equipamentos de tração animal com base na metalurgia, com o desenvolvimento das ferrovias e do barco a vapor; veremos o escoamento dos excedentes agrícolas a localidades mais distantes, bem como os sistemas agrícolas se beneficiarem de fertilizantes e corretivos vindos de outras regiões (Ibidem).

O desenvolvimento de tecnologias que tinham como prioridade a garantia da produção anual como forma de superar os “problemas financeiros” advindos da sazonalidade natural de cada ciclo e estação dos alimentos foi determinante para a evolução do paradigma agrícola do modo de produção capitalista no mundo. Sendo assim, o período pós-guerras e o desenvolvimento da ciência, em especial a química e a genética, contribuirão de forma intensa na pesquisa da ciência da agricultura, sendo dirigida pela organização capitalista para aumento da produtividade agrícola no decorrer desse século.

No Brasil recém-Império, o setor primário respondia por grande parte do produto interno e das exportações. As ações governamentais se detinham em estratégias para manutenção da estrutura e das relações de produção da *Plantation*. Porém, importantes transformações na produção das monoculturas ocorreram, sendo os principais fatores promotores das mudanças nas atividades agropecuárias desenvolvidas no país as novas condições diplomáticas impostas pela Inglaterra – país em processo de industrialização e representante principal dos interesses do capitalismo internacional à época –, que estabeleceu, como critério para continuação das relações mercantis, o fim do tráfico negreiro e do sistema escravista.

Num primeiro momento, na tentativa de manter o acesso à mão de obra escrava e manutenção dos engenhos, o governo imperial negociou com a Grã-Bretanha para continuidade da honra dos seus compromissos quanto ao tráfico de escravos e à tarifa de importação. Abreu (et al., 2014) afirma que por convenção de 1826, o tráfico de escravos deveria se tornar ilegal a partir de 1830. Porém, durante quase vinte anos a convenção não se efetivou. No final da década de 1840, quando a Grã-Bretanha aboliu as preferências coloniais, a classe oligárquica da produção de açúcar do Caribe, expostas à competição brasileira, estimularam o uso das forças marítimas da Grã-Bretanha (Royal Navy) por meio do ato parlamentar Bill Aberdeen de 1845, para coibir o tráfico brasileiro (ABREU et al., 2014, p. 30) e ameaçar a produção do açúcar no país. Após diversas pressões sobre o cumprimento das convenções, o governo imperial decide tornar o tráfico ilegal, reprimindo-o de fato somente no ano de 1850.

Os interesses capitalistas da Inglaterra⁸ e os interesses escravistas da classe dominante brasileira foram debatidos durante anos, como relata Tourinho (1982) no trecho destacado abaixo:

Desde o Tratado de 1810, quando ainda persistem os interesses mercantilistas da Metrópole portuguesa, que a Inglaterra tenta justificar legalmente a sua perseguição aos negreiros. Em 1815, consegue a abolição do tráfico ao norte do Equador, proibição à qual adicionada, em 1817, o direito de visita em alto-mar a navios suspeitos de tráfico ilegal. Após a Independência, na qual a Inglaterra teve interesses óbvios e participação indireta, ela exige do Brasil medidas definitivas, consubstanciadas em Tratados (1826, 1827), e na lei de 7 de novembro de 1831 que considera o tráfico africano proibido, e livres indivíduos desembarcados no País a partir daquela data. Todas estas leis e tratados permaneceram letras mortas, e a Inglaterra continuou a sua perseguição sistemática aos negreiros, até que a Lei de 1850, seguida de forte repressão, diminui consideravelmente o tráfico. Os dados sobre o ingresso de escravos no País estimam em 50.000 o número dos que chegaram em 1848, cerca de três vezes o número correspondente ao ano de 1845; mas em 1850 entram apenas 23.000 e somente 3.000 em 1851. No ano seguinte esta cifra reduz-se a 700, e depois daí há somente referência a uns poucos casos isolados do tráfico negreiro (TOURINHO, 1982, p. 22-23).

Sob o ‘clima’ da iminência do fim do tráfico negreiro, em decorrência da significativa concorrência da produção nacional de açúcar com as das colônias inglesas, francesas e holandesas no mercado internacional, a partir do ano de 1822 o governo dá início a um conjunto de medidas de incentivo à entrada de imigrantes no país como forma de tentar diminuir a dependência da produção agropecuária à mão de obra africana e, atrelado a ela, ao sistema escravista. O aumento do preço da mão de obra escrava, causado pela significativa

⁸ Para saber mais sobre os fatores que levaram a Inglaterra a estabelecer o fim do sistema escravista e do tráfico negreiro paras as colônias ver Drescher (2011), em especial o capítulo 8.

redução da sua oferta devido às restrições ao tráfico negreiro, teve como resultado a política de imigração, a qual representava uma tentativa, por parte do governo imperial, de substituir a mão de obra africana pela imigrante europeia.

A existência do cultivo do café – que já crescia na região centro-sul do país, assim como o cultivo do fumo e do algodão no interior do Nordeste nas primeiras décadas do Império – mantinha a estrutura latifundiária para a grande lavoura com produção direcionada para o mercado externo e servia de estratégia para manutenção dos privilégios e benefícios da classe oligárquica no Brasil, protagonista da relação de dependência econômica, na época, com a Inglaterra.

Porém, a precarização do solo nos engenhos que restavam para produção do açúcar e de algumas fazendas de cultivo de café no Nordeste, causada pela técnica de desmatamento e queimada, assim como o longo período de seca na região durante os anos de 1877-79, determinaram a transferência e, posteriormente, disseminação das fazendas cafeicultoras nas regiões sul e sudeste e, conseqüentemente, da mão de obra escrava nas novas unidades produtivas.

Regularizadas pela Lei de Terras promulgada em 1850, as principais fazendas de café se concentravam no Vale do Paraíba, região localizada entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo administradas por velhos fazendeiros. De forma geral, a Lei de Terras, da maneira como se apresentava e requiria aos cidadãos os critérios para a regularização da propriedade privada, facilitava o acesso a determinado direito aos já fazendeiros ou parentes de famílias nobres e da classe oligárquica da época pelo poder de compra das “terras devolutas”.

A política de imigração das primeiras décadas do Império consistia nas chamadas colônias de “parceria”; iniciadas em 1847, representaram uma tentativa de utilização do trabalho livre estrangeiro principalmente no cultivo de café. Porém, abusos por parte dos grandes proprietários e a origem, muitas vezes, não agrícola dos parceiros, contribuíam para que estes ficassem endividados por longos períodos. Essa situação resultou em diversos conflitos que desencorajaram os fazendeiros a financiar a vinda de novos imigrantes.

Esperava-se dos colonos, portanto, que trabalhassem na fazenda até terem dinheiro suficiente para pagar a dívida de toda a família, e estes estavam sujeitos às estritas cláusulas da lei de 1837 relativa à locação de serviços de trabalhadores estrangeiros. Esse sistema envolvia, portanto, grande dose de confiança dos colonos para com o fazendeiro, que mantinha sua contabilidade. Por diversas razões, entre as quais se destacam a própria lei de 1837 sobre contratos de trabalho, muito desfavorável para os trabalhadores, uma série de abusos de parte dos fazendeiros, bem como uma situação de endividamento quase permanente de numerosos “colonos”, falharam os contratos de

parceria originais adotados nos anos 1840 a 1850 e restavam poucos trabalhadores europeus em fazendas de café nos anos 1860, apesar das mudanças contratuais em favor dos “colonos” que foram gradualmente implementadas em São Paulo (ABREU et al., 2014, p. 31).

Os colonos por sua vez não eram assalariados ou “proletários” típicos, pois apesar de receberem quantia fixa para o trato dos cafezais, e quantia pré-acordada por unidade de café colhido, mantinham algum controle sobre a alocação do seu trabalho também para culturas em proveito próprio e mostraram grande mobilidade entre fazendas, apesar de claros casos de abusos de autoridade de certos grandes fazendeiros (Ibidem).

No Sul, criaram-se colônias agrícolas de pequenos proprietários, por iniciativa pública (governos provincial e imperial) e privada, que foram muitas vezes bem-sucedidas. Em contraste, algumas iniciativas públicas e privadas de colonização europeia no Norte e Nordeste a partir de 1850 não tiveram bons resultados. Nesse sentido, as elites nortista e nordestina questionaram a política de inserção dos imigrantes como mão de obra assalariada, pois defendiam que a grande lavoura só seria possível caso houvesse a manutenção do sistema escravista. Com a impossibilidade de retomada do tráfico negreiro, a falta de “braços” para lavoura foi assunto recorrente nas manifestações dos presidentes das províncias e da incipiente elite oligárquica brasileira. O problema do preço elevado da mão de obra escrava disputava com o da “inadequação”⁹ e resistência dos imigrantes europeus para a grande lavoura, e a configuração do trabalho livre no território nacional virou um campo de disputa ideológica, sendo sua conquista finalmente realizada com abolição da escravatura no dia 13 de maio de 1888 (TOURINHO, 1982, p. 38-42).

O deslocamento dos escravos para a região sudeste, no decorrer dos tratados de abolição do tráfico negreiro e do sistema escravista, apresentava o seguinte quadro comparativo, de acordo com Abreu (et al., 2014, p. 22):

Enquanto nas proximidades dos anos da Independência o número de escravos era aproximadamente o mesmo no Nordeste e na região cafeeira, o total de escravos nesta última já era 75% mais elevado do que no Nordeste em 1872, e cerca de 133% mais elevado em 1886-87. Os dados da matrícula dos escravos, “atualizados” de forma muitas vezes precária para 1886-87, mostram ainda no Nordeste cerca de 28,4% do total, enquanto a região cafeeira somava 65,6% e o Sul 2,4%.

O foco regional do desenvolvimento econômico do país havia mudado. Além da densidade demográfica causada pelo êxodo rural do Nordeste, conseqüente do fim do tráfico e

⁹ Muitos presidentes de províncias alegavam que era necessário haver cursos de formação agrícola para os imigrantes recém-chegados. Ver a dissertação de Tourinho, *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a Instrução Agrícola e a crise da Economia Açucareira na segunda metade do século XIX* (1982).

da decadência dos Engenhos de Açúcar, a capital do país se encontrava no Rio de Janeiro. Fatores de importância econômica e social modificavam os moldes da conduta do subdesenvolvimento do país.

Mesmo que com dificuldades no debate político e ocorrência de atos regionais de resistências ideológica entre os nordestinos e nortistas vs. sudestinos e sulistas sobre a aceitação e definição da relação dos “colonos” com os fazendeiros, entre vantagens e desvantagens, necessidades e pré-requisitos, a economia cafeeira associada à política de imigração e, posteriormente, a abolição da escravatura desencadearam a configuração do trabalho livre assalariado nas grandes lavouras que, por sua vez, impulsionou o desenvolvimento urbano do país. A produção de café tinha como necessidade a construção de ferrovias para coleta da produção direcionada para o mercado externo e, também, para sua distribuição no mercado interno; além disso, ela estabeleceu a necessidade da construção de mais portos para a exportação do café que deveriam estar distribuídos pelo litoral do Brasil e seriam financiados pelo capital estrangeiro.

A economia cafeeira e, em menor medida, outros polos de exportação, estimularam a criação de importante infraestrutura, em especial ferrovias públicas e privadas. Entre as ferrovias privadas, parte foi estabelecida por empresários estrangeiros, parte por capitalistas nacionais. No final do período imperial, respondendo às demandas da urbanização, ganhou importância a provisão de serviços públicos urbanos, também com importante papel do capital estrangeiro. A industrialização foi incipiente no período imperial. Apenas em meados da década de 1880 começou a diminuir significativamente a penetração das importações de bens de consumo não duráveis, processo que vai amadurecer apenas na primeira década republicana (ABREU et al., 2014, p. 47).

O impacto da economia cafeeira (a inserção do trabalho livre assalariado e a consequência desenvolvimentista da urbanização do país com a inserção do capital estrangeiro pela Inglaterra nessas estruturas), no plano político nacional, projetou os interesses paulistas em detrimento aos das elites nortistas e nordestina. Além disso, a vitória da Guerra do Paraguai com a influência dos militares republicanos paulistas favoreceu ainda mais os debates sobre Abolição e República e, sob esse aspecto, contribuiu para o ato histórico de Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

A abolição da escravatura e a introdução da mão de obra assalariada levaram o sistema bancário, no curso de seu desenvolvimento, a uma total dependência da moeda estrangeira inglesa, incluindo aí a própria produção de papel-moeda. A regulação de juros, taxas, impostos, foi o verdadeiro desafio das primeiras décadas de 1890, durante o Governo Provisório.

Sobre os impactos da abolição da escravatura e início de uma política monetária e cambial nas primeiras décadas da República Velha, Abreu (et al., 2014, p. 53) afirma que:

A despeito disso, todavia, muitos autores observaram que esta transição teria notável impacto “monetário”, pois o pagamento de salários multiplicaria em muitas vezes, por exemplo, as necessidades do capital de giro na atividade agrícola, com isso elevando bastante o grau de monetização e a demanda por moeda na economia.

Levando-se em consideração que a mão de obra na atividade agrícola tinha fluxo sazonal, por estar vinculada ao período de colheita, a crescente demanda de adiantamentos junto aos bancos na capital por ocasião das safras determinou importantes obstáculos à formação da liquidez na praça do Rio (de onde o papel-moeda era exportado). De acordo com Calógeras (1960, p. 161):

Não sendo superabundante o numerário disponível, as transações locais, momentaneamente aumentadas pelo acesso do produto das colheitas aos mercados, exigiam remessas periódicas de dinheiro, as quais, durante a fase correspondente, empobreciam as praças de onde o papel moeda era exportado, e êste só retornava lentamente, dada a dificuldade das comunicações.

O Rio, principalmente, capital econômica e também política, assistia, à época das colheitas do Norte, a drenagem do seu numerário para as praças dessa região e sofria as conseqüências disso: elevação da taxa de descontos, tabelas de juros muito altos, dificuldade de realizar negócios pela falta de numerário, penúria de moeda.

A periodicidade das colheitas e as questões da regionalidade onde se instalavam as produções agrícolas eram peças de um quebra-cabeça que estava posto, porém era inesperado, à classe da elite nacional. Com isso, a relação de submissão da elite política e oligárquica nacional com o mercado internacional, mais uma vez, fortaleceu a relação de dependência das economias estrangeiras na tentativa de ‘tapar o buraco’ da falta de um sistema bancário brasileiro ‘apresentável’. Associando os processos de urbanização, de investimentos internos e a demanda sazonal por moeda para pagamento salarial durante as colheitas, evidencia-se, mais uma vez, como o subdesenvolvimento capitalista no Brasil se constituiu diante das relações de produção de setor primário – que desde sua origem colonial é direcionado ao mercado consumidor externo – e, no marco histórico de constituição da República, diante da formação da sociedade e do Estado brasileiros.

Durante o governo Campos Salles (1841-1913) foi instituído o programa Ouro Preto, que além do retorno ao padrão-ouro na política de monetarização nacional, sistematizava a criação de um auxílio à lavoura para ex-proprietários de escravos. A concessão de créditos como forma de compensação nos períodos sem colheita e estratégia de estabilização do preço

do café direcionado para exportação, teve grande participação da moeda inglesa, submetendo o sistema bancário brasileiro à dependência completa.

A falta de um sistema bancário e a existência de diversos grupos de fazendeiros com opiniões divergentes sobre o gerenciamento da política econômica nacional foram as causas principais dos problemas que caracterizaram o momento, entre os quais estão o aumento da dívida externa, inflação e a instabilidade das taxas. A passagem de diversos secretários da Fazenda, como Ruy Barbosa, Araripe, Barão de Lucena, Rodrigues Alves, Serzedelo e Joaquim Murinho, nesse curto período demarca o desespero político em garantir um certo nível de estabilidade econômica e manutenção dos benefícios de classe à elite nacional no período do Encilhamento.

O café perdurou como principal produto comercializado tanto no mercado interno quanto no externo, mas o que realmente impactou a economia do país nesse período da República Velha foi o aumento da importância relativa do setor assalariado e a falta de um sistema bancário independente. Podemos dizer que a política econômica voltada para produção cafeeira e a promulgação da Lei de Terras são verdadeiros símbolos da legitimação da estrutura agrícola e agrária nacional ao institucionalizar a relação de dependência e determinar o subdesenvolvimento do país.

No período entre final do século XIX e início do século XX, destacamos a ocorrência de fatos históricos que tiveram interferência mundial nas economias agrícola nacionais, que marcaram e anunciaram, desde já, a dialética das contradições existentes na relação entre homem e natureza no modo de produção capitalista.

No intuito de desenvolver tecnologias que isolassem os obstáculos à produtividade agrícola, como qualidade do solo, vento, secas, chuva, estações do ano e etc., presenciaremos, entre 1856 e 1863, o monge Johann Gregor Mendel realizar o cruzamento de ervilhas, elaborando, a partir destes experimentos, as primeiras leis da genética que também foram, posteriormente, aproveitadas para a produção do milho híbrido. Experimentos como estes, associados a invenções industriais como a de Rudolf Diesel, no ano de 1897, que cria o motor de explosão interna, associado ao uso de um subproduto do petróleo, o diesel, deram condições para o desenvolvimento da indústria automobilística e, com ela, uma indústria de máquinas e equipamentos voltados para agricultura, com potência cada vez maior.

Este pulo qualitativo dentro dos parâmetros de produção capitalista, voltado à acumulação de lucro e mais-valia, apresentou um paradoxo diante das condições de distribuição e consumo: sob os princípios do *laissez-faire*, no final do século XIX, na década

de 1870, presenciaremos a primeira crise mundial de superprodução agrícola. Esta crise indicava que a humanidade, pela primeira vez em sua longa jornada, tinha atingido a produção da abundância, saindo da condição de carência, levando em consideração, também, o acúmulo de alimentos e matérias-primas produzidas nos países colonizados e historicamente dependentes dos fluxos comerciais pré-estabelecidos pela imposição do Colonialismo. Agora a fome vivenciada pela humanidade não poderia ser mais justificada pela falta de alimentos ocasionada por sucessivas frustrações de safras, mas sim como produto de uma relação política que determinará a concentração da produção na mão de uma classe social, à qual se impõe uma forma de distribuição dos alimentos produzidos por intermédio dos mercados.

A ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) abala ainda mais as economias nacionais. E o Brasil, na ausência de um sistema bancário robusto e independente, se vê sem ‘aliados’ estrangeiros para financiamento da diversificação da economia e desenvolvimento do setor industrial e urbano, devido aos fatores endógenos nacionais e econômicos mundiais já citados. A vulnerabilidade das economias dos países centrais no mercado internacional determinou a configuração de pactos mais rígidos e intensos nos arranjos de exploração das economias dos países periféricos. A imposição do aumento das taxas de importação foi, ao mesmo tempo, correspondida com a oportunidade de alta do preço do café para o estrangeiro estarrecido com a Primeira Guerra.

Inevitavelmente, a vulnerabilidade e imaturidade do sistema bancário nacional teve como consequência arranjos políticos e econômicos que aprofundaram a relação de dependência econômica com as economias estrangeiras no período da Primeira República. A sucessão de fatos históricos que determinaram a quebra da bolsa de Nova York e a Grande Depressão de 1929 formam o pano de fundo dos conflitos políticos internos e configuração da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assume a Governo Provisório e se reelege como presidente no Governo Constitucional (1930-1945). Sob o aspecto político e econômico durante a Depressão de 1929, Fritsch (2014, p. 65.) afirma que

Este é um dos poucos períodos na história republicana em que uma sucessão de crises econômicas esgarça o tecido político além de sua possibilidade de resistência, ensejando, ao longo dos anos 1930, não só um profundo redesenho das políticas econômicas, como das formas de organização do Estado.

[...]

Assim, quando após um breve interlúdio de estabilidade o país recebe o impacto avassalador da crise internacional de 1929 – complicado aqui pela crise da superprodução de café, que amplifica enormemente os efeitos negativos generalizados da Grande Depressão sobre as economias primário-exportadoras –, não é só o sistema político que se desintegra. Com ele, termina também o modo caracteristicamente liberal de gestão dos fluxos comerciais e financeiros entre a

economia brasileira e a economia mundial, mantido desde a era imperial. O gigantesco desequilíbrio externo que se prolonga pelo início dos anos 1930 força a imposição de restrições cambiais e controles de importação mais ou menos permanentes, acabando por causar profunda e duradoura ruptura da forma tradicional de inserção do Brasil na economia mundial.

A política econômica brasileira, até o fim do Império, não tinha se “voltado pra dentro”, sendo incipiente na Primeira República e logo após a crise de 1929, no Governo Provisório de Vargas, momento em que o Estado impõe medidas de controle sobre as transações externas como forma de financiar o desenvolvimento urbano do país de forma mais sistemática (ABREU, 2014, p. 68-105; FRITSCH, 2014, p. 68).

É possível observar, após a leitura da citação acima, como os paradigmas agrário e agrícola no subdesenvolvimento capitalista brasileiro estão imbricados com a noção de desenvolvimento nacional, determinando os pressupostos admitidos no processo de tomada de decisão na gestão governamental, como, por exemplo, na implementação da política anti-inflacionária implementada por Vargas em 1932, famosa pelos eventos da “queima de sacas de café” como forma de recuperar a confiança do mercado internacional e entrada do capital estrangeiro na economia nacional.

O Estado aqui no Brasil é projeção objetiva para manutenção dos interesses da esfera privada desde sua origem. Não houve, no país, uma fase de defesa ampla à autonomia do mercado como na Revolução Burguesa da Europa. Aqui o mercado está submisso ao desenvolvimento do Estado, que se mantém como estrutura que garante a preservação da classe agrário-burguesa, dos latifundiários, no âmbito político-administrativo. Dessa maneira, ao contrário do que os velhos republicanos propuseram, a Revolução de 1930 nada mais foi do que um ato político em que Estado se associou à classe burguesa cafeeira paulista que emergiu após a Independência, e não o contrário, como no caso europeu. Portanto, mais do que local de resistência da relação patrimonial, o Estado foi objeto para manutenção do status quo das elites agrárias. Na Era Vargas a conduta não foi diferente, havendo uma diferença com relação ao foco da política econômica provocando sua diversificação e intensificando a emissão de investimentos para urbanização e modernização do país.

No período pós-Guerras Mundiais, observa-se o desenvolvimento da lógica capitalista na produção agrícola mundial e das inovações tecnológicas pela absorção de parte dos conhecimentos bélicos desenvolvidos. Mas a segunda metade do século XX presenciara, além da transferência das sobras das guerras e de parte dos conhecimentos bélicos para a agricultura, uma articulação ainda não vista entre fatores químicos, genéticos e mecânicos, expressos no que foi chamado posteriormente de Pacote Tecnológico. A química serviu de solução para

muitas das questões relativas à produção agrícola: Justus Von Liebig, por exemplo, criou a Lei do Mínimo onde o crescimento da planta era determinado pelo elemento químico presente no solo na mínima quantidade necessária. Esta lei desqualificou a “teoria do húmus”, abrindo caminho para a indústria de fertilizantes; através de experimentações e amadurecimento do processo de formação dessa indústria, Fritz Haber sintetiza a amônia a partir do nitrogênio e do hidrogênio; Mais tarde Karl Bosch desenvolverá um método industrial para esta síntese, o Processo Haber Bosch (1931); Paul Müller sintetiza a molécula química do organoclorado DDT (Dicloro Difênil Tricloroetano), utilizado na Segunda Guerra para prevenção dos soldados contra pulgas, piolhos, chatos, carrapatos e vetores do tifo e da malária. O produto derivado do DDT após a guerra foi o Neocid. Sendo assim, em especial a química e a genética serão alvos de intensa pesquisa na ciência da agricultura, dirigida pela organização capitalista.

Já na década de 1960, Norman Borlaug, pesquisador agrônomo voltado para a aplicação de mutações genéticas em sementes, como forma de que garantir maior produtividade e resistência do cultivo a fatores naturais externos planta uma variedade de trigo na Índia e no Paquistão via Fundação Rockefeller. Estes países com grande contingente populacional sofriam de crises crônicas de fome. Com o projeto de Borlaug, as plantações de trigo resistiram às adversidades e a fome diminuiu. Este fato gerou a ideologia da chamada Revolução Verde, expressa na aplicação do Pacote Tecnológico, com efeito demonstrativo eficaz, mostrando resultados imediatos (pois só ataca o sintoma e não a causa dos problemas) e de fácil aplicação. Assim o “moderno” tornou-se aquele agricultor que passou a utilizar este pacote químico, genético e mecânico, e a Revolução Verde se colocou no planeta com um discurso de acabar com a fome no mundo. Foi sob o impacto da força ideológica da Revolução Verde que os países desenvolvidos e em desenvolvimento introduziram, no pós-Segunda Guerra Mundial, este Pacote Tecnológico Químico Genético Mecânico.

O desenvolvimento teve por base uma instituição: a Fundação Rockefeller. Ela constituiu diversos centros de melhoramento vegetal pelo mundo: CIMMYT (International Maize and Wheat Improvement Center), no México; o CIAT (International Center for Tropical Agriculture) na Colômbia, voltado para o estudo das culturas amazônicas; o IRRI (Internacional Rice Research Institute), com sede nas Filipinas; o CIP (International Potato Center), com sede no Peru; o IITA (Internacional Institute of Tropical Agriculture), na Nigéria

e o ICRISAT (International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics), na Índia (BRUM, 1988).¹⁰

Os rendimentos agrícolas nessa segunda fase da Revolução Agrícola dos Tempos Modernos atingiram valores entre 5 mil e 10 mil kg/ha, e a produtividade do trabalho foi multiplicada por 100 vezes, a ponto de alguns países industrializados contarem com menos de 5% da população economicamente ativa na agricultura, gerando produtos para o mercado interno e matérias-primas para os diversos setores industriais (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nesta fase consolida-se a separação entre produção vegetal e produção animal. Constitui-se um forte processo de especialização dos agricultores, eliminando-se o policultivo, ganhando força a monocultura, tornando grandes regiões especializadas em algum tipo de produção (grãos, leite, uva etc.) e, com isso, a formação de diversos sistemas agrários regionais especializados (Ibidem). Nessas regiões forma-se um Complexo Agroindustrial em torno da agricultura, como também se implanta um setor de serviços, seja bancário, seja de pesquisa, seja de assistência técnica (NETTO, 1981; KAGEYAMA, 1996; MARTINS, 2004).

Nota-se, portanto, que as bases para a mecanização, quimificação e seleção de variedades já estavam postas na primeira metade do século XX. Este conjunto de conhecimentos não estava articulado e nem dirigido necessariamente para a agricultura.

No Brasil, o processo de implementação do Pacote Tecnológico irá ocorrer na mesma década de 1960, uma vez que a industrialização brasileira já havia atingido seu ápice, produto da implantação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitscheck. Com a industrialização consolidada, veremos o estabelecimento da agricultura industrial no Brasil não dependendo mais de importações de máquinas e insumos agrícolas. Foram estas condições materiais que permitiam aos Governos Militares optarem pela modernização conservadora do latifúndio, bloqueando o possível desenvolvimento da reforma agrária.

Produto da afirmação deste processo autoritário e modernizante na agricultura brasileira, veremos a formação do proletariado rural, a constituição dos complexos agroindustriais e, com eles, o camponês integrado; veremos a fusão dos capitais: bancário, industrial e comercial com o agrário (a terra converte-se em um ativo financeiro); bem como veremos a geração de um enorme contingente de agricultores sem-terra. Parte destes organizará o MST na década de 1980 (DELGADO, 2012; KAGEYAMA, 1996).

¹⁰ A tradução desses nomes em inglês seriam, respectivamente: Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo; Centro Internacional de Agricultura Tropical; Instituto Internacional de Pesquisa de Arroz; Centro Internacional da Batata; Instituto Internacional da Agricultura Tropical; Instituto Internacional de Pesquisa de Cultivo para o Trópico Semiárido.

O que importa compreender desta Segunda Fase da Revolução Agrícola dos Tempos Modernos consequente do formato neoliberal do capitalismo, é que o capital conseguiu, definitivamente, apropriar-se da agricultura e introduzir nela a sua lógica de valorização do valor. Agora, sobretudo na segunda metade do século XX, é possível tornar a agricultura uma fábrica. A fábrica passa a ser o modelo (POLLAN, 2007). Para essa “fábrica” funcionar será necessário pré-fabricar as condições naturais, por exemplo: se o terreno tiver baixa fertilidade natural, aplicam-se adubos sintéticos solúveis; se há escassez de chuva, de água, irriga-se; se não há predadores naturais, pulveriza-se venenos agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1981; POLLAN, 2007). Todo modelo técnico científico também foi moldado nesta lógica, tendo a “fábrica” como referência, na qual se busca a eficácia expressa através do rendimento físico por hectare, hoje denominado de *agronegócio*.

O formato da agricultura, e da agropecuária como um todo, como “fábrica” é amadurecido no processo de configuração do capitalismo Neoliberal no qual o Mercado é reificado e garante sua autonomia na produção de capital e lucro fundado na privatização do Estado e dos interesses da classe burguesa entre políticos e empresários. Esse cenário neoliberal do capitalismo no Brasil determina de forma efetiva o uso intenso de agrotóxicos e de tecnologias que garantem a subordinação da produção agropecuária aos interesses políticos e econômicos hegemônicos, aprofundando ainda mais a relação de dependência existente na concretude do nosso subdesenvolvimento capitalista desde o Colonialismo. Portanto, no caso do Brasil das antigas *Plantations*, o vínculo econômico de produção agropecuário para o mercado externo e com os paradigmas de produção do sistema predominante se mantiveram. O desenvolvimento da indústria agropecuária, o que hoje denominamos de *agronegócio*, é a estrutura produtiva e principal vetor do crescimento econômico brasileiro, representado pela elite oligárquica à qual fizemos menção através de Fernandes (2015) nos parágrafos anteriores. Em 2019, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio no nosso país chegou a R\$ 1,55 trilhão ou 21,4% do PIB brasileiro. Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 68% desse valor (R\$ 1,06 trilhão), a pecuária corresponde a 32%, ou R\$ 494,8 bilhões¹¹ da economia, baseada em intervenções antiambientalistas e antiecológicas nas técnicas admitidas no modo de produção.

¹¹ Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro#:~:text=Em%202019%2C%20a%20soma%20de,R%24%20494%2C8%20bilh%C3%B5es>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Grande parcela da agricultura familiar, camponesa e indígena, já historicamente marginalizada, continua penalizada por esse processo de exclusão e passou a resistir e a se organizar das mais diferentes formas. As variadas estratégias de resistência envolveram a luta pelo acesso, permanência e preservação da terra, e da valorização dos territórios historicamente ocupados por esses povos e comunidades.

No entanto, a verdade é que governos brasileiros considerados progressistas orientaram suas economias para a atividade primária, valendo-se de um longo período de alta dos preços de *commodities* agrícolas, minerais e energéticas, o que lhes proporcionou os meios econômicos para promover investimentos em obras de infraestrutura, transporte, educação e nas demais frentes de atuação estatal do desenvolvimento urbano e rural, baseados no discurso político de inclusão social e superação da pobreza.

Associado às possibilidades estratégicas de desenvolvimento, o aprofundamento da relação de dependência materializado nos arranjos de privatizações, concessões e outras formas de entrada do capital estrangeiro baseadas na justificativa de servirem como investimento para expansão e modernização rural do país é recorrente em realidades capitalistas subdesenvolvidas. O progressismo em muitos desses países deu lugar a um ciclo neodesenvolvimentista de caráter nacional, que acabou, mais uma vez, privilegiando os interesses do grande capital.

Para termos ideia de alguns impactos que o agronegócio traz como consequência ambiental, a longo prazo, para todo o planeta, seguimos Vulcanis, Secretária Estadual do Meio Ambiente do estado de Goiás, que diz:

O relatório “O Estado das Florestas do Mundo 2016” (Sofa, 2016), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), aponta que o agronegócio gerou quase 70% do desmatamento na América Latina entre 2000 e 2010.

De outro lado, um levantamento da FAO mostra que a vinculação de cumprimento das normas ambientais para o acesso a crédito rural evitou a perda de mais de 270 mil hectares de florestas que seriam desmatadas para aumentar a produção de carne bovina.

[...]

O dado mais impactante, amplamente explorado pelos meios de comunicação e que sacode o mundo neste momento, revela que o desmatamento na Amazônia brasileira atingiu uma máxima de 11 anos em 2019 e aumentou outros 34% nos cinco primeiros meses de 2020, de acordo com dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) (VULCANIS, 2020, s.p.).

Os custos sociais e ambientais desse enorme crescimento vêm sendo denunciados desde a década de 1960, chegando aos anos 1990 com a forte crítica sintetizada na expressão Crise Ecológica do Planeta. Esses dados, relativamente atuais, demonstram a intensidade da

crise ambiental fomentada por esse modo de produção que converte o propósito existencial da espécie humana na qualidade de obsessão pela acumulação de lucro e de riqueza material. Em resposta às contradições geradas na relação entre o homem e a natureza, encontradas nos sistemas agrícolas de produção capitalista, alternativas de cultivo se apresentaram paralelamente, dando perspectiva para o surgimento de uma abordagem ética e sustentável nas relações sociais.

3.4 As correntes da Agricultura Alternativa e Soberania Alimentar

Como contrarresposta aos interesses capitalistas na industrialização da agricultura, desde o início do século XX foram sendo formuladas concepções de uma agricultura alternativa à concepção dominante, produto da Revolução Agrícola dos Tempos Modernos. No ano de 1924 o filósofo Rudolf Steiner inventou a Agricultura Biodinâmica na Polônia (hoje Alemanha), ao proferir oito conferências sobre a agricultura, sendo elas a base desse conceito. Posteriormente, surgiu a Agricultura Orgânica, entre os anos de 1925 e 1930, representada por Sir Albert Howard, na Índia, o qual desenvolveu pesquisas sobre a compostagem. Em 1940, Jerome Irving Rodale, na Pensilvânia, passa a difundir e divulgar essas práticas nos Estados Unidos da América.

Já na década de 1930, conceitua-se a Agricultura Biológica, criada pelo político suíço Hans Peter Müller, quando divulga e propõe o seu modelo “Organo-Biológico para a Agricultura”. Na década de 1960 o médico alemão Hans Peter Rush retoma esta formulação e a associa à alimentação humana e ao seu impacto na saúde. Na França, sobretudo na década de 1970, Claude Albert será o divulgador dessa forma de agricultura, sofrendo influência dos estudos de Francis Chaboussou, com sua teoria de Trofobiose.

Já a Agricultura Natural surge no Japão, por Mokiti Okada, em 1935. Ao fundar uma seita religiosa, Okada coloca sua centralidade na alimentação natural e em como conseguir desenvolvê-la. A partir disso teremos Masanobu Fukuoka, desenvolvedor das bases para agrícola natural, inspirando, décadas depois, a permacultura na Austrália.

Nas décadas de 1960 e 1970, houve, também, alguns marcos importantes a serem destacados no processo de ampliação da consciência humana sobre a crise ecológica. Nos anos 1960, a autora Rachel Carson lança o livro *Primavera silenciosa* e torna-se um ícone na denúncia dos agrotóxicos e seus efeitos na saúde humana; Ernst Friedrich Schumaker, em 1973, publica o livro *O negócio é ser pequeno*, com grande repercussão nos meios críticos, introduzindo o conceito de *tecnologia apropriada*, que será tomado como base para o debate

da crítica ao modelo da agricultura convencional; em 1970 é criada a International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM) na França;¹² e há o surgimento, também, do Movimento da Contracultura, que questionou a indústria cultural, o consumismo, as “cidades industriais” e as relações de gênero e raça. Foram expostas questões por diferentes formas de contestação nestas duas décadas, e o Movimento da Contracultura serviu de base para o desenvolvimento sociocultural dos movimentos feministas e ambientalistas.

Com a humanidade se tornando cada vez mais consciente da grave crise ecológica existente em nosso planeta, movimentos que defendiam o desenvolvimento de uma lógica de produção agrícola anti-hegemônicas, fundamentados na diversificação, territorialização e técnicas agrícola ecológicas, começaram a se organizar e se proliferar por todo o mundo.

Em 1980, a agroecologia desponta como um conceito unificador das tecnologias de cultivo agrícola e pecuário. Buscando aproximar a agroeconomia da ecologia e das ciências sociais, diversos pesquisadores passam a estudar sistemas de produção das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

A expansão da compreensão dos processos de regeneração e preparação do solo pela agroecologia deu origem à criação da Agricultura Regenerativa, que tem por base a hierarquia ecológica para regenerar os sistemas agrícolas, ao que chamamos hoje de *agrofloresta*.

Existem alguns fatos históricos que também são importantes destacar, com a finalidade de que se provoque uma visualização dos impactos do debate sobre modo de produção agropecuário em dimensão mundial. O principal deles é o Relatório do Conselho Nacional de Pesquisa do Governo dos EUA, que no ano de 1989 torna público o relatório intitulado *Agricultura alternativa*, reconhecendo os malefícios da agricultura convencional e apontando a agricultura alternativa como tendência para a organização da produção agropecuária. Dentre as técnicas que configuram a agricultura alternativa, a agroecologia é hoje entendida e praticada na América Latina como enfoque para a unificação de bandeiras do movimento camponês e de luta pela terra, constituindo um movimento de organização política, de recuperação da autoestima e de afirmação de identidades socioculturais. Ela é vista também como uma ciência sobre o manejo de agroecossistemas para conservar os solos, a água e a biodiversidade e para enfrentar os agrotóxicos por meio da diversificação, da rotação e da integração de cultivos, árvores e animais e da produção local de insumos. A agroecologia é compreendida, desde suas origens, como as noções de ecologia dos agroecossistemas, a

¹² Em português, Federação Internacional do Movimento de Agricultura Orgânica.

ecologia dos sistemas alimentares, os sistemas tradicionais de conhecimento e as bases científicas da agricultura sustentável (WEZEL, 2009).

Como forma de propor ações que paralisassem e suspendessem a continuidade dos impactos negativos que a agricultura industrial proporciona em âmbito mundial, em 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo (UN Conference on the Human Environment). O evento teve como pauta a construção de alternativas para a raça humana se relacionar com o planeta. Contudo, o desenvolvimento sustentável somente foi admitido na agenda da política ambiental a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) (MIKHAILOVA, 2004, p. 26).

Com enfoque territorial para o desenvolvimento rural, procurando superar a dicotomia rural-urbano com a construção de circuitos de comercialização baseados nos princípios da economia solidária pelo terceiro setor, assim como políticas públicas específicas de promoção e acesso à aprendizagem, a agroecologia é uma das atividades estratégicas indicadas pela ONU (Organização das Nações Unidas) para o alcance dos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, lançados em 2015 durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Eles são:

- 1 Erradicação da Pobreza;
- 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 3 Saúde e Bem-Estar;
- 4 Educação de Qualidade;
- 5 Igualdade de Gênero;
- 6 Água Potável e Saneamento;
- 7 Energia Limpa e Acessível;
- 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- 10 Redução das Desigualdades;
- 11 Cidade e Comunidades Sustentáveis;
- 12 Consumo e Produção Responsáveis;
- 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima;
- 14 Vida na Água;
- 15 Vida Terrestre;
- 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes;

17 Parcerias e Meios de Implementação.¹³

Outro fato histórico foi o ano de 2014 ser declarado pela FAO como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. No ano de 2015, organizações sociais de todos os continentes se reuniram no Fórum Internacional sobre Agroecologia e produziram a Declaração de Nyéléni, uma referência de âmbito mundial que expressa a visão, os princípios e as estratégias comuns da agroecologia.

No Brasil, por sermos nação que abriga a maior parcela de extensão territorial da Amazônia, essa agenda do Desenvolvimento Sustentável determinou a criação de fundos internacionais de investimento para o financiamento de ações que tivessem certo efeito de compensação ou de recuperação dos prejuízos provenientes da exploração intensiva dos recursos naturais. De acordo com Vulcanis (2020), a negligência dos governos brasileiros sobre a questão ambiental mundial *vs.* agronegócio

[...] coloca o Brasil no cenário internacional como um *player* que ainda não incorporou a nova diplomacia ambiental que rege o mercado global, ou seja, não internalizou, ainda, a mensagem do mundo de agora: precisamos superar, com urgência, a dicotomia existente entre produção agrícola e fortalecimento dos serviços ecossistêmicos, interação que já deixou, há muito, o discurso meramente ambientalista para tornar-se estruturante na pauta da geopolítica mundial.

Neste contexto, é preciso atenção especial ao fato de que US\$ 5 bilhões em investimentos estrangeiros estão automaticamente condicionados a avanços no combate ao desmatamento ilegal no Brasil. São fundos de investimentos europeus com regramento rígido sobre políticas ambientais e com exigências de selos sustentáveis que vêm ganhando cada vez mais apoio de outros agentes econômicos e da sociedade civil organizada.

Ao todo, R\$ 16,2 trilhões, ligados a 230 fundos de investimentos estrangeiros, estão sob influência da opinião pública para que o dinheiro seja direcionado para países, empresas e iniciativas que sigam modelos sustentáveis e que respeitem as normas ambientais (VULCANIS, 2020, s.p.).

A liberação de concessões para exploração no garimpo e desmatamento sem critérios de preservação e manutenção desse ecossistema vem sendo cada vez mais frequente e característico da postura do governo atual (Bolsonaro 2018-2022). Levando em consideração que o ano de 2012 registra a menor extensão por Km² de desmatamento desde 1988, no ano de 2020 houve aumento de mais 100% das áreas exploradas. Além disso, os serviços de fiscalização foram praticamente inexistentes nesses últimos anos, facilitando a proliferação de

¹³ Informações acessadas através do link: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

acampamentos e ações ilegais inclusive em territórios de reservas indígenas colocando a população nativa em risco devido às situações de conflito armados e incêndio nas aldeias¹⁴.

A base referencial da agricultura alternativa no nosso país são as populações tradicionais indígenas e quilombolas que continuam, dessa maneira, sendo alvo dos processos de exclusão capitalista e devido a esse déficit histórico em perspectiva na luta de classes por meio dos movimentos sociais que os representam, esses povos muitas vezes dependem da atuação do Estado para sua defesa e preservação. À medida que os órgãos públicos foram inativados via corte orçamentário e cooptação de seus funcionários, ficou cada vez mais claro o peso que os paradigmas agrário e agrícola têm na corrupção do ideário de um Estado laico e democrático para nação brasileira.

A Liga Camponesa e os Sem Terra também compõem o conjunto de movimentos sociais que atuam a favor da agricultura alternativa e da agroecologia, da existência e do respeito ao pequeno produtor como ator primordial na prática do cultivo sustentável e diversificado, da soberania alimentar e da qualidade nutricional dos alimentos. E por isso, ações de reforma agrária e a manutenção e promoção de políticas públicas que beneficiem esses grupos sociais foram mínimas e praticamente excluídas da agenda política no Governo Bolsonaro, agravando e causando o distanciando do alcance ou aproximação das metas dos ODS (CATTELAN, MORAES, ROSSINI, p. 157).

Segundo Costa (2018), o conceito de Soberania Alimentar, deve ser observado em perspectiva histórica a partir do seu anúncio e defesa durante o Fórum da Sociedade Civil em Roma no ano de 1996. De acordo com esse autor, num primeiro momento o conceito de Soberania Alimentar ficou restrita a soberania do Estado quanto ao direito de produzir seu próprio alimento e investimento em políticas públicas para o aprimoramento de sua tecnologia de cultivo. Sendo tratado como mercadoria, a qualidade do alimento e a segurança alimentar e nutricional correm o risco de prejudicarem a saúde humana, pois o trabalho agrícola e a produção do alimento se tornam simplesmente um meio de obtenção de mais valia na realidade capitalista. E que, portanto, a inclusão de ações em políticas públicas que beneficiassem, também, a participação dos pequenos produtores e dos povos agrícolas tradicionais, que cultivam a agricultura como modo de vida, uma cultura de cultivo que envolve ‘saberes’ e técnicas históricas exclusivas de cultivo, não é valorizada.

Até os anos 2000 houve, porém, a organização e proliferação de movimentos sociais camponeses e em 2001 é realizado o primeiro Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar em

¹⁴ Ver mais informações em <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5811>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Havana-Cuba “Pelo Direito dos Povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua Soberania Alimentar”¹⁵. Nesse Fórum, portanto, o conceito de soberania foi ampliado e a cultura agrícola desses povos se une à agenda da crise climática, do sistema alimentar mundial, segurança alimentar e nutricional do sistema mundial hegemônico e a todo debate sobre a crítica ao modo de produção capitalista e seus impactos na produção dos alimentos.

Assim como Costa (2018), observamos que:

"(...) em linhas gerais a Via Campesina posiciona a concepção e a perspectiva de Soberania Alimentar sobre as bases de **[cinco] dimensões fundamentais: a alimentar, a energética, a genética, a hídrica e a territorial**. Considerando a concepção em sua totalidade concreta, vemos que estas dimensões são interseccionadas e interdependentes. Pressupõe, portanto, uma base material que possibilite essa condição e garanta substancialmente a cada uma delas o seu sentido fundamental. Ser, também, a materialização de processos que negam as condições objetivas pelo modo de produção capitalista, por um lado, e por outro, ser expressão material dos valores inscritos em sua perspectiva. Além disso, também, o debate da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, atribui à Soberania Alimentar quanto à Segurança Alimentar e Nutricional, outras **[cinco] dimensões: a social, a econômica, a política, a ambiental e a cultural**. Estas, ao meu entendimento, ao considerar a centralidade do alimento para a existência humana, as condições objetivas para o seu provimento, armazenamento, distribuição e consumo, são as expressões do fazer humano - a partir da relação homem-natureza - na constituição da natureza como relação humana. Também por estabelecer o sentido percebido ao alimento no conjunto das relações da materialidade social". (*nota de rodapé 166*, COSTA, JG. 2018, p. 146).

Como é possível perceber, a agricultura alternativa ao modo de produção capitalista é, sob a dimensão política da luta de classes, uma ala de resistência anti-hegemônica e anticapitalista; e como ‘tronco’ conceitual da ciência de cultivo agroecológico, da soberania alimentar por exemplo, assim como do desenvolvimento sustentável, atribui à materialidade desses conceitos descendentes, a contradição existencial dialética de suas práticas e, portanto, da implementação de políticas públicas que tenham o objetivo de promovê-la. Ainda mais no Brasil subdesenvolvido, regido pelos paradigmas coloniais agrário e agrícola.

3.4.1 Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade

A Organização das Nações Unidas, através do relatório *Nosso futuro comum*, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1987, elaborou o

¹⁵ “De 3 a 7 de setembro de 2001, nos reunimos em Havana, Cuba, 400 delegadas e delegados de organizações de trabalhadores do campo, indígenas, associações de pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, acadêmicos e pesquisadores de 60 países de todos os continentes no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar.” Declaração Final do Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar. Havana-Cuba, 7 de setembro de 2001. <<http://neaepr.blogspot.com/search/label/Material%20de%20Estudo>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

seguinte conceito: “Desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”.

Desde então, desenvolvimento sustentável foi interpretado como ação que preservava a “capacidade” das futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades. Portanto, os níveis de “degradação” e “preservação” poderiam ser questionados e negociados a partir de pressupostos especificamente subjetivos em conformidade com os atores envolvidos na ação a ser executada, sejam atores do setor privado ou do setor público.

Levando-se em consideração essa primeira definição conceitual, os “graus de sustentabilidade” de uma ação se apresentavam questionáveis. Nesse sentido, todas as atividades realizadas deveriam sofrer uma “avaliação mais aprofundada para determinar todos os seus efeitos sobre meio ambiente” (MIKHAILOVA, 2004, p. 26). Já desenvolvimento sustentável, como exposto na Cúpula Mundial em 2002, é definido como aquele que aumenta a “melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes”. Durante o evento também foi esclarecido o fator que determina qual “desenvolvimento” é prejudicial às gerações futuras como “aquele que usa dos recursos naturais além da capacidade da Terra”.

Enquanto o desenvolvimento sustentável pode requerer ações distintas em cada região do mundo, os esforços para construir um modo de vida verdadeiramente sustentável requerem a integração de ações em três áreas-chave:

- 1) Crescimento e Equidade Econômica – Os sistemas econômicos globais, hoje interligados, demandam uma abordagem integrada para promover um crescimento responsável de longa duração, ao mesmo tempo em que assegurem que nenhuma nação ou comunidade seja deixada para trás.
- 2) Conservação de Recursos Naturais e do Meio Ambiente – Para conservar nossa herança ambiental e recursos naturais para as gerações futuras, soluções economicamente viáveis devem ser desenvolvidas com o objetivo de reduzir o consumo de recursos, deter a poluição e conservar os habitats naturais.
- 3) Desenvolvimento Social – Em todo o mundo, pessoas precisam de emprego, alimento, educação, energia, serviço de saúde, água e saneamento. Enquanto discutem-se tais necessidades, a comunidade mundial deve também assegurar que a rica matriz de diversidade cultural e social e os direitos trabalhistas sejam respeitados, e que todos os membros da sociedade estejam capacitados a participar na determinação de seus futuros (DECLARAÇÃO de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, 2002).¹⁶

Composta por essas três dimensões (econômica, ecológica e social), a definição de Desenvolvimento Sustentável surge como resposta e orientação geral à gestão das economias nacionais para exploração da natureza planetária. Por ser modelo de produção viável, que

¹⁶ Acessada através do link: <<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/decpol.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

defende uma ideologia da Ecologia Política, a agroecologia se destaca por atender a maioria dos objetivos em curto prazo de tempo, principalmente em casos nos quais há políticas públicas específicas para implementação e manutenção das práticas saudáveis de cultivo e extração agropecuária. Segundo pesquisa realizada pela Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina (2017, p. 5):¹⁷

A ocorrência de crises (financeiras, geopolíticas, climáticas) de alguma forma impulsiona a adoção de práticas agroecológicas. Essa metodologia de cultivo agropecuário tem se mostrado uma alternativa sustentável e resiliente para enfrentar as consequências das futuras crises do planeta e da humanidade. Em alguns casos, inclusive, a agroecologia começa a se apresentar como uma alternativa ao modelo produtivo convencional, cujas externalidades econômicas e ambientais mostram-se insustentáveis.

Agroecologia e produção orgânica não são “sub-cadeias” ou “sub-categorias” do setor da agricultura familiar e camponesa, mas apresentam um conjunto de aspectos comuns. Isso ressalta o papel essencial das políticas públicas de apoio à agricultura familiar na consolidação de instrumentos favoráveis à transição agroecológica.

Sob esses termos, o conceito de sustentabilidade ganha novos valores e é ampliado. A questão da sustentabilidade em si começa a ser interpretada como princípio necessário na conduta dos seres humanos mediante a situação de degradação do planeta com relação aos recursos naturais e da degradação, do enfraquecimento ou até mesmo perda, da espiritualidade das relações humanas. Em seu sentido lógico, sustentabilidade é a capacidade de se sustentar, de se manter. Mas para além das propriedades econômicas, uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida para sempre. Em outras palavras: a exploração de um recurso natural exercida de forma sustentável durará para sempre, não se esgotará nunca. Uma sociedade sustentável é aquela que não coloca em risco os elementos do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos

Sustentabilidade deixa de ser apenas uma questão de “ter dinheiro para pagar as contas” ou de política social. Mas é apontada como uma racionalização organizacional de estratégia adequada para coexistência humana no mundo. Um princípio que deve servir de fundamento e objetivo final da passagem do ser humano pelo planeta.

Dessa forma, a agroecologia se atém à ciência sobre o manejo dos recursos naturais; a sustentabilidade é a racionalidade incorporada no exercício da prática agroecológica; e Desenvolvimento Sustentável é o projeto político defendido desde sempre pela ONU como conduta de desenvolvimento das civilizações.

¹⁷ Relatório acessado através do link: <<http://alianzaagroecologia.redelivre.org.br/files/2017/05/resumos-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

No próximo capítulo descrevemos o processo histórico de constituição do cooperativismo e debates relativos à sua complexibilidade enquanto modelo organizacional do trabalho e filosófico da práxis nos contextos históricos socialista e capitalista.

4 COOPERAÇÃO, COOPERATIVAS E SEUS DILEMAS NA REALIDADE CONCRETA DA DOCTRINA COOPERATIVISTA NO MUNDO E NO BRASIL

A Doutrina Cooperativista é materializada no Ato Cooperativo.

[...] não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX (COSTA, 2007, p. 58).

A cooperação surge, num primeiro momento, da natureza social humana de satisfazer suas necessidades no âmbito coletivo e da identificação de interesses comuns que, nas sociedades primitivas, giravam em torno da questão da sobrevivência e da manutenção existencial da espécie.

Assim como já exposto no início do Capítulo 3 sobre relações de produção na América pré-colombiana, na produção da práxis humana e relação com a natureza o ato de cooperar foi (e ainda é) fator determinante para a continuação da nossa existência. Dos processos de aprendizagem e sociabilidade, como detalhamos anteriormente entre as populações indígenas que aqui habitavam, a cooperação regia os grupos de trabalho na organização das aldeias e tribos. Segundo Araújo:

A ação de cooperar – operar em conjunto – constitui o princípio da vida em sociedade. Por uma questão de sobrevivência os homens reúnem esforços, surgindo daí uma força nova de natureza coletiva. A cooperação é, portanto, uma força social. Não há porque não o admitir (ARAÚJO, 1980, p. 119).

No formato da sociedade moderna, porém,

do ponto de vista econômico, conceitua-se cooperação como uma forma de organização do trabalho associado de indivíduos ou grupos com interesses comuns. Neste contexto, temos cooperação como ação de cooperar, o cooperativismo como orientação doutrinária e a cooperativa como associação concreta (Ibidem, p. 133).

Historicamente, a primeira cooperativa formalmente reconhecida é a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844, na Inglaterra, na cidade de Rochdale, hoje um bairro de Manchester. O cooperativismo surgiu basicamente como reação ao intenso

processo de mecanização do trabalho a partir da década de 1750, a chamada Revolução Industrial, na Europa.

Fundado por um grupo de intelectuais socialistas, as primeiras experiências cooperativas defendiam fervorosamente o ideal de justiça e de fraternidade e deixava evidente a oposição de diversos autores às consequências da Revolução Industrial. A realidade constituída pelo sofrimento das classes trabalhadoras ante as consequências do liberalismo econômico do início do século XIX criou o contexto propício ao aparecimento das cooperativas constituídas pela massa trabalhadora com o intuito de superar a miséria pelos seus próprios meios.

Desde as *colônias-modelo* criadas e implantadas por Robert Owen, os *falanstérios* ou hotéis cooperativos de Fourier e a defesa de Blanc por uma intervenção estatal para criação das *oficinas sociais*, o cooperativismo foi uma alternativa, uma estratégia enquanto unidade de produção que “elimina” os conflitos entre classes existentes no capitalismo (PINHO, 2004; PINHEIRO, 2005).

Tendo como referência dois pontos de vista distintos na formulação de sua ideologia, as correntes do cooperativismo histórico se resumem aos: chamados ‘socialistas utópicos’, representados pelo inglês Robert Owen, pelo francês Charles Fourier e pelo alemão Ferdinand Lassall, que defendiam o cooperativismo como poderoso instrumento para eliminar o individualismo e a produção de lucros excessivos a partir da compreensão pacífica, de parte da burguesia, de que o capitalismo não configura um sistema justo de organização do trabalho industrial. Para eles, a cooperativa é considerada um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social em direção ao socialismo; a segunda corrente era representada, principalmente, pelo professor de Economia Política francês Charles Gide, que considerava a eliminação do sistema capitalista pela implantação direta de uma *República Cooperativa* na qual todos os setores da economia e o próprio Estado estariam amplamente organizados num sistema cooperativista.

O modelo das cooperativas de produção, cooperativas operárias ou cooperativas de trabalhadores inspirou-se em uma espécie de síntese do rochdaleanismo e das experiências de Fourier, de Blanc, entre outros. Em alguns países, as cooperativas de produção foram interpretadas, a partir das defesas teórica de Gide, como instrumento de reforma social.

Charles Gide defendia o cooperativismo como instrumento para o fim da luta de classes. Baseado nas experiências concretas anteriores (Owen, Fourier, Rochdale), seu

discurso tornou-se uma espécie de programa oficial do Movimento Cooperativista francês. Conforme Pinho, (2004, p. 216), para Gide são doze as virtudes do cooperativismo:

1. Viver melhor ou conseguir melhor nível de vida, através do auxílio-mútuo;
2. Pagar a dinheiro, a fim de evitar a dívida, que [ele] considera uma das formas de escravidão;
3. Poupar sem sofrimento, já que a devolução dos ganhos, sob a forma de retorno dos excedentes, proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios na cooperativa, permiti-lhe economizar, sem sacrificar a satisfação das necessidades;
4. Suprimir os parasitas, ou seja, eliminar os intermediários, de maneira a reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor;
5. Combater o alcoolismo, finalidade educativa já acentuada pelos Pioneiros de Rochdale;
6. Interessar as mulheres nas questões sociais, pois sendo elas que cuidam do lar e fazem as compras, devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas de consumo;
7. Educar economicamente o povo, tornando-o apto para a autogestão econômica e política;
8. Facilitar a todos o acesso à propriedade;
9. Reconstituir uma propriedade coletiva, através da formação de um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, acima de nossas existências efêmeras;
10. Estabelecer o justo preço, mas remunerando todo trabalho consagrado à produção, inclusive o trabalho de direção e os trabalhos intelectuais preparatórios;
11. Eliminar o lucro capitalista, criando a preocupação com a satisfação das necessidades dos homens e não com a obtenção de lucros;
12. Abolir os conflitos, na cooperativa de consumo, o consumidor torna-se seu próprio fornecedor, na cooperativa de produção, o operário torna-se seu próprio patrão, na cooperativa de crédito, o sacador torna-se seu próprio sacado, na cooperativa de habitação, o locatário torna-se seu próprio locador, e assim por diante, de modo que toda disputa cessa pela fusão dos inimigos, ou melhor, o combate cessa por falta de combatentes.

Gide defendia uma sociedade organizada como uma República Cooperativa na qual o consumidor, facultado de consciência política, teria o papel de esclarecer os critérios qualitativos para produção de objetos e alimentos na sociedade, com o intuito de eliminar os conflitos e as injustiças sociais experienciadas no capitalismo.

Essa transformação ocorreria em três etapas: na primeira, seriam organizadas cooperativas de consumo nas quais desapareceria o lucro, isto é, eliminar-se-ia qualquer aumento sobre o custo de produção a fim de obter o justo preço; na segunda, seriam criadas cooperativas de produção industrial, com os fundos necessários acumulados pelas cooperativas de consumo; na terceira etapa seriam organizadas cooperativas de produção agrícola. Tanto nestas como nas cooperativas de produção industrial seria abolido o assalariamento (PNHEIRO, 2005, p.37).

Historicamente, dentre as experiências “à esquerda”, das tentativas de reconfiguração do Estado a partir da tomada do poder, destacamos alguns trechos escritos por Marx e Engels acerca das experiências na Comuna de Paris (1871), no texto *A Guerra Civil na França* (1891):

No dia 16 de abril, a Comuna ordenou que se fizessem um recenseamento estatístico de todas as fábricas fechadas pelos patrões e se preparassem os planos para o reinício de suas atividades pelos operários que nelas trabalhavam, organizados em associações cooperativas, assim como se projetasse também a organização de todas essas associações numa grande federação (MARX, 1975, p. 163).

A comuna teve de reconhecer, desde o primeiro momento, que a classe operária ao chegar ao poder não pode continuar governando com a velha máquina, que para não perder de novo a sua dominação recém conquistada, a classe operária deve, de um lado, abandonar toda a velha máquina repressiva até então utilizada contra ela e, de outro, prevenir-se contra seus próprios mandatários, declarando-os demissíveis, a qualquer tempo e sem exceção.

[...] Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia; e no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias novas e livres, possa desfazer-se de todo desse velho traste do Estado (Ibidem, p. 166-167).

A comuna era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade. Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma *corporação de trabalho* executiva e legislativa ao mesmo tempo. Em vez de continuar servindo de instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento. O mesmo foi feito em relação aos demais funcionários dos demais ramos da administração. [...] Os interesses criados e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. Os cargos públicos deixaram de ser prioridade privada dos estas de ferro do governo central.

Os funcionários judiciais deviam perder a fingida independência. [...] Assim como os demais funcionários públicos, os magistrados e juizes deviam ser funcionários eletivos, responsáveis e demissíveis. [...] As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados na capital do distrito correspondente [...] todos os delegados seriam substituídos a qualquer momento e comprometidos com um mandato imperativo de seus eleitores (Ibidem, p. 196-198).

Para Marx, o cooperativismo deveria se caracterizar pela apropriação, por parte dos operários, dos meios de produção – é o “cooperativismo operário”. No manifesto lançado no Primeiro Congresso da Associação Internacional do Trabalho, Marx afirma que:

[...] o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns “hands” {operários} audazes [...]. Pela ação, ao invés de pôr palavras, demonstram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho

associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria (MARX, 1964, p. 11).

Alguns anos mais tarde, o contexto de pós-I Guerra Mundial, a crise do sistema feudal na Rússia e o baixo índice de industrialização do país dificultaram o estabelecimento de outro modo de produção que não fosse monopolizado pelo Estado, este, ocupado por operários (com suas responsabilidades delegadas entre os trabalhadores-revolucionários), a chamada *Ditadura do Proletariado*. Lênin em *Estado e a Revolução* (2011 [1970]) faz algumas reflexões sobre os “passos” que deveriam ser dados para que a Ditadura do Proletariado pudesse ser possível:

Organizemos a grande produção nós *mesmos*, os operários, partindo do que já tinha sido criado pelo capitalismo, baseando-nos em nossa própria experiência de trabalho, estabelecendo uma disciplina rigorosíssima, férrea, mantida pelo poder estatal dos operários armados; reduzamos os funcionários públicos ao papel de “inspetores e contadores” responsáveis, removíveis e modestamente remunerados (em conjunto, naturalmente, com os técnicos de todos os gêneros, tipos e graus): essa é nossa tarefa proletária, por aí pode-se e deve-se *começar*, quando se leva a cabo a revolução proletária. Este começo, com base na grande produção, conduz a si mesmo à extinção gradual de toda burocracia, à criação gradual de uma ordem – ordem sem aspas, ordem que não se parecerá em nada com a escravidão assalariada – [...] em que as funções de inspeção e contabilidade, de cada vez mais simplificadas, serão executadas rotativamente por todos, logo se converterão em costume e, por último, desaparecerão como funções *especiais* de uma camada especial da sociedade (LÉNINE 2011, p. 94-95, grifos do autor).

Nessas duas referências clássicas do socialismo histórico do final do século XIX e do início do século XX, é possível observar que para reconfiguração e organização do Estado, as ideias de igualdade salarial e horizontalidade das relações de produção relativas ao papel do Estado na sociedade são defendidas repetidamente.

As medidas tomadas durante a Comuna de Paris e Revolução Russa dialogam estreitamente com a Doutrina Cooperativista. A ordem de transformar as fábricas em associações produtivas, a preocupação em aniquilar as relações hierárquicas na ocupação das responsabilidades estatais – legitimadas através da ocupação da classe operária aos cargos – na tentativa de estruturação de paradigmas de natureza coletiva e consciente através da igualdade salarial independente das especialidades, são exemplos dessa aproximação no âmbito da gestão do Estado.

Através da leitura dos trechos destacados, é possível demonstrar como as decisões administrativas e a gestão do Estado não são somente técnicas e métodos organizacionais, mas vêm carregadas de sentido político e ideológico já que se trata de enquadrar, sob determinados protocolos comportamentais, as relações de produção dentro do Estado.

Entre autores e experiências históricas, podemos distinguir, assim, dois grupos doutrinários principais sobre a Doutrina Cooperativista: o macrocooperativismo – exemplificado pela República Cooperativista de Charles Gide, ou o “cooperativismo operário” de Marx –, a favor de mudanças estruturais e configuração de outro modo de produção para uma sociedade igualitária e incluyente; e o microcooperativismo, representado por um grupo de defensores que trata a Doutrina como instrumento para tentativa de correção das controvérsias e adversidades produzida pelo modo de produção capitalista.

Na ‘ala’ atual do macro cooperativismo, surgiram teorias modernas, entre elas: a Teoria da Cooperativização Global, precursora dos “socialistas utópicos”, que prega a substituição pacífica da economia de mercado pela economia cooperativa; a Teoria da Cooperativização Sistêmica, que define o sistema cooperativo como um sistema cibernético capaz de anular influências ou distúrbios provenientes do ambiente externo, em que apenas através da sua prática será possível observar como a prática se dará a partir dos estímulos introduzidos; a Teoria da Cooperação Fiduciária baseada na qualificação do *homos cooperativus*, aquele que se submete completamente aos interesses coletivos; a Teoria Cooperativa Neoclássica, da qual destaca-se a Teoria do Bem-Estar Econômico elaborada por Isaac Guelfat, a qual se assemelha a uma espécie de repartição de renda para a melhoria da situação de uma quantidade de indivíduos em relação à situação anterior, portanto, se desvinculando da questão da necessidade do aumento da mais-valia e exploração do trabalho inferiorizado, sendo a que mais se aplica como base de uma teoria econômica cooperativista; a Teoria Econômica da Cooperação, desenvolvida por Münster, que se baseia na ideia de cooperativa como uma empresa coletiva, na qual o êxito da empresa é resultado da real participação dos associados em todos os negócios, todos com pleno direito de decisão; e a Teoria do Comportamento Cooperativo, a qual tem foco sobre as motivações que levam o indivíduo a se tornar um cooperado (PINHEIRO, 2005, p. 40-43).

Interpretado como alternativa para o desenvolvimento local e diminuição da desigualdade social, do ponto de vista filosófico, o cooperativismo surgiu embasado em valores universais, de união, colaboração, cooperação, pregando uma mentalidade de valores comunitários na produção de interesses comuns. Do ponto de vista social e político, o sistema de autogestão de cooperativas muitas vezes proporciona sentido de autonomia na organização coletiva de meios de produção e sobrevivência, assim como a politização da classe, produtora local.

As cooperativas, portanto, segundo autores como Araújo (1980), Pinho (2004) e Pinheiro (2005), são definidas pela iniciativa tomada por um grupo de indivíduos de se reunir

para produção de bens e serviços de impacto direto na sociedade à qual pertencem, sob legalidade estatal. Orientado para um fim social, o cooperativismo propõe o exercício da solidariedade, atribuindo ao ato de fazer, ou seja, ao trabalho, o eixo, a engrenagem de sua estrutura. A humanização do trabalho e a garantia coletiva de acesso à renda se contrapõem à centralidade imposta pelo capitalismo da produção e acumulação de capital, que uma empresa privada com fins lucrativos terá sempre como objetivo principal. A definição dada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é a seguinte:

[...] el término “cooperativa” designa una asociación autónoma de personas unidas voluntariamente para satisfacer sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales en común a través de una empresa de propiedad conjunta, y de gestión democrática (OIT, 2002).¹⁸

Os princípios básicos do que atualmente configura a Doutrina Cooperativista foram consolidados no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em Manchester em 1995. De acordo com os dados no site oficial da ACI, o cooperativismo é fundado sobre os seguinte valores e princípios:

Valores cooperativos

Las cooperativas se basan en los valores de autoayuda, autorresponsabilidad, democracia, igualdad, equidad y solidaridad. Al igual que sus fundadores, los miembros cooperativos creen en los valores éticos de honestidad, actitud receptiva, responsabilidad social y respeto hacia los demás.

Principios cooperativos

Los principios cooperativos son las directrices mediante las que las cooperativas ponen en práctica sus valores.

1. Afiliación voluntaria y abierta

Las cooperativas son organizaciones voluntarias, abiertas a todas las personas que quieran utilizar sus servicios y que deseen aceptar las responsabilidades de la afiliación, sin discriminación de género, social, racial, política o religiosa.

2. Control democrático de los miembros

Las cooperativas son organizaciones democráticas controladas por sus miembros, que participan activamente en el establecimiento de sus políticas y en la toma de decisiones. Todas las personas que desempeñan la función de representantes seleccionados son responsables ante los miembros. En las cooperativas primarias, todos los miembros tienen el mismo derecho a voto (un miembro, un voto). En otros niveles, las cooperativas también se organizan de manera democrática.

3. Participación económica de los miembros

Los socios contribuyen de forma equitativa al capital de la cooperativa y lo controlan democráticamente. Al menos una parte del capital suele ser propiedad común de la cooperativa. Cuando corresponde, los miembros suelen recibir una compensación

¹⁸ “O termo ‘cooperativa’ designa uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através de uma empresa de sociedade conjunta, e de gestão democrática”. Documento disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:5409473475536:12100:NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312531:>. Acesso em: 10 nov. 2021.

limitada sobre el capital suscrito como requisito de la afiliación. Los miembros destinan los beneficios a cualquiera de las siguientes finalidades: desarrollar su cooperativa (por ejemplo mediante la constitución de reservas, una parte de las cuales es indivisible), beneficiar a los miembros en proporción a sus transacciones con la cooperativa; o apoyar otras actividades aprobadas por la afiliación.

4. Autonomía e independencia

Las cooperativas son organizaciones autónomas de autoayuda gestionadas por sus miembros. Si se llega a un acuerdo con organizaciones externas –incluidos los gobiernos–, o se aumenta su capital de fuentes externas, deberá hacerse de forma que se asegure el control democrático de sus miembros y se mantenga la autonomía de la cooperativa.

5. Educación, formación e información

Las cooperativas ofrecen educación y formación a sus miembros, representantes elegidos, directores y empleados, para que puedan contribuir de forma efectiva al desarrollo de sus cooperativas. Asimismo, informan al público general – particularmente a los jóvenes y a los líderes de opinión– sobre la naturaleza y los beneficios de la cooperación.

6. Cooperación entre cooperativas

Las cooperativas sirven de forma más efectiva a sus miembros y fortalecen el movimiento cooperativo trabajando con estructuras locales, nacionales, regionales e internacionales.

7. Interés por la comunidad

Las cooperativas trabajan para el desarrollo sostenible de sus comunidades a través de políticas aprobadas por sus miembros.¹⁹

¹⁹ “**Valores cooperativos:** As cooperativas se baseiam nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seguindo a tradição de seus fundadores, seus membros acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos demais integrantes. **Princípios cooperativos:** Os princípios cooperativos são as diretrizes por meio dos quais as cooperativas colocam em prática seus valores. **1.** Livre acesso e adesão voluntária. As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas. **2.** Controle, organização e gestão democrática. As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática. **3.** Participação econômica dos seus associados. Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: Desenvolvimento das cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível. Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa. Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros. **4.** Autonomia e independência. As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa. **5.** Educação, capacitação e informação. As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação. **6.** Cooperação entre as cooperativas. As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. **7.** Compromisso com a comunidade. As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros”. Informações retiradas do *site* da ACI, disponíveis em: <https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional?_ga=2.89344027.1803768313.1636547028-2125496073.1634837800>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Mesmo que não tenha feito referência ao movimento cooperativista e nem à sua Doutrina, em sua obra *17 contradições e o fim do Capitalismo*, David Harvey (2016) pontua dezessete ideias para práticas políticas anticapitalistas na tentativa ‘diluir’ os impactos das contradições do modo de produção capitalista. Ideias que oferecem base ética para construção de políticas públicas construtivas. A reflexão dele sobre as dezessete ideias é a seguinte:

Também me pareceu adequado esboçar as linhas gerais dos prováveis resultados e das possíveis consequências políticas derivadas da aplicação desse modo distintivo de pensar para o entendimento da economia política do capitalismo. À primeira vista, essas consequências podem não parecer prováveis, muito menos praticáveis ou politicamente palatáveis. Mas é fundamental apontar alternativas, por mais estranhas que pareçam, e, se necessário, apoderar-se delas, se as condições assim determinarem. Desse modo, podemos abrir uma janela para todo um campo de possibilidades inexploradas e não consideradas. Precisamos de um fórum aberto – uma assembleia global, por assim dizer – para refletir em que ponto se encontra o capitalismo, para onde se encaminha e o que se deveria fazer a respeito (HARVEY, 2016, p. 13).

Como bom marxista, Harvey também tem a compreensão dialética e histórica do Estado como organismo originado e necessário ao capital e ao capitalismo e, por isso, joga a responsabilidade da “saída” possível para a organização da sociedade civil em “associações populares”.

A seguir, reescrevo as dezessete ideias do autor e aponto possibilidades de arranjos de gestão e políticas públicas que poderiam provocar seus efeitos, levando em consideração a atuação do Estado no possível processo de transição civilizatório. O esforço está, para além do diálogo com a Doutrina Cooperativista, na inserção do papel do Estado na fase de transição para a implementação de políticas públicas anticapitalistas, ou seja, na construção de “políticas públicas de boicote” à lógica hegemônica do capital.

1. “A provisão direta de valores de uso adequados para todos (habitação, educação, segurança alimentar, etc.) tenha precedência sobre a provisão desses valores por intermédio de um sistema de mercado que maximize os lucros, concentre os valores de troca em poucas mãos privadas e distribua bens com base na capacidade de pagamento”: para que essa ideia se torne realidade imediatamente, no estado exato em que nos encontramos enquanto sociedade civil e Estado – sem uma revolução cultural e “filósofo-ontológica” –, é necessária uma política que garanta o direito à propriedade (terra e/ou moradia), à saúde e educação, associada a uma política de facilitação e valorização de acesso a bens funcionais de consumo, básicos e de uso durável (geladeira,

fogão, máquina de lavar, etc.). Uma espécie de associação entre o que aconteceu na fase de produção fordista do capitalismo, durante o *Welfare State*, agregada à universalização do acesso à rede de seguridade social, como no socialismo.

2. “Seja criado um meio de troca que facilite a circulação de bens e serviços, mas que seja limitado ou que se elimine a capacidade de pessoas privadas acumularem dinheiro como forma de poder social”: uma combinação entre políticas de redistribuição de renda com política de impostos mínimos a produtos priorizados (alimentos, materiais de construção, remédios etc.) e de impostos altos quanto mais secundário for o consumo (produtos relacionados à reprodução da lógica da obsolescência), até a sua insignificância. O meio de troca para facilitação da circulação seria o estabelecimento de uma rede de distribuição internacional dos serviços e produtos entre as associações populares, produtivas e consumidoras, como no princípio da intercooperação defendido pela doutrina cooperativista.

3. “A oposição entre propriedade privada e poder público seja substituída tanto quanto possível por regimes de direito comum – com particular ênfase ao conhecimento humano e na terra como bens comuns mais fundamentais – cuja criação, gestão e proteção sejam feitas por assembleias e associações populares”: política de reforma agrária, urbana e de habitação (todos tendo onde morar e trabalhar) e política de regularização e promoção de cooperativas em todos os setores e responsabilidades, inclusive do Estado.

4. “A apropriação do poder social por pessoas privadas seja não apenas impedida por barreiras econômicas e sociais, mas também malvista no mundo inteiro como desvio patológico”: política pública que proíba a promoção de empresas e serviços particulares por meio de vínculo empregatício; permitir somente a configuração de cooperativas genuínas e ou de outras formas de organização, mas exclusivamente coletivas e autogestionárias.

5. “A oposição entre classe e trabalho se dissipe em associações de produtores que decidam livremente o que, como e quando produzir, em colaboração com outras associações, considerando a satisfação das necessidades sociais comuns”: aqui o autor só escreveu de forma reduzida como se configura e como é conduzida uma cooperativa. Regido por sete princípios (Adesão voluntária e

livre; Gestão democrática e livre; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação; e Interesse pela Comunidade), o cooperativismo é a materialização filosófica do que Harvey expôs nessa ideia.

6. “A vida cotidiana seja desacelerada – a locomoção seja lenta e agradável – para maximizar o tempo dedicado às atividades livres, realizadas num ambiente estável e bem cuidado, protegido dos episódios dramáticos da destruição criativa”: essa ideia seria uma consequência das práticas anticapitalistas. Mas como política pública ou como sugestão de organização do trabalho em uma cooperativa, seria necessária uma regulamentação sobre as horas de trabalho, melhor dizendo, contribuição humana na produção, menor do que as 8h ou 12h regularizados hoje, para 4h a 6h de contribuição. Como a inclusão de mão de obra se daria de forma generalizada pela promoção de cooperativas em todos os setores de produção, haveria a garantia da valorização do trabalho humano de forma prioritária com relação ao uso massivo da tecnologia. Tendo mais gente para trabalhar, a carga horaria poderia ser reduzida, aumentando o tempo das atividades livres das responsabilidades coletivas.

7. “Populações associadas avaliem informem mutuamente suas necessidades a fim de criar a base para as decisões relacionadas à produção (no curto prazo, considerações relativas à realização devem dominar as decisões relativas à produção)”: aqui Harvey não usa o termo, mas é como se as nações se organizassem em sociedades cooperativas. Uma espécie de economia planificada, que é o que eu chamei, na ideia número um, de “consumo funcional” (apenas o necessário) mas de produção não estatal, exercendo a intercooperação – um dos princípios do cooperativismo, como já visto. O autor chama a atenção para como evitar o consumo supérfluo, invertendo a lógica industrial e fabril em produzir o que queremos e o que precisamos, ou seja, um consumo qualitativo e inteligente. Ao contrário de consumir sob o grau de obsolescência e reprodução do comportamento alienado.

8. “Sejam criadas novas tecnologias e formas de organização para aliviar o peso de todas as formas de trabalho social, eliminar as distinções desnecessárias das divisões técnicas do trabalho, liberar tempo para atividades livres individuais e coletivas e diminuir a pegada ecológica das atividades humanas”: como

proposta sugere-se a criação de uma política pública que valorize o uso produtivo da tecnologia, sob o aspecto humanista. Ou seja, criar tecnologia para reduzir o tempo de trabalho e acabar com as especializações para uma visão totalitária do trabalho e sua valorização coletiva e humana. Para a manutenção da valorização dos valores de uso sobre os de troca, a criação de marcas diversas sobre o mesmo produto teria que ser debatida e reavaliada. A avaliação é de que certos produtos tecnológicos, como celular ou computador, não têm a necessidade de variedade de marcas, portanto é o tipo de produção que poderia ser desenvolvida padronizadamente. Todos terem o mesmo celular e o mesmo computador, já que suas atribuições são funcionais, e não estéticas.

9. “As divisões técnicas do trabalho sejam reduzidas pelo uso de automação, robotização e inteligência artificial. As divisões técnicas do trabalho restantes que forem consideradas essenciais sejam dissociadas tanto quanto possível das divisões sociais do trabalho. Haja rodízio nas funções de administração, liderança e policiamento entre todos os indivíduos da população. Sejamos liberados dos domínios dos especialistas”: a ideia número nove é a descrição de uma das consequências do número 8.

10. “O monopólio e o poder centralizado sobre o uso dos meios de produção sejam dados a associações populares, através das quais as capacidades competitivas descentralizadas dos indivíduos e dos grupos sociais sejam mobilizadas para produzir diferenciações nas inovações técnicas, sociais, culturais e de estilo de vida”: se o mundo fosse organizado em cooperativas, ou mesmo “associações populares” como Harvey menciona, a ideia número 10 seria uma consequência desse modo organizacional de humanidade.

11. “Exista maior diversificação possível nos modos de viver e ser, nas relações sociais e com a natureza, nos hábitos culturais e nas crenças dentro das associações territoriais, comuns e coletivas. Os representantes das associações se reúnam regularmente para avaliar, planejar e realizar as tarefas comuns, assim como para resolver problemas comuns em diferentes escalas: biorregional, continental e global”: essa ideia diz respeito a uma das consequências necessárias que decorreriam da ideia número 7, sobre o princípio de intercooperação.

12. “Todas as desigualdades de provisão material sejam abolidas, exceto as implícitas no princípio ‘de cada um ou uma segundo suas capacidades, e a cada um ou uma segundo suas necessidades’”: a política de distribuição de renda pode ser precedida de uma política de aniquilação dos bens materiais mais valorizados na lógica capitalista. Essa política seria de caráter transitório para eliminação da lógica do consumo excessivo, relativo ao mercado de valor de troca. A política de distribuição de renda seria posterior, também de caráter transitório, apenas para a organização das associações populares e obtenção dos meios de produção necessários, igualando as potencialidades produtivas entre elas.

13. “Seja gradualmente eliminada a distinção entre trabalho necessário realizado para pessoas distintas e trabalho realizado para a reprodução de si, da unidade familiar e da comunidade, de modo que o trabalho social seja incorporado no trabalho familiar e comum, e o trabalho familiar e comum torne-se a principal forma de trabalho social inalienado e não monetizado”: essa ideia é uma consequência da organização dos indivíduos em cooperativas genuínas (ou “associações populares”), vinculando a produção ao princípio de “Interesse pela comunidade”. É isso que a doutrina cooperativista indica nesse princípio.

14. “Todos tenhamos o mesmo direito à educação, saúde, habitação, segurança alimentar, produtos básicos e acesso livre ao transporte para garantir a base material que assegure que não haja carências e nos dê liberdade de ação e movimento”: análoga à ideia básica do Estado Socialista na provisão dos direitos básicos e universais, caso conseguíssemos proporcionar essa igualdade sem depender da administração estatal, a ideia seria viabilizada posteriormente à desconstrução do Estado, na organização da sociedade em “associações populares” que se responsabilizariam por gerir cada um dos direitos e serviços pontuados.

15. “A economia convirja para o crescimento zero (mas com espaço para desenvolvimentos geográficos desiguais) num mundo em que o máximo desenvolvimento das capacidades e dos poderes humanos individuais e coletivos e a contínua busca de novidade prevaleçam como normas sociais e suplantem a mania do crescimento exponencial perpétuo”: a relação do ser

humano com o trabalho teria significado filosófico-existencial, ético-material, como na doutrina cooperativista.

16. “A apropriação e a produção de energias naturais para atender às necessidades humanas prossigam em ritmo acelerado, mas com o máximo de respeito pelos ecossistemas, com o máximo de atenção para a reciclagem de nutrientes, energia e matéria física em seus locais de origem e com um grande sentido de (re)encantamento pela beleza do mundo natural, do qual fazemos parte e com o qual podemos contribuir e já contribuímos com o nosso trabalho”: uma vez que a relação do homem com trabalho mudasse, a forma de exploração dos recursos naturais mudaria. A produção da tecnologia e gestão do conhecimento seria ecológica e eticamente sustentável.

17. “Seres humanos inalienados e pessoas criativas inalienadas surjam munidos de um novo e confiante sentido de si e de ser coletivo. Da experiência das relações sociais íntimas adquiridas livremente e da empatia por diferentes modos de vida e produção surja um mundo em que todos serão igualmente considerados merecedores de dignidade e respeito, mesmo que haja conflito sobre a definição apropriada de boa vida. Esse mundo social evolua concomitantemente por meio de revoluções permanentes das capacidades e dos poderes humanos. A busca perpétua da novidade continue”: aqui o autor descreve como seria o modo de produção desse novo mundo, que agrega a igualdade política e social à manutenção da autenticidade, da diferença entre indivíduos no âmbito subjetivo e coletivo, dialogando diretamente com a diversidade geográfica e ambiental.

Sendo sua trajetória histórica, em seu aspecto ideológico, associada ao socialismo, o cooperativismo em países capitalistas é bastante criticado. Rosa Luxemburgo (1999) já afirmava que mesmo numa “cooperativa de operários”, em países capitalistas, o risco de permanências das relações “empresariais”, no sentido de resguardar a finalidade comercial e lucrativa, é alto. Pois, ao manter as relações de troca sob sistema de concorrência, o cooperativismo se torna uma ‘suposta’ nova forma de organizar as relações de trabalho. Segundo Luxemburgo:

As cooperativas, em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista; constituem uma produção

socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força-de-trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1999, p. 80-81).

Cada contexto no qual surgem as cooperativas tem seus respectivos fatores de interferência na conduta da práxis de seus cooperados e especificidades na relação dialética entre as esferas individuais e coletivas de seus integrantes e do grupo como um todo. No contexto capitalista, em contraposição aos autores que defendem o cooperativismo como uma “alternativa de empresa solidária”, existem os que afirmam maior tensionamento da contradição estrutural entre capital e trabalho, já que a cooperativa é incluída no mesmo universo do mercado empresarial, regido por princípios de concorrência, monopólio e acumulação de lucros (mesmo quando os distribui entre seus cooperados). Sob esses aspectos, o ‘núcleo duro’ dos valores sociais constitutivos da Doutrina pode ser corrompido e desqualificar a cooperativa enquanto organização anticapitalista (FRANKLIN; MOURA, 2015), visto que o lucro continua sendo, em muitos dos casos, o objetivo final da produção.

Sobre cooperativas no capitalismo neoliberal, Sousa (2009, p. 1) afirma que o cooperativismo surgiu como

reação a uma situação econômica desfavorável ao trabalhador que, não conseguindo vender sua força de trabalho, ou insatisfeito com a realidade dentro das empresas, resolve se unir a outros para que adquiram o capital e os meios de produção necessários para prestar serviços diretamente só ao consumidor.

Corroborando as críticas feitas por Rosa Luxemburgo, Sousa (2009) também chama a atenção para o fato de que se uma cooperativa produzir em função das relações de concorrência do mercado, e não exclusivamente das necessidades do consumidor, ela não se realizará e se diluirá na contradição da produção capitalista de capital x trabalho, transformando os operários em um grupo de capitalistas associados para fins comerciais e não sociais.

O surgimento do cooperativismo no Brasil só foi possível quando os trabalhadores europeus imigrantes, no final do século XIX, ao se configurarem como trabalhadores livres, começaram a se instalar nos principais centros urbanos do país e sentiram necessidade de organizar associações como instrumento para reivindicações de amparo previdenciário ou trabalhista.

No ano de 1891, a nova Constituição Republicana garantia a liberdade de associação, e o Estado passou a legislar sobre o associativismo rural, ambiente da principal dimensão produtiva e econômica do país. Essa regularização, prevista na Constituição, foi resultado dos graves problemas que caracterizaram a crise estrutural do fim do Império e começo da República.

As primeiras cooperativas brasileiras no fim do século XIX foram: a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, Estado de São Paulo, (1891); a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro (1894); a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco (1985); e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista, em Campinas (1897). De acordo com Pinheiro (2005, p. 46), na legislação de 1891:

O modelo conservador inglês de Rochdale [sic] prevaleceu, pois foi instalado legalmente no Brasil através de Decreto e consolidou-se, uma vez que o primeiro decreto vigiu [sic] até 1966, e os princípios de Rochdale foram repetidos em toda legislação subsequente. Em princípio foram regulamentadas as Cooperativas de Trabalho, através do Decreto-Lei nº 22.239/32. Portanto, o Estado não somente regulamentou como procurou incentivar sua criação.

Já na Ditadura Militar, a legislação foi duramente enrijecida, dificultando a promoção de cooperativas. A Lei 5.764/71 se configurou como um instrumento de controle pelo Estado, para que, de forma legal, as elites impedissem que os pobres se organizassem em cooperativas e fomentassem inovações em direção ao cooperativismo autogestionário, participativo e democrático-popular.

As cooperativas no Brasil, desde sua origem, estiveram vinculadas ao Estado como instrumento de controle social, com o qual o governo não somente regulamenta suas normas de criação e funcionamento, mas também as fiscaliza diretamente.

O desafio que se coloca ao cooperativismo brasileiro, como em toda cooperativa que se instala em economias capitalistas, é a tendência de a cooperativa confundir-se cada vez mais com a lógica e a racionalidade da empresa em geral. Esse fenômeno ocorre devido à elaboração de políticas governamentais mercadológicas que, para obter o controle da gestão de cooperativas por trabalhadores, tira proveito do discurso dos princípios da Doutrina para atrair trabalhadores informais para sua regularização e arrecadação de impostos da unidade produtiva, porém, sob tutela do Estado, as descaracteriza, não permitindo a materialização de seus princípios fundamentais.

Na realidade capitalista, as cooperativas são apresentadas como instrumento de correção dos defeitos do sistema. Essa interpretação (conveniente, pois não se propõe a

estruturar os paradigmas de produção) é observada e é a base da legislação e política cooperativista.

A reflexão sobre as dezessete ideias formuladas por David Harvey como formas de garantir a qualidade de ações cooperativas anticapitalista, protegidas dos mecanismos de cooptação dos indivíduos ao sistema ontológico hegemônico de produção de capital, demonstra claramente a potência dialética do cooperativismo como instrumento de transformação ontológica por meio da sua proposta organizacional do trabalho estruturada em princípios sistêmicos de humanização das relações de produção.

No próximo capítulo detalharemos, fundamentado no breve histórico da elaboração e apropriação do conjunto de políticas públicas que beneficiaram a promoção de cooperativas agrícolas em assentamentos do MST e nas informações coletadas por meio das entrevistas realizadas com integrantes fundadores da cooperativa COOPTERRA (ES-BA), o estudo de caso desta pesquisa, e como se deu a associação entre cooperativismo e produção agrícola familiar para a promoção da qualidade de vida de proletários rurais historicamente marginalizados pelos efeitos dos paradigmas agrário e agrícola do nosso país, com o objetivo de analisar essa associação como política pública anti-hegemônica e possibilidade estratégica para a conquista do protagonismo econômico sob parâmetros nacionais de desenvolvimento.

5 MST, POLÍTICAS AGRÁRIAS E O COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ASSENTADOS: O ESTUDO DE CASO DA COOPTERRA

A formação do MST remete ao “[...] movimento histórico da luta camponesa no Brasil. Desde Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm brigando pelo direito a terra” (FERNANDES, 1998 *apud* GONÇALO, 2003).

No final da década de 1970, várias lutas de acesso à terra emergiram no Brasil. Trabalhadores rurais promoveram grandes manifestações pelo país. Dentre elas a ocupação das glebas Macalí e Brilhante, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul no ano de 1979; em Campo Erê, Santa Catarina; no Paraná, devido à inundação da casa de várias famílias com a construção da barragem de Itaipu, em São Paulo; a luta dos posseiros da fazenda Primavera, no Mato Grosso do Sul (CARVALHO, 2005, p. 4).

A partir de uma articulação com a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a realização de diversos encontros regionais, no ano de 1984, em Cascavel (PR), no Encontro Nacional da Luta pela Terra, é fundado o MST como movimento nacional pela conquista da reforma agrária popular (CARVALHO, 2005, p. 4). O processo de amadurecimento do movimento deu forma a uma organização essencialmente participativa, democrática.

O MST se organiza em setores temáticos dos eixos de ação e do trabalho de base para fortalecimento e compreensão da identidade de formação dos integrantes do movimento. Há a realização de cursos de formação para família inteiras, desde alfabetização a questões sociológicas de produção da pobreza e miséria e do porquê aquelas pessoas viverem sob determinadas condições de vida.

Após o processo de redemocratização no Brasil, o MST apresentou uma forma de organização dividida em estâncias, como meio de facilitar a ordenação produtiva de forma homogênea nos assentamentos. Os “setores” se dividem em: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Sexualidade, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Frente de Massa e Cooperação e Meio Ambiente.

O MST se articula junto a uma organização internacional de camponeses chamada Via Campesina, que tem como objetivo organizar os camponeses em todo mundo. Dela fazem parte também o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e agricultores da Europa, Ásia e América. O MST também está vinculado a outras campanhas nacionais e internacionais, como a Via Campesina Brasil, que reúne alguns dos movimentos sociais brasileiros do campo

contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Portanto, o Movimento se encontra articulado regionalmente, nacionalmente e internacionalmente.

5.1 Das Políticas agrárias e do cooperativismo no MST

As consequências da colonização, da implantação da produção *Plantation* e, após sua independência política, o lugar do Brasil (subdesenvolvido) no mercado mundial contribuíram para a manutenção do cultivo de monoculturas. Após a extinção do regime de Sesmarias (concessão de terras), a falta de legislação sobre a posse da terra possibilitou a ocupação de algumas extensões de território por alguns, porém não alterou o perfil da estrutura agrária brasileira.

Em 1850, foi promulgada por D. Pedro II a Lei de Terras, que previa a posse de terras devolutas somente através da compra. Nessa legislação o direito à posse de terras ficou restrito à determinada condição de poder aquisitivo e, dessa maneira, garantiu os mecanismos que possibilitaram a manutenção da concentração fundiária e da disponibilidade de mão de obra, impedindo o acesso de pobres e negros (CARVALHO, 2012, p. 2).

Somente nas décadas de 1950 e 1960 a questão agrária começa a ser discutida e introduzida na pauta da agenda política, pois havia a compreensão generalizada de que a mesma era um obstáculo ao desenvolvimento do país.

As chamadas Reformas de Base, apresentadas pelo Presidente João Goulart, eram consideradas determinantes para o alcance do devido desenvolvimento econômico e social do país. Nesse contexto, a reforma agrária também foi contemplada na agenda, sendo criada, em 1962, a Superintendência de Política Agrária – SUPRA. Carvalho (2012, p. 3) destaca que “no dia 13 de março de 1964, foi assinado o decreto prevendo a desapropriação para fins de reforma agrária das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União”.

No entanto, no mesmo mês o Presidente da República é deposto e a Ditadura Militar é instaurada no país. Nesse período a economia brasileira cresceu do ponto de vista dos parâmetros do desenvolvimento capitalista, eram os tempos do “milagre brasileiro”. O país urbanizou-se e industrializou-se em alta velocidade, sem democratizar a posse da terra, excluindo, mais uma vez a chance de produzir um mercado interno rural autônomo e nacional. Apesar da criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), decorrente da fusão do IBRA (Instituto Brasileiro da Reforma Agrária) e do INDA (Instituto Nacional Desenvolvimento Agrário), o projeto de reforma agrária foi engavetado e a

concentração fundiária permaneceu prevalecente. O INCRA, nessa época, serviu para viabilizar a política agrária sob controle centralizado no Estado (CARVALHO, 2012).

Com a crise do sistema ditatorial, na década de 1980, inicia-se o processo de democratização do país, que constituiu um marco para as políticas públicas no campo. A luta pelos direitos foi corroborada e houve a intensificação da participação social e de debates sobre organizações auto gestionárias, desenvolvimento rural sustentável e formas democráticas de organização coletiva.

O final do século XX foi marcado por um conjunto de transformações nos países que sofreram com a centralidade dos sistemas ditatoriais na América Latina, de elaboração e implementação de reformas na reestruturação produtiva dos países. Nesse contexto, a atuação de organizações internacionais para ordenamento e formato na promoção da reforma agrária “assumiu condição estratégica para o desenvolvimento rural e crescimento econômico sustentável, sendo o tema [...] capturado pelas diretrizes neoliberais e voltado para aliviar a pobreza” (FILHO, 2018, p. 18).

No início da nova república foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), onde a reforma agrária aparecia como uma das prioridades do novo governo, sendo que, segundo Medeiros (2003), para implementá-la, a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento de obtenção de terras, marcando uma ruptura com todas as propostas e medidas dos governos militares que tenderam a encará-la como último recurso e poucas vezes a utilizaram.

Mais tarde, em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que configurava uma linha de crédito voltada para o meio rural. Em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o objetivo de fortalecer as atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural de acordo com a realidade específica do agricultor.

Mesmo que determinadas políticas públicas, pela primeira vez, contemplassem a realidade da produção familiar rural, para alguns autores tais políticas públicas também serviram de instrumentos de controle e exploração, quando se observa os critérios vigentes de acesso à terra e ao destino da produção familiar, denominada pelos mesmos como Reforma Agrária de Mercado (RAM) (FERNANDES; FILHO; PEREIRA, 2018).

Esses autores afirmam que a configuração da RAM é resultado de concessões de empréstimos pelo Banco Mundial para que os governos dos países credores criassem programas de financiamento para a compra de terras por camponeses pobres. Sob o discurso

de combater a pobreza rural, o objetivo final era a mercantilização da terra e exploração de sua produção.

O desenvolvimento e a ampliação da produção familiar foram significativos. Em 2003, já no governo Lula, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo regulamentado em agosto de 2006 pelo Decreto nº 5.873/06, como parte das ações que estruturavam o programa Fome Zero. Essa política tinha como objetivo a distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares para pessoas em situação de insegurança alimentar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), iniciado no Brasil em 1995, ainda no governo FHC, mas mais conhecido no Governo Lula como Merenda Escolar, ganhou maior visibilidade a partir de 2009, com a Lei 11.947/ 2009, que determinava que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deveriam ser utilizados na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural, dando prioridade aos assentamentos da Reforma Agrária, às comunidades tradicionais indígenas e às comunidades quilombolas (AGUIAR; FONSECA, 2014, p. 129). Esse programa, juntamente com o PAA, resultou em um mercado destinado à agricultura familiar de, aproximadamente, R\$ 1,2 bilhões/ano, contribuindo significativamente para o desenvolvimento rural no país (Ibidem).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar no Brasil tem valor de produção de R\$ 107 bilhões de reais, que equivale a 23% de toda a produção agropecuária do país e é responsável pela geração de renda de 67% de todo pessoal ocupado em atividade agropecuarista (Ibidem).

5.1.1 O Cooperativismo no MST

Essa configuração dada pelo conjunto de políticas públicas dos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) viabilizou a troca de informações necessária para o projeto de cooperação agrícola do MST, no qual o cooperativismo é designado o modelo organizacional da produção agrícola do Movimento. Essa escolha, mesmo que também pré-determinada pelo contexto das políticas públicas para cooperativas agrícolas em assentamentos, teve como consequência a inserção dos integrantes assentados no mercado de trabalho de forma unificada (BORGES, 2009, p. 4). Antes disso os assentamentos se organizavam aleatoriamente, com a produção diversificada, de acordo com as particularidades em que estavam inseridos.

Segundo Juliano Luís Borges (2009), contraditoriamente, a organização do Movimento foi estimulada pelo contexto social brasileiro pós-Ditadura Militar e Governo Collor, em que o neoliberalismo toma forma e força no nosso país subdesenvolvido. Sobre isso, o MST se manifesta no *Jornal dos Trabalhadores Rurais* na passagem a seguir:

Diante de uma política econômica agrícola que penaliza o pequeno agricultor, o assentado não pode se contentar com a conquista de um pedaço de terra. Há a necessidade de encontrar meios que lhe possibilite ter acesso a recursos financeiros e técnicos, condições favoráveis de produção e comercialização; acesso à técnicas de produção mais desenvolvidas e a mecanização. [...] Somente assim estaremos aptos a fazer frente a essa acelerada política entreguista do presidente Collor, subserviente aos interesses internacionais aos latifundiários, cada vez mais protegidos por aparatos repressores (*JST*, 1991, p. 2 *apud* BORGES, 2009, p. 4-5).

O cooperativismo, enquanto modelo organizacional e jurídico do MST foi e, em alguns casos, ainda é caracterizado por uma produção agrícola em larga escala, envolvendo a mecanização agrícola, a utilização de insumos químicos e divisão do trabalho hierárquica. Mas essas contradições não duraram por muito tempo.

A partir do Governo Lula, um processo de autocrítica começa a surgir entre os líderes do Movimento. A questão era que esse modelo, no contexto capitalista brasileiro, dialogava diretamente como modelo de produção do agronegócio, baseado em relações de produção e de mercado de larga escala.

Os camponeses tradicionais, integrantes do movimento, se posicionaram resistentes à lógica de produção imposta, que além de romper com uma ética ideológica socialista defendida pelo movimento a favor da Reforma Agrária Popular, não contemplava a sabedoria campesina tradicional. Além disso, “as contradições da matriz tecnológica modernizante prejudicaram economicamente os assentados, que estavam vulneráveis à instabilidade do mercado e ao endividamento nas fontes financiadoras, entre outros fatores” (Ibidem, p. 12). Dessa maneira, após um processo de debate interno entre as esferas, assumiu-se a agroecologia como técnica de produção dos cultivos – sem agrotóxicos e fertilizantes químicos (apenas em casos extremos de risco e perda da colheita), mas manteve-se o cooperativismo para formatação organizacional e jurídica.

A cooperativa de arroz do MST, localizada em Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul, atualmente é considerada o maior produtor de arroz orgânico da América Latina.²⁰ Esse resultado nada mais é do que produto da luta ideológica defendida pelo movimento e sua

²⁰ Informação disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

viabilização prática na proposição de construir uma sociedade que luta por igualdade e direitos humanos.

6 O ESTUDO DE CASO DA COOPTERRA (ES/BA)

Esta pesquisa se baseia em dados qualitativos. Acreditamos que pesquisa “qualitativa significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana” (STAKE, 2011, p. 21). Portanto, trata-se de o pesquisador, em sua análise, tentar captar a percepção subjetiva dos sujeitos que são os atores, protagonistas do fenômeno social e objeto da pesquisa.

Os dados apresentados nesta seção são resultados da análise das entrevistas semiestruturadas realizadas durante os anos de 2019, 2020 e 2021 com um agricultor e os diretores executivo e administrativo, todos fundadores da cooperativa COOPTERRA/MST-ES e BA; além de conversas informais com duas funcionárias administrativas assentadas e dois funcionários operacionais da cooperativa. Nosso estudo de caso serve de fonte primária para a definição do sentido de sustentabilidade para as famílias que compõem a COOPTERRA.

A primeira entrevista ocorreu no dia 02 de maio de 2019, no município de Fundão (ES), no assentamento Piranema, na casa da família do agricultor Manoel Messias Lima (49), integrante da cooperativa; o segundo dia de entrevista foi *online*, com o diretor executivo da cooperativa João Santos de Souza (49), no dia 20 de maio de 2020; o terceiro dia de entrevista ocorreu *online*, com o administrador financeiro da cooperativa José Britto (56), no dia 17 de março de 2021; e o quarto e último dia da entrevista foi presencial, na sede da cooperativa, no município de São Mateus (ES), com o diretor executivo e o administrador financeiro, no dia 19 de março de 2021.

A escolha pela COOPTERRA, com sede localizada no município de São Mateus, no estado do Espírito Santo, tem os seguintes motivos: em primeiro lugar, o destaque com que a produção de café desse grupo de famílias assentadas tem adquirido na cesta dos produtos do MST; em segundo lugar, a observação do estágio de desenvolvimento da cooperativa, que se encontra em possibilidade de ascensão produtiva e financeira, mesmo encontrando dificuldades no acesso a políticas públicas de promoção da agricultura familiar durante o governo Bolsonaro – período da pesquisa e coleta das informações –; e, por último, a proximidade geográfica e acessibilidade à cooperativa. Os dois primeiros motivos têm maior peso, pois observa-se que a conjuntura política e econômica do Brasil durante o período no qual esta pesquisa foi realizada foi desfavorável para o incentivo e a promoção de iniciativas em políticas públicas sociais que contemplem populações descapitalizadas e de baixa renda e para movimentos sociais ativistas contra o agronegócio.

A relação de dependência do Brasil com a economia internacional associada ao contexto pandêmico da Covid-19 desde o ano de 2020 nos faz deduzir um momento de crise extrema das iniciativas desse porte, administradas por populações historicamente discriminadas. Nesse contexto, a produção familiar agrícola de assentados sofre um momento de avaliação dos processos decisórios sobre assumir novos riscos para a manutenção da cooperativa. Portanto, sob essas condições, a validade do modelo organizacional cooperativo e o mercado dos produtos agrícolas familiares são colocados em xeque diante da hipótese da tese, que questiona se essa associação garante a sustentabilidade dessas famílias e de indivíduos com determinado histórico de formação – “retrato pessoalizado” da relação de dependência que já foi debatida no decorrer do Capítulo 2 desta tese.

Esse grupo de assentados que compõem a COOPTERRA – regularizada em 2013 –, anos atrás, após a fase informal, fez a primeira tentativa de legalização na década de 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esse governo é considerado pelos próprios entrevistados como um governo que facilitou o acesso a créditos e financiamentos bancários para organização das cooperativas agrícolas – fato que ficou evidente durante a pesquisa bibliográfica. O principal problema apontado pelos integrantes da COOPTERRA durante esse período foi o MST não contar com cursos de formação e orientações básicas para a construção de cooperativas nos assentamentos. As técnicas agrícolas entre as famílias não eram uniformes e eram, em muitos casos, consideradas antiquadas para prevenção e tratamento de pragas, até mesmo para preparação do solo e escolha da semente.

Sob essas condições, as primeiras edições de diversas cooperativas tiveram que ser desmontadas, deixando muitos integrantes endividados; causando um efeito de dispersão e incredibilidade nas diretrizes e orientações gerais, dadas pela Coordenação Nacional do MST, de configuração das cooperativas para se ter acesso aos recursos financeiros direcionados para a produção agrícola familiar. Após essa fase de frustração devido ao despreparo do movimento, o MST se organizou, sistematizou e disponibilizou a formação dos seus integrantes, de forma prática, através de intercâmbios, trocas de informações e incentivo à formação profissionalizante de parte dos participantes interessados.

Na próxima subseção fazemos a análise de conteúdo das entrevistas.

6.1 Quadro Eixo x Dimensão, análise e interpretação dos dados do estudo de caso

Sem o intuito de realizar uma comparação e qualificação positivista dos conceitos e mensurações quantitativas dos efeitos econômicos, sociais e ambientais das políticas públicas que deram condições para a promoção de cooperativas agrícolas familiares em assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), o que queremos analisar nesta tese é o trajeto de origem e a composição dessas políticas no que diz respeito ao seu valor social, intangível, gerado sobre a sustentabilidade que elas podem ter provocado nas vidas dessas famílias vinculadas à COOPTERRA. Colocar em evidência a compreensão cognitiva sobre ‘sustentabilidade’ entre os entrevistados e sua interseção no conceito de sustentabilidade definido pela ONU, e questionar se o formato cooperativo de trabalho, sob o contexto capitalista subdesenvolvido brasileiro, na verdade, serviria apenas de instrumento de cooptação dessa produção familiar à lógica do mercado competitivo são algumas das questões principais analisadas nesta pesquisa como forma de problematizar a dialética da relação de forças atuantes no estudo de caso da COPPTERRA.

Identificamos, assim, que a agenda de elaboração desse conjunto de políticas públicas especificadas é fruto do amadurecimento da agenda internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e do próprio conceito de *sustentabilidade* definido pela ONU. Os percursos da agenda de elaboração e, posteriormente, a construção da estrutura burocrática e administrativa para execução das políticas públicas são determinados pelo governo que, portanto, define o formato institucional e simbólico das ações estatais perante a sociedade beneficiada. Dessa maneira, a proposta de gestão de um governo interfere diretamente na ‘pedagogia’, na conduta do tratamento pelos gestores na implementação da ação estatal específica, adquirindo papel de destaque na correlação de forças que compõem o espectro dos impactos qualitativos possíveis de se identificar e qualificar para aprimoramento dos modelos de implementação, porém não é fator definitivo, pois ela só tem efetividade se adequadamente apropriada pela sociedade ou parcela específica da sociedade, no caso da pesquisa, os assentados e agricultores familiares do MST fundadores da COOPTERRA. Na correlação de forças que deu formato a esse conjunto de políticas públicas já especificado, portanto, identifica-se o governo brasileiro e o MST como “forças” principais no âmbito local, porém mediadas pelo caráter subdesenvolvido do capitalismo neste território no que diz respeito à relação histórica de dependência econômica; e, também pelos fatores contextuais do trajeto da agenda política internacional do Desenvolvimento Sustentável pela ONU.

As tentativas de se obter uma análise quantitativa da sustentabilidade podem ser encontradas em várias pesquisas. Os esforços mais significativos para mensurar o desenvolvimento sustentável começaram somente na década de 90. Esses esforços cresceram após 1992 quando na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a Comunidade Internacional expressou a necessidade de se mensurar o nível de desenvolvimento sustentável dos países.

A busca de indicadores e índices de desenvolvimento sustentável passou a ser uma questão bem discutível na literatura mundial e nacional. Naquela época foram destacados como os dois assuntos mais urgentes para serem resolvidos: a falta de metodologias de avaliação quantitativa (que se tornou um fator limite) e a grande carência de dados estatísticos ambientais. Por isso, paralelamente à discussão do conceito de sustentabilidade tem-se procurado metodologias capazes de classificar o “nível” do desenvolvimento de uma nação e da sustentabilidade de seus sistemas socioeconômicos e ecológicos.

Contudo, após longo debate acadêmico sobre a mensuração quantitativa do “grau de sustentabilidade” que se atinge, ou não, através dos impactos de uma política pública, percebeu-se a necessidade da integração de dados qualitativos de modo que fosse possível revelar fatores que facilitam a apropriação de políticas públicas e demais ações estatais que se declaram a favor do desenvolvimento sustentável, porém não utilizadas, esvaziadas, pois não dialogam com as verdadeiras questões ambientais e de sustentabilidade da população nacional.

Dito isso, a seguir apresentamos um quadro de classificação do conteúdo, no qual é possível visualizar a análise dos trechos retirados das entrevistas, vinculando-os aos eixos e dimensões já esclarecidos e justificados:

Quadro 1: Eixo Estado/Políticas Públicas

Fatores estruturais	Entrevistado	Dimensão Econômica	Dimensão Ecológica	Dimensão Social
ESTADO/ POLÍTICAS PÚBLICAS	Messias	<p>“No governo Fernando Henrique você tinha muito recurso.”</p> <p>“Agora, a cooperativa mesmo começou a estabilizar no Governo Lula. Começou a recuperar outras estruturas, né?! Aí hoje nós já temos as parcerias que nós fizemos com a torrefação, que aí nós fornecemos café, hoje, 20, 16 toneladas para o exército de Brasília, o exército do Paraná. Hoje nós já temos vendas prontas.”</p>		<p>“Nos anos 90 teve o “bum” das lutas sociais, 94, 95, 97 foram muito bons. Os anos de Fernando Henrique foram os que saíram mais assentamentos, não só aqui no estado, como no Brasil.”</p>
	João	<p>“O vínculo com os programas é sazonal. Feitos a partir da concorrência de editais, apresentação de projetos... no governo atual muitos recursos foram cortados. Cerca de 99,8%.”</p> <p>“[...]”, mas hoje, nossa principal fonte de renda é das chamadas públicas do governo federal. Principalmente dos exércitos.”</p> <p>“Em 2016, no governo Dilma, fizemos uma venda em parceria com outras cooperativas de outros estados, através da CONAB. Fizemos uma venda de toneladas de</p>	<p>“Ah! Comer um alface [sic] plantado no seu quintal, ter o que comer todos os dias não têm preço.”</p>	<p>“A nossa principal dificuldade é [...] também [a falta de] políticas públicas a consolidar de fato a produção da agricultura familiar, né?! Mesmo que tenha o PNAE e o PAA hoje são políticas públicas que não conseguem suprir todas as necessidades.”</p>

		café torrado e moído pra Venezuela. E foi a partir daí que nós conseguimos adquirir experiência com café torrado e moído. [...] E depois dessa venda conseguimos um bom dinheiro que deu para a gente construir um galpão pra pimenta do reino, comprar máquinas pra mexer com pimenta, que a gente não tinha, para contratar outras pessoas para contribuir no processo administrativo... então foi um marco muito importante essa venda pra Venezuela.”		
	José			<p>“Também temos o PRONERA (Prog. Nac. de Educação para Ref. Agr.), em parceria com universidades e outros cursos na Escola Florestan Fernandes. Recebemos recurso federal. Foi uma política pública conquistada pelo Movimento. E tem curso de Administração em parceria com a universidade Metodista de Belo Horizonte, em Minas Gerais.”</p> <p>“Conforme o contexto político foi mudando, coube às universidades incluírem na grade de formação a Educação do Campo, específicos para as Escolas do Campo.”</p>
FORMAÇÃO HUMANA/MST	Messias	“Naquela época, demos com os burros n’água. É aquilo, né?! Você produz e depois não sabe como digerir a produção. Porque não adianta você produzir se você não	“[...] lá na Bahia nós temos mais de 70 pés de café orgânicos pra vender.”	“Nós não tínhamos nem o café, nós já pegamos máquina para despolpar café. Nós não tínhamos nem secador, que secava aquela coisa queimada, já veio máquina para

		<p>tem como comercializar sua produção. No caso das cooperativas, nós pegamos um recurso grande, alto naquela época.</p> <p>[...] Esse foi o nosso erro, né?! A gente com a cooperativa assim vai se endividando.”</p>		<p>torrefação. Hoje nós fazemos isso, mas naqueles anos de 99, nós não tínhamos capacitação para isso, nós não estávamos preparados.”</p>
João		<p>“Não ter que ficar procurando emprego na cidade e trabalhar com seus amigos e sua família são coisas que eu jamais trocaria por nada.”</p> <p>“Em torno de 120 famílias assentadas beneficiadas diretamente pela cooperativa.”</p> <p>“No sentido de desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida, nessa região deu muito certo: 80% das famílias têm carro e 100% têm moto.”</p>	<p>“Ah! Comer um alface [sic] plantado no seu quintal, ter o que comer todos os dias não têm preço.”</p>	<p>“Nós temos o setor de produção que é o setor dos maquinários; e a produção de café e pimenta do reino; temos o setor administrativo; temos o setor comercial, que são também com os companheiros de vários outros estados, e nós temos um escritório de comercialização em São Paulo que faz parte de todas as cooperativas do MST; e temos o setor técnico, que a ideia seria construir esse ano, mas veio a pandemia e não foi possível. Que é esse setor técnico e de capacitação que faz o trabalho de base junto.”</p> <p>“O estatuto da COOPTERRA já foi feito com a intenção de desenvolver a produção dos assentamentos dos estados do ES, BA, MG e RJ, produtores de café. A ideia de trabalharmos de forma cooperativa já vem sendo discutida no Movimento desde sua fundação.”</p> <p>“A cooperativa surgiu para atender a classe trabalhadora. Então não impede que outros produtores também participem. Desde que se</p>

				<p>identifiquem, né?!”</p> <p>“O interessante é que nessa região, a juventude continua no assentamento. A cooperativa ajuda as pessoas a continuarem aqui e permanecerem como agricultores, mas agora com a possibilidade de acesso à educação à nível de graduação e pós-graduação.”</p> <p>“A cooperativa foi essencial para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.”</p>
	José	<p>“Com relação à sustentabilidade, a cooperativa não se propõe a ser um instrumento econômico totalizante. Ela é um instrumento de produção e adequação do diálogo comercial de produção dos agricultores do Movimento com o mercado capitalista.”</p> <p>“A identidade do produtor do MST afasta as pessoas. A COOPTERRA nos protege nesse sentido. Antigamente a produção agrícola que a gente desenvolvia era restrita à dimensão de subsistência. Hoje é de comercialização e renda.”</p> <p>“[...] se o assentado não conseguir manter uma atividade remunerada de dentro da propriedade e de fora</p>	<p>“A agroecologia plena ainda é um desafio pra a gente. Porque pra ser aceito no mercado, nossos produtos têm que ter um padrão exigido por ele. Então não conseguimos manter uma produção totalmente agroecológica porque ainda coloca em risco a venda dos nossos produtos, devido ao risco que você corre na lavoura quando é só com técnicas agroecológicas e orgânicas de produção.</p> <p>Pelo menos não usamos produtos químicos no solo. Só quando é de extrema necessidade. Mas normalmente usamos orgânicos minerais para enriquecimento e tratamento do solo.”</p> <p>“A Escola Popular de Agroecologia que tem no assentamento do sul da</p>	<p>“A força dos pequenos está na sua capacidade de organização.”</p> <p>“Até 1988 o MST acreditava que apenas a conquista da terra era suficiente, mas a condição de vida das famílias assentadas era muito ruim. Lutamos pela elaboração de políticas públicas que favorecem a produção agrícola familiar.”</p> <p>“Houve a percepção da necessidade da criação de cursos que dessem formação para assistência técnica e manutenção das lavouras. Produção de cartilhas que orientassem sobre metodologia de recuperação do solo e tratamento.”</p>

		<p>da propriedade, em outras regiões, ele não consegue viver não. Passa fome. É lógico que tem aqueles que conseguem viver só da produção da agricultura de casa. Mas aí já tem algum nível de capital para ter assim... quantidade de lavouras, de produção... então ele vai gerando uma musculatura que vai melhorando. Mas em geral, não. Porque a agricultura é um segmento onde o trabalho é desvalorizado.”</p>	<p>Bahia alimenta a gente aqui também. Com cursos e produtos que eles fazem lá também.”</p>	<p>“Participei de imersões, de laboratórios de organização do campo: imersão de 40 dias de convivência coletiva pra criação de vínculo, compromisso e ética comunitária.”</p> <p>“Hoje o MST conta com curso de formação técnica com duração de 2 anos sobre cooperativismo. Técnico em Administração, Desenvolvimento da Agroindústria e Desenvolvimento da Agroecologia.”</p> <p>“Quando forma a cooperativa, a distribuição é feita no mercado, num mercado capitalista. E é exigido a ampliação da produção e acaba se perdendo... então uma forma de a gente se proteger é a gente ainda escolher onde e a forma como nossos produtos vão ser comercializados. Por trás de tudo isso, nós almejamos a transformação da sociedade.”</p> <p>“Nos anos 90 abrimos três cooperativas que não deram certo por falta de capacidade gerencial. Em 2012 retomamos a formação da cooperativa, mas depois de termos passado pelos cursos organizados pelo MST, junto ao Setor de Produção”.</p>
--	--	---	---	--

				<p>“Com o conhecimento de cultivo, a agroecologia, a leitura de editais, o entendimento orçamentário... a formação da cooperativa agregou valor à nossa produção e deu condições de a gente se conscientizar de toda a cadeia produtiva do café.”</p> <p>“Por mais que a cultura camponesa tenha sido corroída continuamente, o que fez a cooperativa acontecer e amadurecer com responsabilidade foi a nossa história, a nossa formação. E como agricultor, que produz mercadoria, a responsabilidade de dar certo ou errado o resultado da sua colheita como forma de sustentabilidade é totalmente sua. E pra que dê um bom resultado, então, tem que ter determinadas condições. Desde clima ao comercial.”</p>
--	--	--	--	---

6.2 Análise e interpretação dos trechos destacados no quadro

Durante a etapa da pesquisa bibliográfica e teórica, identificou-se o quão determinante foi a criação do conjunto de políticas públicas implementadas durante os governos Fernando Henrique Cardoso, para regularização de assentamentos, Lula (primeiro e segundo mandato) e Dilma (primeiro e segundo mandato – interrompido) para promoção das cooperativas agrícolas familiares, programas de valorização da agricultura familiar e soberania alimentar nas escolas, assim como a importância do incentivo à formação cooperativa do trabalho agropecuário familiar, nas dimensões produtivas, econômicas, sociais e ecológicas.

A promoção de políticas públicas que favoreçam e incentivem a produção agrícola familiar, além de priorizar a qualidade orgânica dos produtos, também beneficiou a inclusão social de milhões de indivíduos que carecem de trabalho e renda e, conseqüentemente, do acesso à alimentação saudável. No entanto, durante as entrevistas houve a manifestação clara de que não somente as políticas públicas especificadas são fatores de composição do fenômeno analisado, mas também a formação humana desses sujeitos sociais, sua participação e identidade social no Movimento Sem Terra, que, através do acesso à informação qualificada gerou identidade política coletiva e existencial na construção de estratégias de sobrevivência dessas famílias.

Percebeu-se que o processo de apropriação desse conjunto de políticas públicas já mencionadas e a disponibilidade de se organizarem de forma cooperativa no trabalho foi igualmente determinante para o desenvolvimento e a estabilização da COOPTERRA; mas que só ocorreu devido ao acesso à informação e formação que foi disponibilizado a essas pessoas através dos cursos e debates promovidos no MST. Dessa maneira, destacamos dois pontos principais de estímulo e atuação na correlação de forças que geram o grau de sustentabilidade dessas famílias: as políticas públicas (atuação do Estado) e a formação humana (coletiva, através da participação e atuação no MST).

As entrevistas foram elaboradas não só no intuito de recordar questões relativas às etapas de organização até o estabelecimento efetivo da cooperativa (ponto de equilíbrio) e adversidades relativas ao período, mas também de provocar a reflexão dos entrevistados sobre as possibilidades de contradição existencial entre os valores ideológicos defendidos na ideia da Reforma Agrária Popular e a produção cooperativa pelo Movimento com participação no mercado capitalista, também chamado por alguns autores de Reforma Agrária de Mercado

(RAM) (FERNANDES; FILHO; PEREIRA, 2018); e os “porquês” que fundamentam essa escolha, principalmente se ela é determinante e suficiente para a sustentabilidade dessas famílias.

É necessário destacar, também, um processo anterior à implementação das políticas públicas, que é a formação da agenda política e a intensidade da relação dialética na correlação de forças entre frações do Estado e da Sociedade para elaboração e execução das mesmas. Os trechos selecionados confirmam com propriedade a sincronia cronológica entre a agenda das políticas agrárias desde os âmbitos internacional e nacional ao local no final do século XX. É possível observar a cronologia dessa agenda nos trechos nos quais é descrito o processo inicial da organização da cooperativa COOPTERRA e, posteriormente, a devida apropriação do cooperativismo pelo MST na produção dos cursos de formação organizacional e qualificação dos integrantes. Nesse caso, os entrevistados declaram o quanto persistiram na organização em debates realizados em prol da conquista dessas políticas públicas. Portanto, o papel do Movimento Sem Terra adquire visibilidade, visto que independentemente da implementação de determinadas políticas públicas, sem a apropriação e formato adequado para isso, a atuação do Estado pode não atingir seu objetivo sobre a promoção de cidadania, inclusão social e redução da desigualdade.

Além de dividirmos as falas por eixo (contexto político/atuação do Governo e da formação humana/atuação do/no MST) no quadro organizado acima, separamos os trechos destacados nas dimensões Econômica, Ecológica e Social como forma de mensurar os impactos e resultados no alcance (ou não) da sustentabilidade dessas famílias que compõem a COOPTERRA, de acordo com o conceito definido pela ONU (DECLARAÇÃO de Joanesburgo, 2002); assim como expor a complexidade e a dialética das contradições existenciais impostas pela condição histórica do capitalismo subdesenvolvido no Brasil e pela relação de dependência com paradigmas econômicos hegemônicos.

O que podemos destacar após essa organização e análise dos conteúdos é que a COOPTERRA mais de uma vez foi creditada pelos integrantes como determinante para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias. A cooperativa tem sentido, gera impacto nas dimensões econômica, ecológica e social, porém encontra limites para a configuração plena da sustentabilidade dessas pessoas.

A dimensão ecológica foi a menos contemplada. Afirma-se a existência da produção orgânica de café no assentamento da Bahia, mas, segundo os entrevistados, a totalização da produção nessas condições é inviabilizada pelos critérios de qualidade do mercado industrial e consumidor. A demanda pela conquista dos critérios de qualidade do mercado industrial e

consumidor acaba se tornando uma imposição do sistema capitalista à cooperativa, pois oferece como garantia a realização de vendas consideradas “de sucesso”, a manutenção do capital de giro e a produção das cotas de lucro entre seus integrantes; porém inviabiliza a promoção de práticas agroecológicas, assim como da produção orgânica de café e pimenta do reino. Estes ficam em segundo plano, interferindo na qualidade ecológica e nutritiva dos alimentos, bem como na relação dos agricultores com a terra e no ciclo de cultivo agrícola.

Mas como é possível observar, a possibilidade de os integrantes terem acessado a cursos de formação política e, com isso, adquirido consciência de classe através do trabalho de base do MST, garante, ao mesmo tempo, um limite no processo de “adequação” da produção agrícola familiar, existindo a preferência, entre seus integrantes, pelo investimento de ações que preservam o solo (conseguem ter uma produção isenta de agrotóxicos e fertilizantes químicos – recorrendo a esses produtos somente em casos em que a colheita corre risco de não ser realizada) e pela dimensão manufatureira do trabalho humano (trabalho cooperativo agrícola familiar), dando prioridade ao fazer e ser dessas pessoas.

De acordo com as falas dos entrevistados, na logística de distribuição e consumo tais princípios são preservados e fortalecidos devido à formação política e educacional dos envolvidos na luta pela terra, e a qualidade de vida dos integrantes entrevistados é manifestada positivamente. Mesmo cientes das dificuldades políticas e administrativas para manutenção da produção da cooperativa durante esses anos, a garantia do alimento e do trabalho para essas famílias tem impactos imensuráveis.

Portanto, a partir da compreensão da parte dos agricultores assentados de que a lógica do modo de produção capitalista se relaciona com o trabalho de forma exploratória, fazendo as pessoas se tornarem competitivas e, muitas vezes, antiéticas a ponto de oferecer preços de produtos e serviços que garantam o seu “lugar” no mercado e a venda de seus produtos, e da compreensão que este tipo de conduta no comportamento humano interfere diretamente na forma de lidar com o meio onde se vive, o que torna as relações sociais, de forma genérica, instáveis – as relações de longo prazo, de vínculo e de confiança entre essas famílias que compõem o Movimento – podemos concluir que, nesse estudo de caso, a conscientização, a educação e o acesso à informação qualificada evitam, em certos aspectos, a cooptação completa dos assentados com relação à demanda do mercado e favorecem a ação da persistência do MST no formato familiar, agrícola e ecológico na produção cooperativa dos seus alimentos e produtos. A sustentabilidade só não atinge a totalidade *conceitual* devido às

contradições e condições *materiais* que o modo de produção capitalista impõe para o exercício da vida.

Levando-se em consideração a instabilidade dos fatores políticos e econômicos do governo atual, principalmente os cortes realizados na emissão de recursos financeiros para implementação das políticas públicas que valorizam e dão suporte à agricultura familiar, identifica-se que a ampla consciência social dos integrantes do MST na produção de estratégias de sobrevivência e o posicionamento político da cadeia produtiva da agricultura familiar no mercado, a longo prazo, garantem uma linha ética de atuação entre os princípios do MST e o diálogo com o modo de produção capitalista através do formato cooperativo do trabalho, da inexistência de agrotóxicos no cultivo de seus alimentos, das preferências na maneira de distribuir seus produtos para venda em feiras agrícolas e pontos de venda dos Armazéns do Campo espalhados pelo país e demais parcerias que realizam com grupos que simpatizam com a atuação e causa do MST.

Compreende-se que o modelo cooperativo, apesar dos dilemas que apresenta no contexto capitalista e subdesenvolvido para a produção familiar agrícola dos assentados, facultados de consciência política, formação técnica e viabilidade econômica e comercial – esta última facilitada, anteriormente, pelas políticas públicas e outros programas –, consegue manter uma qualidade ética enquanto modelo sustentável para organização das relações de produção. No caso do Brasil, por ter impacto estrutural ao ter como pré-requisito a implementação da Reforma Agrária, essa associação entre agricultura familiar e cooperativismo tem potencialidade estratégica como instrumento de transição para uma nova civilização, baseada em princípios humanitários de produção (DIERCKXSENS, 2013).

No estudo de caso e análise do seu conteúdo, observa-se um conjunto de ações que geram uma espécie de protecionismo dos princípios do Movimento e da própria estabilização do sustento dessas famílias assentadas e vinculadas à cooperativa, contemplando, assim, as dimensões econômica e social positivamente.

Ao se manifestar numa dimensão produtiva familiar e comunitária, a cooperativa consegue estabelecer um equilíbrio na relação do homem com a natureza, nos processos de extração de seus recursos, nesse caso, os alimentos. A cooperativa incentiva o uso de fertilizantes orgânicos ao invés de agrotóxicos, através da oferta de facilitação da compra. Caso não houvesse exceções e situações incoerentes à prática exclusiva de recursos orgânicos de cultivo, o conceito tridimensional de Desenvolvimento Sustentável se completaria.

Nesse aspecto, as políticas públicas criadas a favor da agricultura familiar, da Reforma Agrária e do desenvolvimento local durante, principalmente e mesmo com diretrizes de gestão diferentes (CATTELAN, MORAES, ROSSONI, 2020) os governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), promoveram impactos nas dimensões ecológica, social e econômica na construção das cooperativas em assentamentos.

Para alguns autores esse conjunto de políticas públicas iniciado pela regularização de assentamentos rurais no governo FHC (1995-2002), mantido e ampliado pelo governo Lula (2003-2010) consistiu em um avanço nas questões do campo, com a real participação dos agricultores e dos movimentos sociais de base nas propostas de criação e reformulação das mesmas. Para outros autores, essas mesmas políticas mantêm as estruturas da desigualdade ao incentivar a mercantilização da produção agrícola familiar e conduzi-las a uma lógica competitiva entre os seus produtores.

Apesar das diferenças entre as análises dos impactos desse conjunto de políticas públicas, esta pesquisa se propôs a expor, essencialmente, as concepções subjetivas criadas por integrantes de uma cooperativa agrícola nos processos de apropriação das ações governamentais, de formação e manutenção da cooperativa, a qual reúne a produção de café conilon e pimenta do reino de cerca de 120 famílias assentadas em territórios do norte do estado do Espírito Santo e sul da Bahia, a COOPTERRA.

Um dos fatores que observamos e que contribuiu para a configuração apropriada da Doutrina Cooperativista pelo MST, da forma como é organizado, é que o Movimento teve condições materiais de se adequar e se adaptar ao modelo cooperativo de trabalho devido a sua história de formação, à questão social que o origina como movimento social – ou seja, o acesso à terra –, à consciência de classe adquirida por seus integrantes e à compatibilidade dos princípios ideológicos do Movimento que dialogam diretamente com a Doutrina Cooperativista, no que diz respeito ao modelo de organização do trabalho. Essa conjunção de fatores (consciência cidadã e autogestão do trabalho), quando garantida pelo Estado através de um modelo integrado de políticas públicas, promove a independência sustentável dessas famílias.

Destacamos, portanto, que o sujeito *agricultor familiar* é uma classe social que se opõe aos capitalistas-latifundiários (CARVALHO, 2012), e quando organizado de forma cooperativa, torna-se um modo de produção não capitalista (CHAYANOV, 1974). Enquanto o objetivo do capitalista-latifundiário é a reprodução ampliada do capital, o intuito do agricultor familiar é a reprodução social da família e de sua comunidade.

O princípio básico da unidade camponesa e do agricultor familiar é a satisfação das necessidades da família e seus semelhantes. E, no caso da COOPTERRA, originada por famílias integradas ao MST, é essa satisfação que determina, por meio da consciência de classe e experiências vividas através da participação no movimento, capital social a seus integrantes, garante a qualidade do estudo de caso como modo de produção dialeticamente resistente à lógica hegemônica.

Concluimos que ao promover e criar condições para produção agrícola familiar a longo prazo, o Estado teria a chance de administrar a possibilidade de emancipação do modelo familiar agrícola e cooperativo como modelo prioritário na produção de alimentos; até a sua transição para modelo exclusivo e, aos poucos, desestruturar a produção latifundiária que ainda estabelece e determina a relação de dependência e o subdesenvolvimento capitalista no nosso país. Nesta pesquisa, sob estes paradigmas, as decisões tomadas pelas autoridades responsáveis (governos) no que concerne às políticas públicas e a atuação unificada dos integrantes do Movimento Sem Terra têm efeito de resolutividade, ao menos de tratamento das questões sociais de acesso à terra e ao trabalho. A cooperativa, portanto, em sua totalidade e sob esse contexto, é conceituada como um modo de produção adequadamente sustentável, apesar das adversidades.

7 REFLEXÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA E CONCLUSÃO

Esta tese tem como ponto de partida o histórico de formação dos Paradigmas Agrário e Agrícola determinados pela colonização do território latino-americano brasileiro e sua introdução no modo de produção capitalista. O capitalismo, enquanto sistema econômico, social e político, se configura, estruturalmente, à base de relações de desigualdade através da (super)exploração do trabalho e controle absoluto de bens naturais vitais do planeta Terra, com a finalidade de acumulação de bens e produção de mais-valia (MARX, 2011). Dessa forma, esse período histórico colonial trouxe consequências importantes na formação da sociedade e do Estado brasileiro, interferindo diretamente no perfil civilizatório da nação ao configurar suas principais estruturas de produção e, com isso, as relações de produção – paradigma agrário do latifúndio e o paradigma agrícola do agronegócio.

A colonização no Brasil, além de romper com a ontologia dos povos nativos e dos povos africanos escravizados para instalação dos Engenhos e das relações de produção *Plantation*, determinou a inclusão do país no modo de produção capitalista de forma geopoliticamente subordinada, de maneira que o desenvolvimento do capitalismo, ao ter sido imposto, se configurou como subdesenvolvido por meio da relação dialética de dependência para produção do capital.

Os processos de independência, urbanização e modernização no Brasil ocorreram com base nos interesses estrangeiros, sendo caracterizados, entre outras coisas, pela formação de um Estado que privatiza a exploração dos recursos naturais do país para outras nações do mercado internacional; pela intensiva exportação de produtos agropecuários nos padrões do agronegócio; pela não priorização de investimentos em educação e pesquisa; e pela formação de mão de obra barata, não qualificada, não especializada e marginalizada, encaminhada para a promoção do subemprego ou para a informalidade.

O acesso à terra, como vimos, foi desde sempre restrito e nacionalmente elitizado, estabelecendo a formação da classe oligárquica e latifundiária que administra a agenda política e a implementação de políticas públicas pré-determinadas de acordo com seus interesses. Nosso lugar na economia mundial, como país agropecuário, com extensos territórios reservados para pastagens ou monoculturas, que utilizam a introdução de hormônios para alta produtividade na criação de animais e de agrotóxicos para garantia da colheita, venda dos alimentos e geração de lucro, traz prejuízos cada vez mais alarmantes com relação à dimensão

social e ambiental do planeta. A necessidade de se revisar e questionar os paradigmas econômicos e de desenvolvimento é mais do que apropriada, tornou-se urgente.

Introduzido por meio da imposição e violência escravista, a favor da padronização e valorização do capital, a hegemonia do modo de produção capitalista teve como consequência o estabelecimento de mecanismos de controle dos trabalhadores como maneira de eliminar os padrões societários considerados inadequados para o desenvolvimento da economia de mercado. Com isso, as tensões entre classes se intensificaram, principalmente a partir da década de 1970, quando o capitalismo assume o modelo neoliberal. Dessa forma, movimentos de resistência ao modo de produção capitalista surgiram, e um deles foi o MST. Emergiram grandes pressões dos movimentos sociais no campo para que o Estado se sensibilizasse com as desigualdades sociais no espaço rural. Como resposta à crise ambiental provocada pelo modo de exploração capitalista, a ONU, desde 1987, defende o Desenvolvimento Sustentável como modelo de atuação para recuperação e modificação da relação homem-natureza de forma que garanta um nível básico de qualidade de vida para gerações futuras, sendo a agricultura familiar um de seus objetivos entre os 17 ODS sistematizados pelo órgão internacional.

A relação de dependência, historicamente associada às Questões Agrária e Agrícola do nosso país, interfere diretamente na impossibilidade de assumirmos um Desenvolvimento Sustentável. Pois não há sustentabilidade sem antes desenvolvermos relações sociais sustentáveis, e para isso é necessário adquirir um novo paradigma organizacional para configuração do trabalho, sendo possível, através de nova práxis, o reestabelecimento da ontologia necessária, coerente e sistêmica da relação existencial homem-natureza ecologicamente possível. O que nos faz concluir que os ODS não são suficientes para garantir uma mudança real para implementação do Desenvolvimento Sustentável definido e defendido pela ONU e deixa evidente as contradições presentes nessa agenda internacional paliativa. Apenas através da ruptura com sistema capitalista e a organização de uma transição civilizatória com o objetivo de priorizar o alimento como direito humano e que realmente se comprometa com a ética necessária para constituição da relação homem-natureza seria possível atingir tais resultados.

No Brasil, no governo atual, a questão da relação de dependência, do subdesenvolvimento capitalista e da insustentabilidade dessa relação histórica de exploração vem sendo cada vez mais aprofundada. A eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência configurou um governo que valoriza ações que fomentam a exclusão social generalizada, de extermínio da população pobre através de cortes e congelamento orçamentários em políticas

sociais, de educação e da saúde; desmonte da proteção ambiental do país a favor da ampliação do agronegócio; e de não apresentação de um programa efetivo de gestão pública associado aos impactos da pandemia do Coronavírus. Índices como o de desemprego, fome e população de rua aumentaram, facilitando também o aumento da inflação, da falência de pequenas e médias empresas,²¹ entre outras consequências que nos submetem à lógica de produção de capital para elites internacional e nacional oligárquica.

Mediante o estudo de caso da COOPTERRA, quando associada à agroecologia, a doutrina cooperativista como princípio organizacional no MST se constitui como exemplo celular da possibilidade de elaboração de modelos de ocupação popular de áreas rurais e até mesmo urbanas (pois o modelo não exige área especial, mas diversidade de alimentos), e outras possibilidades dentro do antro da especulação imobiliária de regiões que se direcionam no sentido de promover o desenvolvimento social e sustentável em empreendimentos que provoquem, conseqüentemente, menor taxa de desigualdade e benefícios ambientais.

A associação entre cooperativismo (modelo organizacional do trabalho) e sustentabilidade (ética de conduta, de coexistência no planeta), portanto, se demonstra estratégica na implementação do Desenvolvimento Sustentável no Brasil subdesenvolvido e superagroexplorado.

Mesmo com a existência de fundos de investimentos estrangeiros direcionados para iniciativas que têm como princípio de ação a sustentabilidade, na realidade esses fundos têm “efeito de assopro” na ferida ambiental, cultural e ideológica causada pelo modo de produção capitalista na agricultura e pecuária em escala mundial. Isso ocorre porque a estrutura do modo de produção hegemônico é voltada para a produção de capital, fato que tensiona cada vez mais as contradições do capitalismo, fazendo com que as relações sociais se tornem cada vez mais insustentáveis, e a degradação ambiental, em muitos casos, irrecuperável.

No caso do Brasil (vide estudo de caso da COOPTERRA-MST), políticas econômicas e sociais que viabilizaram a produção agrícola familiar, a favor da soberania alimentar e da inclusão dessa população historicamente excluída no fluxo de geração de renda através das

²¹ Algumas informações sobre a gestão do governo Bolsonaro podem ser acessadas e verificadas nos links abaixo:

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58416247>>

<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4355/1064>>

<<https://oeco.org.br/noticias/publicacao-internacional-denuncia-os-impactos-do-governo-de-bolsonaro-sobre-a-amazonia/>>

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/04/14-vezes-em-que-aco-es-do-governo-bolsonaro-tiveram-impacto-negativo-no-ambiente.shtml>>.

Sites acessados em: 15 out. 2021.

políticas de crédito e regularização de cooperativas agrícolas, tiveram poder de impacto estrutural na relação de dependência com o mercado internacional.

Esta pesquisa, portanto, não apenas destaca e registra informações sobre o estudo de caso específico, mas aponta para a importância da manutenção de diretrizes parlamentares que valorizem a ética na atuação governamental e exercício da democracia, atentando para as questões estruturais do nosso desenvolvimento como nação. Dessa maneira, esta tese defende que é necessária a renovação do pacto ético na representatividade política que o Estado significa, que terá a sustentabilidade e, conseqüentemente, o Desenvolvimento Sustentável como objetivo final e caráter de atuação na elaboração e implementação de suas ações, provocando a reprodução social de determinados valores humanitários. Assim, esta pesquisa remonta à importância do movimento dialético e da correlação de forças nos governos que possibilitaram a participação social e a luta dos movimentos sociais pelo “lugar de políticas públicas” que valorizam a dimensão social, econômica e ecológica (visão sistêmica de sustentabilidade), possibilitando, dessa maneira, a estruturação e devida apropriação popular de práticas de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de P. et. al. (Org.) *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

AGUIAR, C. C.; FONSECA, B. C. Evolução, acesso e efetividade das políticas públicas para a agricultura familiar no governo Lula: um estudo do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável de Viçosa, Minas Gerais. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, v. 21, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/7854/pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.

ALTHUSSER, L. *Aparelho ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ARAÚJO, S. M. P. *Eles: a cooperativa; a experiência do noroeste paranaense (1962-1979)*. 1980, 312f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27032/D%20-%20ARAÚJO%2C%20SILVIA%20MARIA%20PEREIRA%20DE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de abr. 2020

BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latino-americano*. México: Siglo XXI, 1974.

_____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. 2. ed. México: Serie Popular Era, 1983 [1978].

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2016 [1977]. Disponível em: <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BAUER, M. GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://ia800207.us.archive.org/28/items/BAUERM.W.GASKELLG.PesquisaQualitativaComTextoImagemESom/BAUER%2C%20M.W.%3B%20GASKELL%2C%20G.%20Pesquisa_Qualitativa_Com_Texto_Imagem_e_Som.pdf>. Acesso em 29 mar. 2020.

BORGES, J. L. MST: do produtivismo a agroecologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 1., 2009, Curitiba. Disponível em: <<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12146/6484>>. Acesso em: 05 maio 2019.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. *Reforming Education and Changing Schools: Case Studies in Policy Sociology*. London: Routledge, 1992.

BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Evolução do cooperativismo no Brasil*. Brasília: MAPA, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ac000001.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BRUM, A. J. *Mordenização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BULLA, L. C.; LEAL, M. L. M. A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2004. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/973/753>>. Acesso em: 02 maio 2019.

CABRAL, D. S. de A. Doutrina Cooperativista. 2010. 12 nov. 2010. *Blog Cooperativismo e Ideias*. Disponível em: <<http://cooperativismoeideias.blogspot.com.br/2010/11/doutrina-cooperativista.html>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CALDART, R. S.; BÔAS, R. L. (Orgs.). *Pedagogia socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política monetária do Brasil*. Tradução de Thomas Newlands Neto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARCANHOLO, R. *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARDOSO, C. F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, C. F. S.; PÉREZ BIRGNOLI, H. *História econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, C. F. S. *América pré-colombiana*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Tudo é História, 16).

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1973]. p. 495-519.

CARDOSO, M. L. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2008. p. 25-68.

CARVALHO, H. M. de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. *Boletim DATALUTA*, Presidente Prudente, n. 53, maio 2012.

CARVALHO, L. de J. O MST e a questão agrária: os atos de ocupação de terra de FHC a Lula. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luís. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Lenise_Jesus_carvalho303.pdf>. Acesso em: 07 maio 2020.

CERQUEIRA, P. S.; ROCHA, A. G. P.; COELHO, V. P. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. *Desenbahia*, Salvador, v. 3, n. 5, 2006. Disponível em: <<https://www.desenbahia.ba.gov.br/publitao/arquivos/arquivos/ba278115fc164b85a47d1f152a2717c7.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CATTETLAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes; ROSSONI, Roger Alexandre. A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019). *Rev. NERA Presidente Prudente* v. 23, n. 55, pp. 138-164 Set.-Dez./2020 ISSN: 1806-6755. Disponível em <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/6907/5802>>, Acesso em 26 de mar. 2022.

CHAYANOV, A. Introducción. In: _____. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 [1925]. p. 25-45. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/08/CHAYANOV-La-organizaci%C3%B3n-unidad-econ%C3%B3mica-campesina-Prefacio-Introducci%C3%B3n.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2019.

COSTA, J. G. Soberania Alimentar: dimensões material, pratico-política, utópica e contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar. Tese de doutorado, PPFH – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, 2018. Disponível em <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/14845/1/Tese_%20Joaquim%20Goncalves%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

COSTA, L. de S. O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, n. 11, p. 55-64, 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%207%20-%20O%20cooperativismo%20-%20uma%20breve%20reflex%20te%20rica.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DECLARAÇÃO do Fórum sobre Soberania Alimentar. Disponível em <<http://neaep.blogspot.com/search/label/Material%20de%20Estudo>>. Acesso em: 23 maio 2022.

DECLARAÇÃO de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, 2002. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/decpol.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2020.

DECLARAÇÃO de Nyènele: foro mundial pela soberania alimentar. Disponível em: <<https://nyeleni.org/spip.php?article327>>. Acesso em: 20 maio 2020.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro da agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul./set., 2001. Disponível em: <https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2019.

DIERCKXSENS, W. *La transición hacia una nueva civilización: el futuro de la humanidad desde una perspectiva histórica*. La Habana: Casa Editora Abril, 2013. (Colección Alba Bicentenario).

DOS SANTOS, T. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2012. (Claves Políticas de América, 5).

_____. *La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependência en América Latina*. Bogotá: Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas OEA, 1972. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/17421/CDRP21068742e.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A crise do neoliberalismo na história do capitalismo: 2008-2011, os dois primeiros atos. Disponível em: <<http://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2011n.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

FAO. *O estado das florestas do mundo*. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/c0176o/C0176o.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2020.

FELICIANO, C. A. *Território em disputa: terras (re)tomadas (estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema)*. 2009. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03022010-160739/publico/CARLOS_ALBERTO_FELICIANO.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)*. 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/Tese_BMF.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Ed.). *Luta pela terra, Reforma Agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p.1-57 Disponível em:

<<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. *20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula*. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/20anosdomsteaperspectivadareforma.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

_____. La experiencia brasileña de lucha por la tierra y reforma agraria. In: FERNANDES, B. M.; RINCÓN, L. F.; KRETSCHMER, R. (Comp.). *La actualidad de la reforma agraria en América Latina y El Caribe*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 15-40. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181119123615/Actualidad_reforma.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FERNÁNDEZ, M.; LUGO, L. *Reencauzar la utopia: movimientos sociales y cambio político em América Latina*. La Habana: Caminos, 2012.

FONSECA, F. Antecedentes da Administração I: o legado esquecido das experiências históricas. *Rebap (Revista Brasileira de Administração Política)*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 7-18, 2009.

_____. Antecedentes da Administração II: o legado esquecido das experiências históricas. O Papel da Administração na organização do Estado Russo pós-revolução de 1917. *Rebap (Revista Brasileira de Administração Política)*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 9-19, 2009.

_____. Dimensões críticas das políticas públicas. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 402-418, set./nov. 2013.

FRANK, A. G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. *Monthly Review*, v. 18, n. 4, s.p., set. 1966. Disponível em: <http://beneweb.com.br/resources/Teorias_e_experi%C3%A2ncias_de_desenvolvimento/7%20Andr%C3%A9%20Gunder%20Frank%20O%20desenvolvimento%20do%20subdesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FRANKLIN, R. S. P.; MOURA, P. P. As cooperativas de produção na estratégia para a superação da alienação do trabalho. *Revista da Sociedade Brasileira da Economia Política*, São Paulo, n. 40, p. 12-35, fev./-mar. 2015. Disponível em: <<http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/72>>. Acesso em: 22 maio 2019.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

GONÇALO, J. E. *Reforma agrária como política social redistributiva*. Brasília: Plano, 2003.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la Cárcel*. Edición Crítica del Instituto Gramsci. Mexico: Ediciones Era, 1981. Tomo 1.

GRASIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. G. R. Marxismo, estado e políticas públicas. *Revista Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 164-191, set.-dez. 2011. Disponível em: <<https://otal.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/23/Marxismo.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

HARNECKER, M. *Um mundo a construir: novos caminhos*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. 3. ed. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOGWOOD, B; GUNN, L. *Policy Analysis for the Real World*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

IBGE. *Censo agropecuário 2017*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?t=destaques>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

KAYAGENA, Â. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos industriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUEZ, J. G.; VILA VERDE, C. M. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 1996. p. 113-223.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LENINE, V. I. *O estado e a revolução: a doutrina marxista do estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Tradução de J. Ferreira. Campinas: Unicamp, 2011. Disponível em: <<http://lutasocialista.com.br/livros/LENIN/LENIN,%20V.%20O%20Estado%20e%20a%20Revolu%20E7%20E3o.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

LESSA, S. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LUCE, M. S. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. I.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. II.

- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MARINI, R. M. *La dialéctica de la dependencia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1986.
- _____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARTINS, A. (Org.). *O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao)*. São Paulo: CONCRAB, 2000. (Caderno das Experiências Históricas de Cooperação, 2).
- MARTINS, A. F. G. *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo*. 2004. 223 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARX, K. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tradução de José Barata Moura. Lisboa: Editorial Avante, 1982. Tomo II, p 5-13. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- _____. A Guerra Civil na França. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1975.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I – o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.
- _____. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Europa Ocidental. In: MIGUEL, L. de A. (Org.). *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.147-182. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad102.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- MEDEIROS, L. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- MELO, M. A. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995): Ciência Política*. São Paulo: Sumaré, 1999. v. III. p. 59-99.

MELO, V. Desenvolvimento, tema complexo e interdisciplinar. In: CARDOSO JR., J. C.; SANTOS, J. C.; ALENCAR, J. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: Ipea, 2010. v. II. p. 19-40.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. *Economia e desenvolvimento*, Santa Maria, n. 16, p. 22-41, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MISSIATO, L. Diferença ontológica: a dicotomia humana como espaço de produção da diferença colonial. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 4, n. 1, p. 22-45, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2645/2533>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez 2010.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

OIT. *Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios*. Brasília: OIT, 2001. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_224480.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2016.

OLINGER, G. *Êxodo rural*. Florianópolis: S.P.G. – ACARESC, 1991.

OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. *A geografia das lutas no campo*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, B. A. de; VERARDO, L. *Rumo a IV Plenária Nacional de Economia Solidária: caderno de aprofundamento aos debates*. Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), 2008. Disponível em: <https://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Publica%C3%A7%C3%B5es/caderno_versao_14nov2007.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

ONU; CEPAL; PNUD; INIE. *Política social y reformas estructurales: Cuba a principios del siglo XXI*. 2004. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/25672/1/S2004089_es.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PEREIRA, J. M. M. Banco Mundial, política agrária neoliberal e reforma agrária assistida pelo mercado na América Latina. In: FERNANDES, B. M.; RINCÓN, L. F.; KRETSCHMER,

R. (Comp.). *La actualidad de la reforma agraria en América Latina y El Caribe*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 233-249. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181119123615/Actualidad_reforma.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

PETRELLA, R. *Los límites a la competitividad: cómo se debe gestionar la aldea global*. Buenos Aires: Sudamericana, 1996.

PINHEIRO, A. M. *O cooperativismo do MST e a sustentabilidade no contexto da reforma agrária: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda.* 213f. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <<https://1library.org/document/q2gnom6y-cooperativismo-sustentabilidade-contexto-cooperativa-producao-agropecuaria-assentados-charqueadas.html>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PINHO, D. B. *O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004. Disponível em: <<https://ia600305.us.archive.org/12/items/OCOOPERATIVISMONOBRASIL/O%20COOPERATIVISMO%20NO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

PLOEG, J. v. der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POULANTZAS, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

POLLAN, M. *O dilema do onívoro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. *Implementation*. Berkeley, CA: University of California Press, 1973.

RAMOS FILHO, E. da S. A reforma agrária como território da política e a reforma agrária de mercado como território da economia. In: FERNANDES, B. M.; RINCÓN, L. F.; KRETSCHMER, R. (Comp.). *La actualidad de la reforma agraria en América Latina y El Caribe*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 41-68. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181119123615/Actualidad_reforma.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RÊGO, E. E.; MOREIRA, E. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. *OKARA: geografia em debate*, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 63-80, 2013. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

RODRIGUES, R. *A segunda onda cooperativa: uma visão compartilhada*. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora Ltda, 2001.

RUA, M. das G. *Políticas públicas*. 3. Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2014. p.11-33.

SANTOS, A. K. C. dos. *Significado e contribuição do MST com enfrentamento à questão agrária e ao Neoliberalismo na construção de uma alternativa popular para o Brasil*. Mimeografado, 2004.

SANTOS, R. S. et al. Em busca da compreensão de um conceito para a administração política. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 49-77; set.-out. 2001. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6404>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SARAVIA, H.; FERRAREZI, E. *Coletânea de Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1254/cppv1_0101_saravia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SCHIMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: a tradição tupi-guarani. In: KERN, A. A. (Org.) *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 31-64.

SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2012.

SILVA, T. P. Fundamentos teóricos do cooperativismo e o MST. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 229-242, jul./dez. 2002.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e estado*, Brasília, v. 16, n. 1-2, s.p., jun./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005>. Acesso em: 11 abr. 2019.

SOUSA, L. P. de. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 1-7, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. I. p. 17-54. (Coleção Os Economistas).

STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Tradução de Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

THEODORO, S. H. et al. *Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2002.

TOURINHO, M. A. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução Agrícola e a crise da Economia Açucareira na metade do Século XIX*. 272f. 1982. Dissertação (Mestrado

em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2005 (digitalização). Disponível em:

<https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1982._tourinho_maria_antonieta_de_campos._o_imperial_instituto_baiano_de_agricultura._a_instrucao_agricola_e_a_crise_da_economia_acucareira_na_segunda_metade_do_seculo_xix.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos estudos*, São Paulo, n. 53, v. 1, p. 33-47, mar. 1999.

VULCANIS, A. Verde é a nova cor da economia mundial. *Jornal Opção*, 22 jun. 2020.

Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/artigo-de-opinioao/verde-e-a-nova-cor-da-economia-mundial-262835/>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

WEBER R. *Basic Content Analysis*. Beverly Hills: Sage; 1985.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a Science, a Movement and a Practice. A Review. *Agronomy for Sustainable Development*, Nebraska, v. 29, p. 503-515, 2009. Disponível em:

<<https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>>. Acesso em: 02 maio 2020.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANEXOS

Anexo 1: Fotos retiradas durante trabalho de campo

Figura 1: Messias (49), sua companheira Luzia (54), Gabriela Prestes, Alexei (meu ex-companheiro) e Pedro (meu filho mais velho, no colo). Fonte: acervo pessoal.

Figura 2: Grupo administrativo e operacional da COOPTERRA: João (49), segurando a bandeira, e José Britto (56), ao lado direito de João. Fonte: acervo pessoal.

Figura 3: Gabriela Prestes com o grupo administrativo e operacional. Fonte: acervo pessoal.

Figura 4: Cafezal da espécie colinon. Assentamento Vale da Vitória (ES). Fonte: acervo pessoal.

Figura 5: Café do tipo conilon. Assentamento Vale da Vitória (ES). Fonte: Acervo pessoal.

Figura 6: Saca de café do tipo conilon a ser entregue na cooperativa para processo de beneficiamento. Assentamento Vale da Vitória (ES). Fonte: Acervo pessoal.

Figura 7: Foto da foto aérea da cooperativa no ano de 2013. Quadro na parede da sede. Fonte: Acervo pessoal.

Figura 8: Secretária executiva da cooperativa sentada atrás da mesa; contadora à frente (sentada) e cooperado e funcionário operacional checando ‘entradas’ e ‘saídas’ de café e pimenta do reino. Fonte: Acervo pessoal.

Figura 9: foto da parte operacional da cooperativa. Sistemas de beneficiamento do café e pimenta do reino. Fonte: Acervo pessoal.

Figura 10: prateleira de produtos comercializados na sede da cooperativa. Fonte: Acervo pessoal.

Figura 11: bandeira de retalhos construída pelos alunos da escola do assentamento Vale da Vitória, São Mateus (ES).

Anexo 2: Roteiro da entrevista semiestruturada

1. Você faz parte do MST há quanto tempo? Qual a sua história no Movimento?
2. Como o MST se organiza para o trabalho de base? E os vetores de organização? Regional/Nacional?
3. Qual a principal diferença entre os governos FHC e Lula?
4. As políticas públicas voltadas para a produção agrícola familiar e soberania alimentar se mantêm no governo Bolsonaro?
5. O que você pensa sobre o cooperativismo? Você considera contraditório fazer parte de uma cooperativa e do MST?
6. Vocês tiveram dificuldades na organização da cooperativa? Entre as dificuldades, qual foi a principal?
7. Quais são seus principais consumidores?
8. Você acha que a COOPTERRA é responsável pela sustentabilidade dessas famílias que participam da cooperativa?

Anexo 3: As entrevistas na íntegra

Entrevista n. 1: Manoel Messias Lima (49), 02 de maio de 2019.

Como foi que surgiu a ideia de abrir uma cooperativa para vocês?

Nos anos 90 teve o “bum” das lutas sociais, 94, 95, 97 foram muito bons. Os anos de Fernando Henrique foram os que saíram mais assentamentos, não só aqui no estado como no Brasil. E havia a necessidade de você organizar a produção, porque o MST, ele tem os setores de organização, né?! O setor de saúde, o setor de produção, setor de segurança... e aí existia o grupo de produção.

E nos anos 90, aquilo começou a crescer muito e havia a necessidade de organizar uma coisa mais formal, né?! E para agregar recursos, né?! Já existiam as associações e daí juntamos e criamos as cooperativas. E até criamos cooperativas demais, que depois tivemos que diminuir. Porque não é fácil você administrar uma cooperativa. Inclusive nós tivemos problemas com a primeira. Essa agora tá indo tudo bem né?!

Que tipo de problemas vocês enfrentaram?

No governo Fernando Henrique você tinha muito recurso. Tipo, as dificuldades eram como acessar os créditos. E depois que você acessa o crédito, qual era a nossa maior dificuldade?! Naquela época, demos com os burros n'água. É aquilo, né?! Você produz e depois não sabe como digerir a produção. Porque não adianta você produzir se você não tem como comercializar sua produção. No caso das cooperativas, nós pegamos um recurso grande, alto naquela época.

Nós não tínhamos nem o café, nós já pegamos máquina para despolpar café. Nós não tínhamos nem secador, que secava aquela coisa queimada, já veio máquina para torrefação. Hoje nós fazemos isso, mas naqueles anos de 99, nós não tínhamos capacitação pra isso, nós não estávamos preparados. Esse foi o nosso erro, né?! A gente com a cooperativa assim vai se endividando. Pega o recurso... e aquela coisa, tipo, você faz o investimento, mas o investimento tem que dar retorno. Naquela época a gente ainda estava engatinhando na produção. Tinha uma produção de mil sacas de café, mas a cooperativa tinha que dar 10, 15, 20 mil sacas. Mas aí você acabava sua produção e aí a cooperativa ficava parada.

Mas vocês não tinham ninguém para orientar?

Assim, nós tivemos, depois, pessoas do sul né?! Mas como o recurso era muito, nós demos o passo maior que a perna. Nós nos empolgamos, né?! Em vez de ficar com uma cooperativa, como a que é a de hoje, ali em São Mateus, e nós temos nove assentamentos; nós criamos duas em Nova Venécia; cooperativas pequenininhas; tipo assim, se uma já era difícil, aí vai vir várias, né?! Porque quanto menor, mais difícil. Aí outra aqui em Aracruz, no assentamento Nova Esperança... mas depois tivemos que reinventar, porque ficou com uma dívida tão grande que depois, nós, inclusive Zequinha, foi quem lutou muito; e juntamente com sócios, nós conseguimos quitar todas as dívidas.

Tipo assim, aqueles bens que nós tínhamos teve um grupo final, tipo assim: “Não, prefiro ficar com a BR, tipo os caminhões, os tratores, fomos repassando. E depois o outro grupo, como foi o nosso caso, nós não: nós ficamos com as estruturas e vamos lutar de agora para frente. Tipo, a cooperativa agora ela começou com o pé no chão. Mas nos anos 90 nós tivemos muita dificuldade de manter as cooperativas funcionando.

E quantos anos todo esse processo durou? Quanto tempo depois vocês conseguiram recomeçar com o “pé no chão”?

Olha, levou quase uns 10 anos. Agora, a cooperativa, na verdade mesmo, a cooperativa começou a estabilizar no governo Lula. Começou a recuperar outras estruturas, né?! Aí hoje nós já temos as parcerias que nós fizemos com a torrefação de Colatina, que aí nós fornecemos café, hoje, 20, 16 toneladas para o exército de Brasília, o exército do Paraná. Hoje nós já temos algumas vendas prontas. E o grupo é mais estabilizado, né?!

Entrevista n. 2: João Santos de Souza (49), 20 de maio de 2020.

Como você resumiria a história do início da organização da cooperativa?

Criamos o grupo em 90, minto, em 2000. Éramos um grupo de cooperação de secagem e venda de café de forma coletiva. Foi aí que nós fomos ver que nós precisávamos de uma ferramenta que dava conta de comercializar nossa produção. Então fomos discutir com as famílias, que na época éramos 15 famílias, que estavam nesse grupo de cooperação, que estavam no Movimento Sem Terra também, na direção do movimento; e então em setembro de 2012 fundamos a COOPTERRA. Com 31 sócios com sede no assentamento Vale da Vitória, e desde então nesse mandato, já bem cansado, já. Acaba em dezembro de 2021. E também acho que temos que criar espaço e condições pra que a nossa juventude venha assumir de fato também as tarefas, né?!

Tem pessoas que não são do Movimento, que não são assentadas?

Na COOPTERRA hoje temos assentamentos de vários municípios: Piranema em Fundão, Pedro Canário, em Montanha, Santa Tereza, Nova Venécia, Pinheiros, pra você ter ideia, hoje temos 161 cooperados. Pra ser mais corretos, temos entre 5 a 6 pessoas que não são cooperados, são pequenos produtores, não são assentados. A cooperativa surgiu pra atender a classe trabalhadora. Então não impede que outros produtores também participem. Desde que se identifiquem, né?!

Como é feito o vínculo com os programas nacionais PNAE e PAA?

O vínculo aos programas é sazonal. Feito a partir da concorrência de editais, apresentação de projetos... no governo atual muitos recursos foram cortados, cerca de 99, 8%. CONAB abriu, recentemente, edital para apresentação de novos projetos. Mas hoje a principal fonte de renda da COOPTERRA, além de outros serviços como a secagem e a copiagem de café, secagem de pimenta do reino, venda de pimenta do reino e café, nossa maior fonte de renda hoje é das chamadas públicas do governo federal. Principalmente nos exércitos. Entregamos no exército de Brasília e no exército do Paraná. Esse ano. Mas ano passado nós entregamos no exército de Brasília, Paraná, São Paulo, Sul... então nós sempre participamos das chamadas públicas, claro que não é determinado pra nós, mas a gente participa e ganha porque temos o melhor preço e temos um produto de qualidade.

Como a cooperativa é organizada?

Nós temos uma diretoria composta por seis pessoas. E nos assentamentos temos grupos de cooperados. Estávamos com a ideia de planejamento, de passarmos em cada grupo de cooperado conversando sobre a questão da cooperativa, as dificuldades e perspectivas dos cooperados. Mas aí veio a pandemia e não colocamos a ideia em prática. Tanto que ainda não fizemos a assembleia. Todo ano temos a assembleia em março, e esse ano ainda não fizemos.

Nós temos o setor de produção que é o setor dos maquinários, e a produção de café e pimenta do reino; temos o setor administrativo; temos o setor comercial, que são também com os companheiros de vários outros estados, e nós temos um escritório de comercialização em São Paulo que faz parte de todas as cooperativas do Movimento Sem Terra, e temos o nosso setor técnico, que seria a ideia construir esse ano, mas infelizmente não foi possível ainda. Que é esse setor técnico e de capacitação que faz o trabalho de base junto. Nós terceirizamos a torrefação do café. Torrefação, empacotamento. Nós colhemos o nosso café aqui em sacas e

levamos para a indústria que nós temos uma parceria de serviços e eles então fazem esse trabalho e a gente paga a eles por esse serviço.

Vocês têm mão de obra terceirizada na administração? Todos são assentados? Assinam a carteira?

O nosso sonho é assinar a carteira. Nossa secretária da cooperativa também é secretária da diretoria do movimento. Ela é sócia, então não teria problema de não assinar carteira. O único que nós temos, que não é sócio e que trabalha aqui, é o Ricardo, que contribui no setor comercial. Ele presta serviço e a gente paga a ele através de RPA.

Quantas famílias são beneficiadas no total?

Em torno de 120 famílias assentadas beneficiadas diretamente pela cooperativa.

Quais e quantos assentamentos que representam a produção da COOPTERRA?

Vale da Vitória, Pratinha, São Vicente, Georgina, Zumbi dos Palmares, Valdício Barbosa, Nova conquista, Nova Vitória, Paulo Vinhas, Castro Alves, Piranema, Mário Cristina, Padre Pedro, Vale da Esperança. 14 assentamentos. Um assentamento na Bahia, assentamento Jacir Rocha.

Qual era o ideal de vocês?

O estatuto da COOPTERRA já foi feito com a intenção de desenvolver a produção dos assentamentos dos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, produtores de café. A ideia de trabalharmos de forma cooperativa já vem sendo discutida no movimento desde sua fundação.

Já tínhamos participado de uma cooperativa que não deu certo por vários motivos, e em 2012 foi que nós vimos que precisávamos de uma ferramenta: um CNPJ que desse conta de produzir e comercializar nossos produtos.

Além da produção e venda de alimentos orgânicos, existem outros serviços que vocês comercializam?

Temos 3 tratores e caminhões que também prestam serviços para os associados. Claro, todos eles pagam pelo frete, pelas horas para depois não trabalhar de graça, e como é que repõem as peças quebradas e tudo o mais, né?! A nossa principal dificuldade e ainda continua sendo é capital de giro e, também, políticas públicas a consolidar de fato a produção da agricultura familiar, né?! Mesmo que tenha o PNAE e o PAA, hoje são políticas públicas que não conseguem suprir todas as necessidades.

Quando você acha que foi o momento mais importante que a cooperativa passou? E o que você considera como uma boa venda?

Com muita dificuldade nós conseguimos e ainda estamos conseguindo fazer funcionar. Em 2016 fizemos uma venda em parceria com outras cooperativas de outros estados, através da CONAB.

Fizemos uma venda de toneladas de café torrado e moído pra Venezuela. E foi a partir daí que nós conseguimos adquirir experiência com café torrado e moído. Que até então não tínhamos ideia de como que fazia isso. E depois dessa venda conseguimos um bom dinheiro que deu pra gente construir um galpão pra pimenta do reino, de comprar máquinas pra mexer com pimenta que a gente não tinha, pra contratar outras pessoas pra contribuir no processo administrativo... então foi um marco muito importante essa venda pra Venezuela.

Nós temos a cooperativa Terra Livre, lá no Rio Grande do Sul, que tem uma parceria com o governo venezuelano. Somos filiados a outras cooperativas. A Terra Livre já tinha feito algumas parcerias durante o governo Chaves e depois com o governo Maduro, de arroz, leite... e então em 2018 surgiu a oportunidade do café. A produção foi de nós, do ES, a Coanópolis do Paraná e a Camponesa, de MG. Juntamos essas 500 toneladas e mandamos pra Venezuela.

Qual a principal diferença na sua qualidade de vida depois da apropriação do cooperativismo como modo de produção no Movimento, para você?

Ah! Comer um alface [sic] plantado no seu quintal, ter o que comer todos os dias não têm preço. Não ter que ficar procurando emprego na cidade e trabalhar com seus amigos e sua família são coisas que eu jamais trocaria por nada.

Entrevista n. 3: José Britto (56), 17 de março de 2021.

Me conta um pouco da sua trajetória e formação no MST.

Fiz curso de formação no MST em São Paulo, em 1987 (Formação Política e Social), que abrangia temas como a Questão da Terra e Luta de Classes. Aprendi a diferença entre a luta dos posseiros (que é uma luta individual pela terra) e a luta pela terra (que envolve a organização coletiva de família e conscientização dessas pessoas sobre a importância de lutar pela terra).

No ano de 1989, fui pra Cuba através de um convênio do MST com a ANAP (Associação Nacional dos Pequenos Agricultores). Em 1990 voltei para o ES pra organização da ocupação de terras: “A força dos pequenos está na sua capacidade de organização”.

Como o MST se organiza na realização do trabalho de base?

Ele se divide em segmentos e etapas: o Núcleo de Base tem a responsabilidade de organizar os acampamentos. Os setores dividem as equipes de trabalho, cada um com sua respectiva demanda de atuação nas etapas de: Acampamento (a luta pela conquista do assentamento) e Assentamento (quando debatemos e organizamos a forma de estabilização dos assentados naquela terra conquistada). A estrutura é a mesma em todas as instâncias: Regional e Nacional.

Até 1988 o MST acreditava que apenas a conquista da terra era suficiente; mas a condição de vida das famílias assentadas era muito ruim. Lutamos pela elaboração de políticas públicas que favorecessem a produção agrícola familiar.

Criaram o PROCEA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária. Houve a percepção da necessidade da criação de cursos que dessem formação para assistência técnica e manutenção das lavouras. Produção de cartilhas que orientavam sobre metodologias de recuperação do solo e tratamento.

A formação da unidade pra organização do trabalho era tão grande que tivemos acesso ao curso de teoria de Organização do Campo de Clodovil Moraes. Elementos da Teoria da Organização pra saber por que existe a dificuldade de não se acreditar no outro.

Particpei de imersões, de laboratórios de organização do campo: imersão de 40 dias de convivência coletiva; pra criação de vínculo e compromisso e ética comunitária. Na Coordenação Nacional, participei de um circuito de assistências entre as primeiras cooperativas, final de 1980, início dos anos 1990, que ficavam em seis estados: ES, BA, CE, PR, SC e RS.

A nível de organização regional e nacional, existe a Cooperativa Geral, que responde sobre a produção a nível de estado; e a Confederação das cooperativas da Reforma Agrária, que é a nível Nacional.

Hoje o MST conta com curso de formação Técnica com duração de dois anos, sobre cooperativismo: Técnico em Administração de Cooperativas, Técnico em Desenvolvimento da Agroindústria e Técnico em Desenvolvimento da Agroecologia.

Também temos o PRONERA (Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária) em parceria com universidades e outros cursos na escola Nacional Florestan Fernandes.

Recebemos recurso federal. Foi uma política pública conquistada pelo Movimento. E tem o curso de Administração, em parceria com a Universidade Metodista de Belo Horizonte [MG] e Santo André [SP].

E como estão essas parcerias com as universidades no governo atual do Bolsonaro? Se mantêm?

Conforme o contexto político foi mudando, coube às universidades incluírem na grade de formação a Educação do Campo, específico para as Escolas do Campo.

O que você pensa sobre as cooperativas do MST e o diálogo com o mercado capitalista?

Quando forma a cooperativa, a distribuição é feita no mercado, num mercado capitalista; e é exigido a ampliação da produção e acaba se perdendo... então uma forma de a gente se proteger é a gente ainda escolher onde e a forma como nossos produtos vão ser comercializados. Por trás de tudo isso, nós almejamos uma transformação da sociedade.

Qual a principal adversidade que você destaca no processo inicial de formação da COOPTERRA?

Nos anos 90 abrimos três cooperativas que não deram certo por falta de capacidade gerencial. Em 2012 retomamos a formação da cooperativa, mas depois de termos passado pelos cursos organizados pelo MST, junto ao Setor de Produção. Nesse setor que debatemos as questões dos assentamentos e a organização das cooperativas.

Como foi a identificação e a sua entrada no MST?

Eu entrei no MST por uma motivação política. Fiz curso de formação em Cuba, pra saber da realidade e desenvolver a tarefa de movimento social que o MST se propunha. Em 2001 eu cheguei no assentamento que moro hoje. O Acampamento aconteceu durante os anos de 96 e 97, quando conquistamos o assentamento de Fundão, chamado Piranema, em 99-2000. Hoje estou como diretor administrativo, desde o ano de 2020.

Você acha que a COOPTERRA é responsável pela sustentabilidade dessas famílias que participam da cooperativa?

Com relação à sustentabilidade, a cooperativa não se propõe a ser um instrumento econômico totalizante. Ela é um instrumento de produção e adequação do diálogo comercial da produção dos agricultores do movimento com o mercado capitalista.

A identidade do produtor do MST afasta as pessoas. A COOPTERRA nos protege nesse sentido. Antigamente, a produção agrícola que a gente desenvolvia era restrita à dimensão da subsistência. Hoje é de comercialização e renda.

Vocês produzem o café de forma agroecológica e orgânica?

Quando a gente passa a ser assentado, a gente entra pra a “roda da economia”. A agroecologia plena ainda é um desafio pra a gente. Porque pra ser aceito no mercado, nossos produtos têm que ter um padrão exigido por ele. Então não conseguimos manter uma produção totalmente agroecológica que ainda coloca em risco a venda dos nossos produtos por risco que você corre na lavoura quando é só com técnicas agroecológicas e orgânicas de produção.

Pelo menos não usamos produtos químicos no solo. Só quando é de extrema necessidade. Mas normalmente usamos orgânicos minerais pra enriquecimento e tratamento do solo.

Mas a cooperativa Camponesa em Mina Gerais, todos os produtos são orgânicos. A Escola Popular de Agroecologia que tem no assentamento do sul da Bahia alimenta a gente aqui também. Com cursos e alguns produtos que eles fazem lá também.

Mas quando você assume que a sua produção vai ser orgânica, ela automaticamente vai ser menor porque você fica mais vulnerável às questões de pragas, solo, clima....

Entrevista n. 4: 19 de março de 2021. Visita presencial à COOPTERRA. Estiveram presentes João Santos de Souza (49) e José Britto (56), a secretária executiva e contadora da cooperativa, assim como outros dois agricultores assentados, que trabalham no setor de produção.

O que vocês almejam como cooperativa?

João Santos de Souza (49), diretor executivo

Nós não queremos uma cooperativa empoderada, com a estrutura rica enquanto os sócios estão lascados. Sócios pobres continuam sendo explorados pelos atravessadores. A gente sempre busca a melhor forma de negócio possível, para todos. Cooperativa forte, sócios fortes.

Antes da cooperativa nós éramos um grupo de cooperação. Então desde 2012 já tínhamos alguma produção e fazíamos a comercialização informalmente. Mas aí foi crescendo e precisávamos ter uma ferramenta que nos representasse. Então, nós entramos com essa mentalidade de que precisávamos melhorar. Melhorar as condições de venda e da qualidade de vida dos integrantes do grupo. Buscar um novo comércio e fomos buscar um carro-chefe de produção: o café.

Hoje ainda temos o café verde – o café pilado – e, também, a pimenta do reino. Uma produção de mais de 500 toneladas de pimenta do reino.

Hoje nós temos vendas até na Europa: Espanha, Alemanha, Holanda. Agora nós estamos procurando também uma parceria com a China. A empresa que representa a gente lá

na China, que chama Godwana. Mas aí veio a pandemia e está tudo engatilhado, aguardando a pandemia acabar. E quando acabar a gente vai dar um salto muito grande.

Investimos mais de 4 milhões de reais para aumentar a produtividade da cooperativa para receber mais sócios. Agora nós estamos investindo para estruturar a cooperativa para selecionar melhor esse café e atender às demandas do padrão internacional.

O que você considera como legado da cooperativa?

O interessante é que nessa região, a juventude continua no assentamento. Mora no assentamento. A cooperativa ajuda as pessoas a continuarem aqui e permanecerem como agricultores, mas agora com a possibilidade de acesso à educação a um nível de graduação e pós-graduação.

No sentido de desenvolvimento social e melhoria de vida, nessa região deu muito certo. 80% das famílias têm carro e moto. 100% das famílias têm moto. Não existe um jovem que não tenha ensino médio concluído.

Nessa região aqui deu muito certo. Porque temos liquidez rápida e valor agregado, temos mercado. A cooperativa foi essencial para esse desenvolvimento e qualidade de vida.

Num outro momento, José Britto (56) se manifesta e contradiz a resposta acima:

A cooperativa é determinante para a qualidade de vida dos assentados envolvidos? Não necessariamente. Ela é mais um instrumento... se você tiver uma concepção de que tipo de cooperativa, do processo de torná-la de fato como instrumento econômico... porque a gente enfrenta cada situação... pode parecer contraditório, mas foi uma forma de lidar com essa realidade... foi uma forma que a gente achou de se relacionar com o modelo exclusivo, que privilegia o capital... então a cooperativa é um instrumento econômico para os assentados.

Por mais que a cultura camponesa tenha sido corroída continuamente, o que fez a cooperativa acontecer e amadurecer com responsabilidade foi a nossa história, a nossa formação. E como agricultor, que produz mercadoria, a responsabilidade de dar certo ou errado o resultado da sua colheita como forma de sustentabilidade é totalmente sua. E para que dê um bom resultado, então, tem que ter determinadas condições. Desde clima ao comercial.

Com o conhecimento de cultivo, a agroecologia, a leitura de editais, o entendimento orçamentário... a formação da cooperativa agregou valor à nossa produção e deu condições de a gente se conscientizar de toda a cadeia produtiva do café. E a cadeia do café é um negócio maluco.

Mas para montar a cooperativa, o movimento que deu cursos, trocas de informação, encontros nacionais... então, a nível dos assentamentos vinculados, a cooperativa não absorve nem 20% da produção de café.

A cooperativa é um instrumento de proteção e de linguagem, um instrumento para que o assentado consiga dialogar com o mercado. Mas nem todo mundo tem essa ideia, esse entendimento. Então ainda temos muito que crescer aqui no assentamento. Mas ao mesmo tempo temos que dar condições de escoamento dessa produção no mercado. Então ainda estamos na fase de investimento pra receber e ampliar a produção e o comércio.

Se o assentado não conseguir manter uma atividade remunerada de dentro da propriedade e de fora da propriedade, em outras regiões, ele não consegue viver não. Passa fome. É lógico que tem aqueles que conseguem viver só da produção da agricultura de casa. Mas aí já tem algum nível de capital pra ter assim... quantidade de lavouras, de produção... então ele vai gerando uma musculatura que vai melhorando. Mas em geral, não.

Porque a agricultura é um segmento onde o trabalho é desvalorizado... e quando a gente chega no assentamento? Cada um chega com a sua história e existe uma pressão sobre as condições naturais da região... tipo aqui tem o camará, que é uma madeira. Antes a gente saía no braço para dominar um território de extração de camará. Mas hoje ninguém quer saber de camará. Hoje o café saiu na frente e a gente se adaptou bem. Aqui deu muito certo. Mas não é receita para todos os assentamentos não.

Aqui, quem não está vinculado à cooperativa, pode estar em outras rodas de comércio: desde sistema de irrigação, bombas, consertos desses equipamentos e outras coisas da estrutura de tudo isso. E mesmo que nós quiséssemos receber mais cooperados, não temos viabilidade de venda. Então não tem como ampliar a produção antes de ampliarmos as possibilidades de venda.